

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

O ACESSO ÀS UNIVERSIDADES POR NEGROS E
EMPOBRECIDOS: OS IMPACTOS CAUSADOS PELA
EDUCAFRO NO CONTEXTO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO
ENSINO SUPERIOR

MÁRCIO ROQUE NERI DA SILVA

2021



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**O ACESSO ÀS UNIVERSIDADES POR NEGROS E EMPOBRECIDOS:
OS IMPACTOS CAUSADOS PELA EDUCAFRO NO CONTEXTO DA
DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**

MÁRCIO ROQUE NERI DA SILVA

Sob a orientação do Professor

Dr. Bruno Cardoso de Menezes Bahia

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Área de Concentração em Educação Agrícola

**Seropédica, RJ
Novembro de 2021**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586a SILVA, MÁRCIO ROQUE NERI DA , 1978-
O ACESSO ÀS UNIVERSIDADES POR NEGROS E
EMPOBRECIDOS: OS IMPACTOS CAUSADOS PELA EDUCAFRO NO
CONTEXTO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR /
MÁRCIO ROQUE NERI DA SILVA. - Seropédica, 2021.
95 f.: il.

Orientador: BRUNO CARDOSO DE MENEZES BAHIA.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2021.

1. EDUCAFRO. 2. Democratização do Ensino Superior.
3. Sistema de Cotas. 4. Pré-vestibular Comunitário.
5. Inclusão Social, PROUNI. I. BAHIA, BRUNO CARDOSO
DE MENEZES , 1979-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

MÁRCIO ROQUE NERI DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 31/10/2021

Bruno Cardoso de Menezes Bahia, Dr. UFRRJ

Ramofly Bicalho dos Santos, Dr. UFRRJ

Gabriel Borges da Silva, Dr. Externo à Instituição

“Para que lutamos nós, compadre Lídio, meu bom, meu camarado? Por que estamos aqui, dois velhos sem vintém no bolso? Por que fui preso, por que acabaram com a tipografia? Por quê? Porque nós dissemos que todos devem ter direito a estudar, a ir avante. Você se lembra, compadre, do professor Oswaldo Fontes, do artigo da gazeta? A negralhada, a mulataria está invadindo as faculdades, preenchendo as vagas, é preciso um freio, pôr cobro, proibir essa desgraça. Recorda a carta que escrevemos e mandamos à redação? Virou artigo de fundo e as páginas do jornal foram coladas nos muros do Terreiro.

*Tadeu partiu daqui,
aqui começou sua escalada,
subiu e já não é daqui, meu bom,
é do Corredor da Vitória,
é o doutor Tadeu Canhoto”.¹*

Pedro Archanjo é um sábio autor de livros sobre miscigenação.
Pedro Archanjo é Ojubá, os olhos de Xangô. É a luz de iluminar, é os olhos de ver, é a boca
de falar, é a coragem e o entendimento daquela gente.
Pedro Archanjo é um pai daquele povo do Pelourinho.
Pedro Archanjo é personagem e protagonista do livro Tenda dos Milagres, de Jorge Amado,
um comunista.
Pedro Archanjo é uma personagem. É um ser da ficção.
Pedro Archanjo é também Frei David.
O Pelourinho é onde vivemos.
Lídio Corró são aqueles que com ele sonham e agem com Pedro Archanjo.
Tadeu Canhoto já são tantos por aí.
O Corredor da Vitória é onde cada um quiser chegar.

Obrigado, Frei David Raimundo dos Santos, por nos ter dado a EDUCAFRO.

¹ AMADO, 2000, p. 294.

A exclusão do povo afrodescendente foi gestada na escravidão e é
perpetuada pelo período democrático.

(Frei David, 2017)

AGRADECIMENTOS

À memória de Elirio Neri da Silva e Catarina Maria Eli da Silva, meus pais, que sempre sonharam com o estudo dos seus filhos. Isso também é por eles.

Aos meus familiares que apoiaram cada momento, cada reflexão, cada leitura e que fazem parte da construção dessa escrita: Idaiana, Leonara, Marlos, Maria Clara, Idalva, João Batista, Ladjane, Marcos e Manuela.

Ao Frei David Raimundo dos Santos que apontou um caminho a muitos e, através da EDUCAFRO, tem ajudado a construir um mundo mais inclusivo e a fazer do Brasil um País de Todos.

Aos meus amigos da EDUCAFRO que apoiaram a construção dessa história: Renato Ferreira, Fábio Mendes, Luiz Eduardo, Valnei Brunetto, Frei Clarêncio, Gilmara de Jesus, Pedro Rocha, Roberto Jaguaribe, Jefferson Machado, Camila Cristina e tantos outros...

À memória dos colegas de turma do Mestrado no PPGEA que perderam suas vidas em decorrência da Covid19: Agda e Raff.

Aos colegas da turma do Mestrado no PPGEA que comigo semearam o que agora se colhe.

Ao Bruno, professor, orientador e bom parceiro nos estudos.

À Maria Clara e Manuela: que os estudos sejam sempre uma motivação para grandes e maiores conquistas em suas vidas...

RESUMO

SILVA, Marcio Roque Neri da. **O acesso às universidades por negros e empobrecidos: os impactos causados pela EDUCAFRO no contexto da democratização do ensino superior.** 2021 95f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica – RJ, 2021.

O povo negro, mesmo após a abolição da escravidão, não participou da sociedade brasileira com os mesmos direitos e acessos sociais. As oportunidades acabaram sendo restritas e o Ensino Superior não fez parte das oportunidades e possibilidades da maioria dos jovens negros. Da constatação dessa realidade, nasceram iniciativas populares e comunitárias para dar o suporte necessário para diminuir a distância entre a realidade e os sonhos dos jovens negros e empobrecidos. Na Baixada Fluminense no início da década de 1990, lideranças populares ligadas a Frei David Raimundo dos Santos, criaram um movimento para oferecer aulas preparatórias para o vestibular ministradas por voluntários da comunidade que tivessem experiências de sala de aula ou de conteúdo, como também fomentar a consciência cidadã. As aulas aconteciam nas dependências da Paróquia São João Batista em São João de Meriti. Com aquele grupo nasceu o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) e se desenvolveu a EDUCAFRO, que se tornou uma referência na preparação de jovens negros e carentes para o vestibular e um elemento de forte atuação na busca e implantação de políticas públicas de inclusão social através do Ensino Superior. De lá para cá, o Ensino Superior no Brasil passou por importante processo de democratização e muitos foram os passos dados pela sociedade brasileira nesse sentido, como o aumento de Instituições de Ensino Superior, a adoção de políticas públicas educacionais fundadas em ações afirmativas, como PROUNI, FIES e o Sistema de Cotas. Assim, o perfil do alunado universitário mudou e aumentou a diversidade cultural e social no Ensino Superior do Brasil. Esse processo significou uma revolução importante para a comunidade negra e beneficiou toda a sociedade brasileira, através do aumento da representatividade de setores sociais, como pobres e negros, que antes não tinham o espaço de protagonistas acadêmicos. Essa mudança de panorama tem importância para a inclusão social e diversidade nas universidades. O sistema de voluntariado adotado fez com que os jovens negros, carentes e das periferias impactados pela EDUCAFRO assumissem a condução de sua história e de suas comunidades. Assim aqueles que foram alunos se tornaram profissionais em diversas áreas e voltam como professores, voluntários e coordenadores dos núcleos da EDUCAFRO. Além de tornarem-se referência para novas gerações, permanecem apoiando para que outros tenham as mesmas oportunidades. Dessa forma, como mais um movimento em prol dos direitos de igualdade e em favor da inclusão social do negro, a EDUCAFRO se posiciona na história do Brasil como elemento de resistência e libertação. Este projeto objetiva estudar a forma como a EDUCAFRO e sua metodologia se desenvolveram pelo Brasil como instrumentos de inclusão social pela preparação de jovens, em sua maioria negra e empobrecida, para o Ensino Superior, bem como os impactos positivos na vida de milhares de pessoas.

Palavras-chave: EDUCAFRO, Democratização do Ensino Superior, Sistema de Cotas, Pré-vestibular Comunitário, Inclusão Social, PROUNI

ABSTRACT

SILVA, Marcio Roque Neri da. **Access to universities by blacks and the impoverished: the impacts caused by EDUCAFRO in the context of the democratization of higher education.** 2021. 95p. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica – RJ, 2021.

The black people, even after the slavery abolition, did not participate in Brazilian society with the same rights and social access. Opportunities were being restricted and Higher Education was not part of the opportunities and possibilities of most young black people. As a result of this reality, popular and community initiatives were created to provide the necessary support to reduce the distance between reality and the dreams of black and impoverished young people. In Baixada Fluminense in the early 1990s, popular leaders linked to Friar David Raimundo dos Santos, created a movement to offer college entrance exam preparation classes taught by community volunteers who had classroom or content experience, as well as motivate citizen conscience. The classes happened at São João Batista Parish in São João de Meriti. With that group, the Pre-Entrance Exam for Blacks and Needy Students (PVNC) was born and EDUCAFRO was developed, which became a reference in the preparation of black and needy young people for the vestibular (Brazilian college entrance exam) and an element of strong action in the search and implementation of public policies in social inclusion through Higher Education. Since then, Higher Education in Brazil has gone through an important democratization process and many steps have been taken by Brazilian society in this regard, such as the increase of Higher Education Institutions, the adoption of educational public policies based on affirmative action, such as PROUNI, FIES and the Quota System. So, the profile of university students has changed and the cultural and social diversity in Higher Education in Brazil has increased. This process meant an important revolution for the black community and benefited whole Brazilian society, through the increased representation of social sectors, such as poor and black people, who previously did not have the space of academic protagonists. This change of panorama is important for social inclusion and diversity in universities. The volunteer system adopted by EDUCAFRO has made young black, poor students take charge of their own and communities histories. Thus, those who were students became professionals in different areas and returned as teachers, volunteers and coordinators of EDUCAFRO's centers. In addition to becoming a reference for new generations, they continue supporting others to have the same opportunities. Thus, as another movement for equality rights and for the social inclusion of black people, EDUCAFRO is positioned in Brazil's history as an element of resistance and liberation. This project aims to study how EDUCAFRO and its methodology were developed in Brazil as instruments of social inclusion by preparing young people, mostly black and impoverished, for higher education, as well as the positive impacts on the lives of thousands of people.

Key-words: EDUCAFRO, Democratization of University Education, Quota System, Community Entrance Exam, Social Inclusion, PROUNI

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Detalhe do decreto imperial que declarou extinta a escravidão no Brasil.	9
Figura 2. <i>O Exemplo</i> , edição de 11 de novembro de 1902.....	37
Figura 3. <i>O Menelick</i> , edição de 1 de janeiro de 1916.	37
Figura 4. <i>O Alfinete</i> , edição de 22 de setembro de 1918.....	38
Figura 5. Abdias do Nascimento no papel de Otelo, na peça de William Shakespeare.....	40
Figura 6. Aulas de alfabetização eram ministradas pelo professor Ironides Rodrigues.....	40
Figura 7. <i>Quilombo</i> , edição de 09 de dezembro de 1948.....	41
Figura 7. Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1988.....	43
Figura 9: Logomarca do PVNC.....	54
Figura 10: Logomarca EDUCAFRO.....	56
Figura 11: Projeto Político Pedagógico, capa.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução individual dos egressos entrevistados	81
Tabela 2, parte 1: Rotinas de reuniões e atividades da EDUCAFRO, 2001	85
Tabela 2, parte 2: Rotinas de reuniões e atividades da EDUCAFRO, 2001	85
Tabela 2, parte 3: Rotinas de reuniões e atividades da EDUCAFRO, 2001	86

LISTA DE SIGLAS

ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)
AI-1	Ato Institucional Nº 1
AI-2	Ato Institucional Nº 2
AI-5	Ato Institucional Nº 5
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AMCT	Associação de Moradores da Cidade Tiradentes
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
Art.	Artigo
CDDPD	Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
CEBA	Centro de Estudos Brasil-África
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conselho dos Bispos Latino Americanos
CF	Campanha da Fraternidade
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPV	Curso Pré-Vestibular
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DOPS	Departamento de Ordem Pública e Social
Dr.	Doutor
E01	Ex-aluno 01, Egresso 01
E02	Ex-aluno 02, Egresso 02
E03	Ex-aluno 03, Egresso 03
E04	Ex-aluno 04, Egresso 04
E05	Ex-aluno 05, Egresso 05
EBRADI	Escola Brasileira de Direito
EDUCAFRO	Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes
EIT	Escola Industrial e Técnica
ELAM	Escuela Latinoamericana de Medicina
ENADE	Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FASM	Faculdade Santa Marcelina

FESP	Fundo de Emergência Social da PUC-Rio
FFP	Faculdade de Formação de Professores
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FLRJ	Faculdade Lusófona do Rio de Janeiro
FMUSP	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
FNB	Frente Negra Brasileira
FSB	Fundação Steve Biko
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IRB	Instituto de Resseguros do Brasil
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MNU	Movimento Negro Unificado
MUCDR	Movimento Unificado contra a Discriminação Étnico-racial
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	Organização para cooperação e Desenvolvimento Econômico
OFM	Ordem dos Frades Menores
ONG	Organização Não-Governamental
PAB	Pastoral Afro-Brasileira
PDT	Partido Democrata Trabalhista
PGE-RJ	Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
PNAD-C	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores

PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PVNC	Pré-Vestibular para Negros e Carentes
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SASE	Secretaria de Articulação com o Sistema de Ensino
SEFAZ-MA	Secretaria de Fazenda do Estado do Maranhão
SEFAZ-RJ	Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
SEFRAS	Serviço Franciscano de Solidariedade
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SMTE-RJ	Secretaria Municipal de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro
SNI	Sistema Nacional de Informação
Sra.	Senhor
Sra.	Senhora
STF	Supremo Tribunal Federal
TEN	Teatro Experimental do Negro
TRF2	Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Rio de Janeiro
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UGF	Universidade Gama Filho
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNFESP	Universidade Federal de São Paulo
UniRio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
USU	Universidade Santa Úrsula

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1
1 CAPÍTULO 1 A CONDIÇÃO DO NEGRO NO BRASIL	4
1.1 Da Condição do Negro no Período Pós-abolição.	4
1.2 As Reformas Educacionais Brasileiras e os Negros.....	11
1.3 Da Redemocratização às Cotas para Negros nas Universidades Públicas	28
2 CAPÍTULO 2 EDUCAFRO: movimento negro, educacional e comunitário	33
2.1 Os Movimentos Negros do Século XX no Brasil.....	33
2.2 Os Movimentos em Prol da Inserção dos Pobres na Universidade	46
2.3 PVNC – Pré-Vestibular Comunitário para Negros e Carentes.....	52
2.4 EDUCAFRO: da Intuição à Instituição.	55
3 CAPÍTULO 3 EDUCAFRO, para além do Pré-Vestibular Comunitário: Políticas Públicas, Formação, Inserção Social e Dignidade	65
3.1 A EDUCAFRO e as Políticas Públicas para a Educação	65
3.1.1 EDUCAFRO e o PROUNI.....	65
3.1.2 EDUCAFRO e as cotas para negros na UERJ e no Brasil	68
3.2 A EDUCAFRO, Inserção Social e Dignidade.....	73
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
6 ANEXOS	93
Anexo 1 - Questionário para pesquisa entre alunos egressos da EDUCAFRO – Parte 1	94
Anexo 2 - Questionário para pesquisa entre alunos egressos da EDUCAFRO – Parte 2	95

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação objetiva fazer um estudo sobre a condição do negro no Brasil e a sua relação com os estudos e a formação acadêmica de forma geral, partindo da exclusão manifesta durante os mais de trezentos anos de escravidão, pelas primeiras organizações do movimento negro até a adoção de políticas públicas inclusivas para negros e empobrecidos no Brasil. O texto é desenvolvido com o intuito de tratar como a EDUCAFRO – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, instituição de origem popular e sem fins lucrativos, nasceu e se desenvolveu oportunidade de ensino e inclusão social com atuação em vários estados do Brasil, como também o seu *modus operandi*.

Busca-se através desse trabalho fazer uma investigação sobre a possibilidade de democratização do acesso ao Ensino Superior por meio de uma iniciativa popular em que alunos, professores, coordenadores, instituições, organizações e voluntários se tornaram sujeitos para a mudança de realidade considerando as adversidades e as inovações enfrentadas pelo pré-vestibular comunitário EDUCAFRO.

De forma objetiva, pode-se dizer que o objetivo a que nos propomos aqui reside em descrever a história do projeto de pré-vestibular comunitário EDUCAFRO, da primeira intuição no município de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, à sua implantação em outros Estados do Brasil desde a década de 1980 até os dias de hoje. A forma que se dará a apresentação desse trabalho é através da apresentação da metodologia de ensino utilizada pelo pré-vestibular comunitário EDUCAFRO para disseminar conhecimento, preparar alunos afrodescendentes e carentes para o acesso à Universidade e ao mercado de trabalho. Far-se-á isso através da leitura histórica e pela análise dos principais objetivos que motivaram a criação da EDUCAFRO, como foram alcançados por meio das histórias de vida de alunos egressos do projeto e alguns de seus resultados.

Antes, no entanto de se chegar ao tema propriamente dito, podemos considerar como primeira parte desse trabalho o que encontramos no primeiro capítulo e no início do segundo capítulo. A EDUCAFRO, como também sua origem no PVNC, é o tema da parte final do segundo capítulo e, sobretudo, o que se lê no terceiro capítulo.

O primeiro capítulo da dissertação está estruturado com o objetivo de contextualizar a condição dos homens e das mulheres negros no Brasil, em especial no tocante à educação, nos diversos momentos da nossa história. Lembraremos de como os africanos foram trazidos para o Brasil vítimas de violência que os extraiu dos seus territórios no interior do continente, passando pelo desterro da África e por condições precárias, insalubres e inumanas de travessia transatlântica até os trabalhos forçados a que foram submetidos aqui. Assim, buscar-se-á apresentar elementos históricos, de costumes e jurídicos que impediam qualquer forma de acesso aos estudos aos negros, como se vê no Artigo 69 do Decreto 1331-A, de 1854 proibindo a frequência escolar aos que padeciam de moléstias contagiosas, aos não-vacinados e aos escravos. Ou seja, considerando que os escravizados eram todos negros e, salvo algumas exceções, todos os negros eram escravizados, os negros eram tratados como que se fossem algum tipo de ameaça à saúde pública ou à integridade dos demais cidadãos, como os portadores de doenças contagiosas e os não-vacinados.

Na sequência da narrativa se discorrerá a respeito das diversas reformas educacionais brasileiras no decorrer das décadas e a permanente exclusão do acesso dos negros aos estudos. Embora tenham ocorrido algumas evoluções positivas no sentido de universalização do ensino, pode-se dizer que não houve nenhuma evolução social ou inclusiva para minorias no campo da educação. As leis e normas buscavam apenas a manutenção do controle das instituições de ensino e queriam preparar mão-de-obra elementar para atender às demandas da indústria. A temática racial não estava presente nos princípios norteadores da reflexão e dos

direitos no tocante à educação, à alfabetização e muito menos no acesso ao Ensino Superior. Pela análise dos documentos, leis e reformas educacionais, é possível afirmar que não havia diferenças a serem superadas, ou necessidades de compensações para diminuir defasagens estruturais na população brasileira. Enfim, se falará que no decorrer de mais de três séculos de escravidão do povo negro nada se fez pela educação dos negros e nada, ou pouco, se fez no período pós-abolição.

Por fim, o primeiro capítulo chega ao momento em que a EDUCAFRO começa a ser gestada através do movimento negro e da entrada das questões raciais na ordem do dia de muitas instituições. Chegaremos assim ao período da redemocratização do país na década de 1980 e às primeiras políticas públicas que favoreceram aos negros e aos pobres no acesso ao Ensino Superior, o que ocorreu apenas na primeira década do século XXI.

Nesse sentido, um passo importante foi a inclusão do ensino das contribuições das culturas de matizes indígenas e africanas no ensino da História do Brasil. Isso acontece com a LDB de 1996, Lei 9.394/96. Pela primeira vez se valoriza a história africana e indígena como contribuições culturais para aquilo que é a cultura brasileira. O texto legal passava a incluir como oficiais as culturas e as histórias dos povos indígenas e africanos no ensino da História do Brasil.

Partindo daquele momento importantíssimo de 1996, passaremos pelas evoluções e conquistas promovidas pelas Leis de cotas na UERJ, como a Lei 3.524/2000 que dispunha sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em Universidades Públicas Estaduais, reservando o mínimo de 50% das vagas por curso e turno aos alunos oriundos da rede pública, ou pela Lei 3.708, de 9 de novembro de 2001 que estabeleceu cota mínima de até 40% para as populações negra e parda no preenchimento das vagas em cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade. como também previa que os candidatos originários das escolas públicas estavam isentos de qualquer taxa de inscrição. Como também pelas melhorias e ganhos da reforma da LDB em 2003 através da Lei 10.693, já no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, PT, até chegarmos às políticas públicas de ações afirmativas e inclusão como o Programa Universidade para Todos, PROUNI, criado com o objetivo de proporcionar acesso às universidades através de bolsas de estudo integrais ou parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior e instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

Para se chegar a esse momento histórico passaremos antes pela apresentação dos diversos movimentos negros que podem ser considerados como gestas das EDUCAFRO. Falaremos de como os próprios negros buscaram caminhos e alternativas de organização que minimizassem os danos sofridos e que poderiam redundar em qualquer tipo de melhoria na qualidade de vida. Buscaremos discorrer sobre como o Movimento Negro proporcionou aos negros um lugar de existência para os escravizados e ex-escravizados no Brasil. Através das organizações de diversos grupos esses movimentos abrem espaços para ações afirmativas de raça e de direitos. Passaremos pela Imprensa Negra que foi uma iniciativa marcadamente educativa pois visava de alguma forma informar e politizar a população negra sobre suas histórias, seus destinos preparando-os para a integração na sociedade brasileira. Visitaremos também movimentos como a Frente Negra Brasileira – FNB, que se dedicava à educação, cultura e entretenimento, mas também à criação de escolas e núcleos de alfabetização de adultos. Ou ainda o Teatro Experimental do Negro – TEN, que além de se dedicar às artes cênicas, promovia a reflexão em busca de melhores condições de vida para a população afrodescendente, partindo também da alfabetização de seus atores chegando ao engajamento político de artistas, autores e diretores. Também pelo Movimento Negro Unificado – MNU, que tinha no tema da educação o seu principal elemento de luta contra o racismo e formou uma geração de intelectuais negros de alta relevância acadêmica nas pesquisas sobre relações étnico-raciais no Brasil. Trataremos também de como na Igreja Católica, berço da

EDUCAFRO, surgiram na segunda metade do século XX movimentos e organizações que debatem o tema do Negro e da necessidade de inclusão, quer seja pelas reflexões promovidas pelo Concílio Vaticano II, quer seja pela Teologia da Libertação, até a adoção do tema da Campanha da Fraternidade, CF, “A Fraternidade e o Negro”, com o lema — “Ouvi o clamor deste povo” no ano de 1988.

Por fim, a partir da segunda metade do Capítulo 2 e no terceiro Capítulo, trataremos de como a EDUCAFRO, nasce na Baixada Fluminense, num ambiente periférico junto à Igreja de São João Batista, se desenvolveu como instrumento de inclusão social através da preparação de jovens, em sua maioria negra e carente, para o ingresso no Ensino Superior.

Veremos como a EDUCAFRO nasceu da constatação de uma comunidade de que seus membros mais pobres, em sua maioria negros, dificilmente chegavam às Universidades e estavam fadados aos trabalhos com baixos salários e, conseqüentemente, à pobreza. Com o objetivo de aumentar o número de pessoas pobres e negras nas universidades do Rio de Janeiro, aquela comunidade começou a se organizar para mudar a história dos seus e acabou mudando a história de muitos pelo Brasil. Nesse trabalho buscaremos apresentar a história da EDUCAFRO e, através dessa história, fazer uma análise dos fatos, dos aprendizados, dos erros e dos acertos da organização.

O texto dedicará espaço para entendermos como a EDUCAFRO, no decorrer dos anos, tem sido um instrumento de inserção de jovens negros e carentes nas universidades. Como o trabalho é desenvolvido por iguais, ou seja, o projeto se mantém pelo trabalho voluntário de professores e coordenadores, em sua maioria também periféricos, negros e pobres. Tratando-se de uma experiência em que os jovens negros, carentes e periféricos assumem a condução de sua história e de suas comunidades para mudar os resultados a que estavam fadados. E muitos daqueles que foram alunos, com o passar do tempo, se tornam professores, colaboradores e até mesmo coordenadores de núcleos.

1 CAPÍTULO 1

A CONDIÇÃO DO NEGRO NO BRASIL

São os guerreiros ousados
Que com os tigres mosqueados
Combatem na solidão.
Ontem simples, fortes, bravos.
Hoje míseros escravos,
Sem luz, sem ar, sem razão...
(ALVES, 1996, p.133)

Os negros foram trazidos para o Brasil indiscutivelmente contra os seus reais interesses. Retirados de suas terras, os negros foram pelo longo dos séculos transportados pelos oceanos para os trabalhos forçados em outras terras. Esses negros chegaram ao Brasil já no início do século XVI e a escravização se estendeu por mais de trezentos anos até a sua abolição legal.

Durante todo o período escravocrata os negros foram submetidos aos trabalhos forçados dos mais diversos e lhes foi podada qualquer possibilidade de letramento, salvo algumas exceções em que a mínima formação intelectual do escravo se fazia útil para os senhores.

A condição dos negros no período pós-abolição pouco mudou se comparada ao período anterior. Praticamente nada se fez em favor de uma educação formal dos ex-escravizados e de uma intelectualização que pudesse ser inclusiva. Esse capítulo apresenta a condição dos negros no período pós-abolição, as reformas educacionais em diversos momentos da história do Brasil, passando desde as mais excludentes até chegar ao momento mais inclusivo no início do século XXI.

1.1 Da Condição do Negro no Período Pós-abolição.

A condição do Brasil, sobretudo da população negra e empobrecida, dos séculos XX e XXI é profundamente marcada pelo período escravagista que durou mais de três séculos. Ele estende-se também não somente pela história, mas por uma mentalidade colonial de dominação.

Naquele período os africanos que foram desterrados e trazidos para o Brasil passaram por um elevado nível de violência, quer pela forma como foram arrancados de diversos territórios da África, quer pelo modo como foram transportados ao Brasil e, sobretudo pelos trabalhos forçados a que foram submetidos quando aqui chegaram. Tal como especiarias ou mercadorias baratas, homens e mulheres foram sacados de suas terras e atirados mundo afora, sobretudo em direção à América de forma vil, desumana e ausente de qualquer grau de dignidade.

No século XV quando os portugueses chegaram ao litoral africano o comércio apresentou-se como uma fonte extremamente lucrativa de ganhos. Só nos primeiros anos Portugal buscava no litoral da Guiné uma média de 5 até 6.000 escravos por ano. Já no século XVII esse número saltou para 30.000, atingindo no século XVIII – apogeu da exploração do ouro, diamantes e açúcar no Brasil – a impressionante cifra de 80.000 escravos por ano. [...]

No seu conjunto – estes cálculos mais precisos e atuais – cerca de 12 milhões de africanos foram, através da migração forçada, enviados para o Novo Mundo. Da mesma forma, calcula-se que para cada negro exportado para a América, um negro morria na própria África em virtude dos maus-tratos das guerras de captura (espancamento, fome, doenças etc.), elevando a sangria do continente negro para pelo menos 24 ou 25 milhões de vítimas do comércio europeu. [...] o grande fluxo internacional de escravos baseava-se no comércio de homens e mulheres jovens, aptos para o duro trabalho nas plantações do Novo Mundo. (SILVA, 2000, p. 53-54)

Nessas viagens violentas e penosas muitos morreram sem alcançar a terra firme – quiçá boa sorte comparada ao que seria encontrado além-mar. Escravizados e apartados da África para chegar a lugar nenhum: expressão pura de dominação e poder. Em terras brasileiras, o destino era a morte nos pesados serviços forçados do campo, sempre com a iminência da violência e dos maus-tratos. E essa não demorava. A expectativa de vida de um negro escravizado no Brasil neste período era de 19 anos.

[...] no Brasil do último quarto do século XIX a expectativa de vida dos escravos, ao nascer, variava em torno de 19 anos. O espanto que esse número pode causar ao leitor de hoje só não é maior quando se sabe que a expectativa de vida de um brasileiro não escravo era de apenas 27 anos em 1879. Nos Estados Unidos, a expectativa de vida dos escravos, por volta de 1850, era de 35 anos e meio, apenas 12% menor do que a da população total e muito superior à de um brasileiro médio. As condições de vida, no século XIX, eram ruins para todos e muito piores para os escravos. (NOGUEIRA, 2011)²

Não bastassem as condições degradantes a que foram submetidos, a lógica colonial foi estigmatizante para que fossem tratados como uma raça inferior. Certo é que foram trazidos unicamente com o fim exploratório e econômico. Vieram como produto e mão-de-obra à revelia de suas vontades para, num primeiro momento, produzir riquezas para a metrópole e depois para os grandes senhores de terras. Foram explorados forçadamente nas diversas frentes deste longo período, da cana-de-açúcar, passando pelas minas em busca do ouro, como nas lavouras de café. Oriundos de diversas etnias e culturas africanas, aqui construíram uma civilização à qual nunca foram devidamente integrados. A escravidão de negros africanos era extremamente vantajosa aos senhores dos engenhos, aos mercadores de escravizados e à elite estabelecida, dada às atividades e o retorno certo e rápido dos investimentos. Via de regra, não precisavam ser treinados para as tarefas às quais eram destinados, pois já dominavam as

² **EXPECTATIVA DE VIDA E MORTALIDADE DE ESCRAVOS:** Uma análise da Freguesia do Divino Espírito Santo do Lamim – MG (1859-1888) **Luiz Fernando Veloso Nogueira**. Disponível em <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao51/materia01/>>. Acesso em 09 de novembro de 2021.

suas tecnologias desde o continente africano que já produzia em moldes similares aos europeus.

Os colonizadores tinham conhecimento das habilidades dos negros, sobretudo por sua rentável utilização na atividade açucareira das ilhas do Atlântico. Muitos escravos provinham de culturas em que trabalhos com ferro e a criação de gado eram usuais. Sua capacidade produtiva era assim bem superior à do indígena. [...] durante a primeira metade do século XVII, nos anos de apogeu da economia do açúcar, o custo de aquisição de um escravo negro era amortizado entre treze e dezesseis meses de trabalho e, mesmo depois de uma forte alta nos preços de compra de cativos após 1700, um escravo se pagava em trinta meses. (FAUSTO, 2003, p. 50-51)

Nessa toada, a população que habitava o Brasil naqueles idos era profundamente marcada pela influência africana. Ainda assim, eram os escravizados negros desconsiderados para fins de direito e cidadania. Exemplo disso ocorre em 1854 quando houve uma reforma educacional no Brasil³ que buscou organizar a estrutura de ensino. Esta reforma é fruto do Decreto 1.331-A, de 17 de fevereiro, e entre outras coisas instituía a obrigatoriedade da escola primária às crianças maiores de sete anos, a gratuidade do ensino a expensas da Corte e previa meios estruturais para manter a disciplina, a ordem e os aspectos morais vigentes à época⁴. Havia previsão, por exemplo, de como seriam tratados alunos pobres ou órfãos que seriam criados em *asylos*⁵, ou encaminhados aos párocos ou professores que cuidariam das necessidades básicas e seriam preparados para trabalhos manuais. Porém, o que nos interessa aqui, à título ilustrativo da condição imposta aos negros, é a previsão do Artigo 69 que impedia o acesso dos escravizados ao ensino formal:

Art. 69. Não serão admitidos à *matricula*, nem poderão frequentar as escolas:

§ 1º Os meninos que padecerem *molestias* contagiosas.

§ 2º Os que não tiverem sido *vaccinados*.

§ 3º Os escravos. (Decreto 1331-A, de 17/02/1854. Grifos meus e mantida a grafia da época).

³ Essa reforma consistia na aprovação do Regulamento que organizava o ensino primário e secundário do Município da Corte. Foi assinado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, por isso também ficou conhecida como Reforma Coutto Ferraz.

⁴ O Decreto-Lei dedicava, por exemplo, artigos com condições para mulheres, fossem casadas, solteiras ou viúvas. A preocupação não estava necessariamente atrelada à capacidade técnica, didática ou profissional, mas demonstrava-se atenta às preocupações morais. À título de exemplo, segue o que prevê o Artigo 16:

Art. 16. As professoras devem exhibir, de mais, se forem casadas, a certidão do seu casamento; se viúvas, a do obito de seus maridos; e se viverem separadas destes, a publica fôrma da sentença que julgou a separação, para se avaliar o motivo que a originou.

As solteiras só poderão exercer o magisterio publico tendo 25 annos completos de idade, salvo se ensinarem em casa de seus paes e estes forem de reconhecida moralidade.

⁵ *Asylos* eram uma espécie de orfanatos criados para evitar que órfãos e crianças pobres vivessem em condição de mendicância para que pudessem frequentar a escola. Essas crianças seriam preparadas para as companhias de aprendizes dos arsenais, ou de Imperiais Marinheiros, ou para as oficinas públicas ou particulares. Aqueles que se distinguissem, mostrando capacidade para estudos superiores, porém seriam encaminhados para estudos superiores de acordo com a sua inteligência e aptidão.

A reforma educacional que se implantava no Brasil previa expressamente que escravizados não tinham acesso à formação escolar. O impedimento à frequência escolar dos negros os equiparava àqueles não vacinados e aos portadores de moléstias contagiosas.

Nesse período da segunda metade do século XIX, após três séculos e meio de exploração, a escravidão foi se desidratando e enfraquecendo a ponto de perder a importância política e econômica de outrora. Muito embora, o tráfico negreiro estivesse em decadência dado às Leis que o proibiram, como, por exemplo, a Lei Bil Alberdeen, promulgada em 1845 que proibia o tráfico de negros africanos. Aquela Lei permitia à Marinha britânica perseguir, interceptar e prender qualquer navio que transportasse escravizados no Atlântico Sul. As embarcações interceptadas seriam reconduzidas à África onde desembarcariam os escravizados na condição de homens livres e aprisionados os traficantes.

Neste sentido, em 04 de setembro de 1850 foi promulgada no Brasil a Lei nº 581, conhecida como Lei Eusébio de Queirós. Embora possa ser considerada como um dos primeiros passos da abolição, na verdade, temos que foi gestada como filha do medo das represálias que poderiam recair sobre o Brasil em decorrência da Lei Bill Alberdeen (1845). Através dessa Lei, o então ministro da Justiça apresentou uma manifestação que agradaria aos ingleses no sentido de se promover a extinção do tráfico de negros escravizados. Era, literalmente, uma lei para mostrar que o Brasil estava andando a par e passo com os pensamentos de vanguarda da época. O objetivo estava mais em atrair a simpatia inglesa e evitar represálias do que propriamente na libertação de escravizados ou no fim do tráfico de escravos da África para o Brasil.

Com essas influências externas como motivação, na segunda metade do século XIX, o Brasil passou por importantes momentos que modificaram o seu futuro. Essas modificações foram bastante importantes para os negros, embora não tenham sido emancipatórias, ou compensatórias. Vale destacar, que no tocante à escravidão e à liberdade a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei do Sexagenário (1885) e a Lei Áurea (1888) nenhuma forma de compensação foi prevista nos termos legais.

O primeiro momento foi a Lei do Ventre Livre. Promulgada em 28 de setembro de 1871 considerou livres os filhos de negras escravizadas nascidos a partir daquela data. Em seguida a Lei dos Sexagenários, promulgada em 28 de setembro de 1885, previa a liberdade aos negros escravizados com mais de 60 anos. Naqueles dois momentos foram libertos os que não tinham importância econômica para o sistema escravocrata, pois libertava quem ainda não tinham condições produtivas, como também aqueles que já estavam alquebrados pelos duros anos de escravidão e que poucos chegavam aos 60 anos. Em que pese a liberdade legal que beneficiaria as crianças e os idosos, nenhuma política pública os amparava. A Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários não previam em suas redações a educação para as crianças, abrigos ou trabalhos remunerados para os sexagenários e tampouco a determinação de edição de normativas que regulamentassem benefícios básicos.

Ainda nesse contexto é importante notar que a liberdade anunciada tinha seus pedágios. A criança nascida “livre” continuava como responsabilidade dos senhores até completar oito anos. Nessa época ou seriam entregues aos cuidados do governo em troca de uma indenização, ou serviriam ao senhor até os vinte e um anos como reembolso pelos cuidados desde o nascimento.

Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no *Imperio* desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas *mães*, os *quaes* terão obrigação de *criar-os* e *tratar-os* até a idade de oito *annos* completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da *mãe* terá opção, ou de receber do Estado a

indenização de 600\$000, ou de *utilizar-se* dos serviços do menor até a idade de 21 *annos* completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A *indenização pecuniaria* acima fixada será paga em *titulos* de renda com o juro *annual* de 6%, os *quaes* se considerarão *extinctos* no fim de 30 *annos*. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar *daquelle* em que o menor chegar á idade de oito *annos* e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo *arbitrio* de utilizar-se dos serviços do mesmo menor. (Lei 2.040 de 28/09/1881. Grifos meus e mantida a grafia da época).

Já o pedágio imposto aos libertos pela Lei dos Sexagenários consistia que se tornariam livres após mais três anos de servidão a partir daquela data ou ao completarem 65 anos, nos casos daqueles cuja idade já ultrapassara o limite.

Art. 3º Os escravos *inscriptos* na *matricula* serão libertados mediante *indenização* de seu valor pelo fundo de emancipação ou por qualquer outra *fôrma* legal.

[...]

§ 10. São libertos os escravos de 60 *annos* de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta Lei; ficando, porém, obrigados, a *titulo* de *indenização* pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de *tresannos*.

§ 11. Os que forem maiores de 60 e menores de 65 *annos*, logo que completarem esta idade, não serão sujeitos aos *alludidos* serviços, qualquer que seja o tempo que os tenham prestado com relação ao prazo acima declarado. (Lei 3.270 de 28/09/1885. Grifos meus e mantida a grafia da época).

Dessa precificação da liberdade fica evidente que os escravos não eram senão mercadorias nas mãos de seus senhores e do Estado e, que apesar da libertação, continuavam na mesma condição. Isso significava também indenizações aos seus proprietários e nenhuma compensação indenizatória ou mesmo algo que pudesse servir de ajuda de custo para a manutenção e estruturação de uma vida livre.

Por fim, o processo abolicionista culminou com a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, que oficialmente acabou com a escravidão no Brasil.

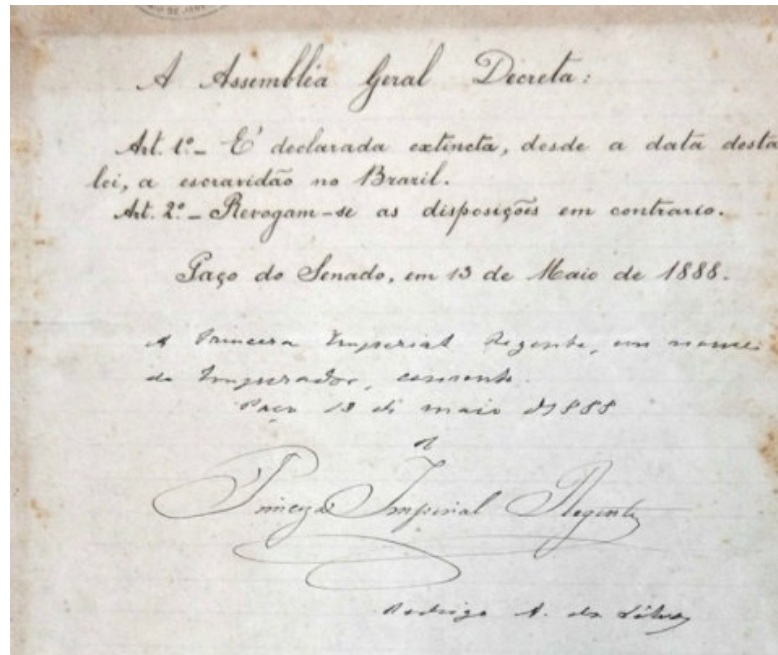


Figura 1. Detalhe do decreto imperial que declarou extinta a escravidão no Brasil. Foto domínio público⁶

Apesar da evolução legal que extinguiu a escravidão no Brasil, aqueles que nasceram livres alcançados pela Lei do Ventre Livre ou aqueles libertos pelas Leis dos Sexagenários e Áurea foram condenados a uma condição marginal. Ao passo que os senhores de escravos foram indenizados por aquilo que consideravam suas perdas econômicas, os escravizados não foram absorvidos como força de trabalho empregada e não tinham moradia, como também não receberam qualquer forma indenizatória, ou mesmo educacional, que permitisse a sua inserção na sociedade formal. Ou seja, os negros africanos foram sequestrados de suas terras, trazidos forçadamente para o Brasil, explorados como escravizados para o desempenho de atividades pesadas e descartados à própria sorte sem condições mínimas para a inserção social necessária e compensatória pelos danos sofridos.

A sorte não era diversa para os negros aqui nascidos, brasileiros, portanto. Nesse sentido, a liberdade não passou de uma ficção e tornou-se uma espécie de condenação à marginalidade. Os negros libertos foram, portanto, condenados mais uma vez ao serem excluídos do sistema econômico e social da época. Naturalmente, o negro livre foi mantido pela sociedade como uma categoria inferior, sendo inadmissível para a população branca os considerar como cidadãos livres e iguais.

Com o processo abolicionista todos aqueles que nasceram ou se tornaram libertos constituíram uma camada absolutamente e demasiadamente pobre. Foram lançados ao mercado de trabalho sem uma instrução formal, se tornavam desempregados e de certa maneira não aproveitáveis pela própria sociedade. Era fundamental que houvesse, portanto, algum tipo de educação voltada para essa população, mas isso não estava na ordem do dia dos governantes. Não se promoveu qualquer forma de inclusão ou inserção do negro na sociedade formal do Brasil. Apesar disso, conforme o que se lê no *Jornal do Commercio*, de Porto Alegre em 1884, segundo coletou Schneider (1993), os abolicionistas que pensavam na libertação dos escravos para além do viés das sanções econômicas como as da Lei Bil

⁶ Disponível em <<https://www.bn.gov.br/arquivo/imagem/cobertura-2582-13-maio-1888-princesa-isabel-assina-lei>> Acesso em 22 de novembro de 2021.

Alberdeen, já apontavam para a questão educacional como uma preocupação séria e assunto importante para o direito natural do homem:

Libertar não quer dizer tão somente dar o direito natural, porque há outro cativo não menos prejudicial ao homem – o da ignorância. Livre, porém, eles devem ir, desde já, recebendo a educação indispensável a sua próxima entrada no mundo social e civilizado, de modo que pudessem aspirar a um futuro independente. [...] Hoje, mais do que nunca, manifesta-se a necessidade de aulas noturnas na província (SCHNEIDER, 1993, p. 449).

Essa preocupação dos abolicionistas do Sul, já havia sido tratada na Corte. No Rio de Janeiro, no auge das discussões abolicionista, o Decreto 7.031 de 06 de setembro de 1878 criou as escolas noturnas para homens livres e libertos na Corte, conforme o seu Artigo 5^a.

Art. 5º Nos cursos *nocturnos* poderão matricular-se, em qualquer tempo, todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 *annos*. As *matriculas* serão feitas pelos Professores dos cursos em vista de guias passadas pelos respectivos Delegados, os *quaes* farão *nellas* as declarações da naturalidade, filiação, idade, profissão e *residencia* dos *matriculandos*. (Decreto 7031 de 06/09/1878. Grifos meus e mantida a grafia da época).

Este Decreto foi uma das principais iniciativas educacionais destinadas aos homens livres e aos libertos. Assim, embora ainda não alcançasse aqueles filhos de escravas que nasceram após a promulgação da Lei do Ventre Livre. Era a primeira oportunidade formativa dada àqueles descendentes dos africanos escravizados, pois aos libertos com mais de 14 anos havia a possibilidade de matrícula. De certa maneira, passava-se a dar alguma tinta de cidadania àquela parcela da população. Assim, a educação era um instrumento que significava, segundo Chalhoub (1986, p. 43) “transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida ‘civilizada’”. Apesar disso, temos que os objetivos educacionais do Decreto e das Escolas noturnas não visavam primeiramente a liberdade para a inserção social dos indivíduos. Antes disso, tinham por objetivo a preparação dessa população para:

[...] o amor ao trabalho, independente das vantagens e desvantagens materiais que podiam daí advir. Os homens das classes populares, especialmente os negros libertos, foram alvo de um rígido controle e disciplinamento que, entre outros mecanismos, contaram com o auxílio da instrução formal. A ética do “amor ao trabalho” foi um dos principais objetivos a serem alcançados via educação. (PERES, 1995, p. 88)

A educação dos negros libertos, apesar de iniciativas como o Decreto nº 7.031/1878, não era uma preocupação prioritária do Estado. Era sim uma oportunidade de acesso ao estudo que não era obrigatório e que não visava nada que fosse muito além de uma preparação para o trabalho. Não se vislumbrava nada muito acadêmico que permitisse aos negros a inserção social de fato.

Desses dados, temos que a escravidão, sua agressividade e barbárie não podem ser consideradas extintas pelos dispositivos legais apresentados. A condição de mercadoria, de abandonados e de desprotegidos manteve essa população de homens e mulheres livres como marginais da sociedade que, por seu trabalho escravo, enriqueceu. Estavam agora ao léu.

1.2 As Reformas Educacionais Brasileiras e os Negros

Desde 1888, no período pós-abolição da escravidão no Brasil, o ensino público no país passou por várias reformas. É importante que visitemos algumas delas, mesmo que de modo bastante objetivo. Queremos entender e apresentar qual era a condição dos negros e de que modo as reformas se posicionavam, ou se calavam, para não reformar o tratamento desigual dado a essa população, mantendo-os em condição periférica.

Os Decretos nº 891/1890 e 892/1890 inauguram o início da reforma capitaneada por Benjamin Constant⁷. Estes decretos fundamentaram-se na organização do ensino com base em medidas que visavam a disciplina e o controle e buscavam adaptar a educação ao desenvolvimento industrial pelo qual o Brasil passaria. Segundo Neuhold (2013), do primeiro Decreto supracitado, por exemplo, se extrai a percepção de uma grade curricular marcada pelas ciências positivas em todos os níveis de ensino, do primário ao superior.

Constant reproduziu na nova proposta curricular a hierarquia das ciências definida por Auguste Comte, partindo do mundo natural em direção ao social. Já na instrução primária do segundo grau, os alunos tinham noções de Física e Biologia na disciplina Elementos de Ciências Físicas e História Natural aplicáveis às Indústrias, à Agricultura e à Higiene. No ensino secundário do Ginásio Nacional, Geometria e Cálculo integravam-se às disciplinas do terceiro ano; Mecânica e Astronomia do quarto, Física e Química do quinto, Biologia do sexto, e, finalmente, Sociologia e Moral do sétimo ano, ao lado de Noções de Direito Pátrio e Economia Política. (NEUHOLD, 2013, p. 21)

Nesse andamento reformista, o Decreto nº 982/1890 era ainda punitivista e proibitivo. Ficava nítido que o ensino devia ser manifestamente controlador. Vejamos a redação de dois artigos importantes daquele Decreto:

Art. 17. São *proibidas* reuniões e conversas nos corredores.

Art. 18. Não será *permittedo* aos alunos *ocupar-se* na Escola com a *redacção* de *periodicos* e com *quaesquer* trabalhos da mesma natureza, que possam *distrabil-os* dos seus estudos regulares. (Decreto 982, de 08/11/1890. Grifos meus e mantida a grafia da época).

Portanto, a reforma proposta e implantada por Benjamin Constant não propunha uma educação amodelada às humanidades, não era inclusiva e tampouco liberal. Buscava doutrinar e preparar os alunos para as atividades práticas do mundo do trabalho e para aquelas que seriam as necessidades da indústria. A preocupação não estava em quem seria formado, mas antes disso no para que se estava formando. Não havia nenhum dispositivo legal que previa a inclusão de negros libertos ao sistema educacional.

Um passo importante no tocante à educação dos negros e empobrecidos ocorreu em 1901, com a reforma promovida por Epiácio Pessoa⁸ em seu Decreto nº 3.890/1901. Seu

⁷Benjamin Constant Botelho de Magalhães, nascido em Niterói em 18 de outubro de 1836 foi militar, engenheiro, político e professor. Foi Ministro da Guerra e Ministro da Instrução Pública no Brasil e morreu no Rio de Janeiro em 22 de janeiro de 1891.

⁸Epiácio Lindolfo da Silva Pessoa foi um político, magistrado, diplomata, professor universitário e jurista brasileiro, presidente da república entre 1919 e 1922. Nascido em Umbuzeiro, Paraíba, em 23 de maio de 1865 e falecido em Petrópolis, Rio de Janeiro, em 13 de fevereiro de 1942.

objeto principal foi a implantação de um código de normas para os *Institutos Officiais de Ensino Superior e Secundário*. Em resumo, se criava uma espécie de descentralização do ensino superior que deixava de ser apenas responsabilidade do governo central, permitindo a criação daqueles cursos superiores e secundários pelos governos dos Estados e também pela iniciativa privada. Apesar dessa descentralização, o Decreto previa que qualquer desses cursos criados fosse equiparado ao sistema federal e monitorado por um delegado de reconhecida competência:

TITULO II

Instituições de ensino superior e *secundario* fundadas pelos Estados ou por particulares

Art. 361. Aos estabelecimentos de ensino superior ou *secundario* fundados pelos Estados, pelo *Districto* Federal ou por qualquer associação ou individuo, poderá o Governo conceder os *privilegios* dos estabelecimentos *federaes congeneres*.

[...]

Art. 365. Os institutos fundados pelos Estados, pelo *Districto* Federal ou por particulares, que *quizerem* obter a equiparação aos institutos *federaes*, declararão a sua denominação, *séde* e fins, o nome e naturalidade dos seus administradores e da pessoa a cujo cargo estiver a sua *direção technica*, e instruirão o pedido com os seguintes documentos:

[...]

Art. 366. A vista dos documentos apresentados, o Governo nomeará um delegado de reconhecida *competencia*, o qual fiscalizará o instituto pelo espaço de *dous annos* e em *relatórios semestraes* exporá quanto observar sobre o *programma* o merecimento do ensino, processo dos exames, natureza das provas *exhibidas*, condições de admissão á matricula, idoneidade moral e *technica* do *director* e do corpo docente, *existencia*, de *laboratorios* e gabinetes *necessarios* ao ensino, *frequencia* do instituto e o mais que possa interessar.

[...]

Art. 370. Os institutos equiparados terão o direito de conferir aos seus *alumnos* os *gráo* que concedem os estabelecimentos *federaes*, uma vez que *elles* tenham obtido as *approvações* exigidas pelos regulamentos destes para a obtenção dos mesmos *gráo*.

Art. 371. Os exames desses estabelecimentos serão feitos de conformidade com as leis, decretos e *instrucções* que regularem os dos estabelecimentos *federaes*, e valerão para a *matricula* nos cursos destes.

Paragrapho unico. A *transferencia* de *alumnos*, porém, de um para outro instituto federal ou *officialmente* reconhecido, só será *permittida* depois de prestado o exame do *anno*. (Decreto 3890, de 01/01/1901. Grifos meus e mantida a grafia da época).

Embora as leis e reformas tenham sido importantes para o sistema educacional, não há nada de novo no tocante à universalização do ensino ou mesmo à inclusão de todas as camadas sociais, quer pobres, quer negros ou qualquer outro grupo. As novidades mais importantes giraram em torno de possibilidades de expansão como a permissão para que os Estados e entidades particulares criassem instituições de Ensino Superior, mantendo-se o

controle do Governo Federal e as suas diretrizes. Tratava-se de reformas meramente expansionistas sem preocupação inclusiva, pois em nada se considerava a presença de negros livres que precisavam ser incluídos. A ausência dos negros no sistema educacional é gritante e faz oficial a negligência com essa parcela da população.

A próxima reforma na educação se deu em 1911. Dessa vez implantada pelo Decreto nº 8.659/1911 e foi liderada pelo ministro Rivadávia Corrêa⁹. Acreditamos que esta é certamente a mais controversa dentre as demais aqui apresentadas, pois ela retira do Estado a importância máxima de referência para as demais instituições, como garantia o Decreto de Epitácio Pessoa. Os dois artigos exordiais desse Decreto são claros e diretos no sentido de extinção hierárquica de referência que gozavam os Institutos criados pela União:

Art. 1º A *instrução* superior e fundamental, *diffundidas* pelos institutos *creados* pela união, não *gozarão* de *privilegio* de qualquer *especie*.

Art. 2º Os institutos, até agora subordinados ao *Ministerio* do Interior, serão, de ora em diante, considerados corporações *autonomas*, tanto do ponto de vista *didactico*, como do administrativo. (Decreto 8659, de 05/04/1911. Grifos meus e mantida a grafia da época).

A autonomia e liberdade que aquela reforma concedeu aos institutos suprimiu o caráter oficial do ensino. Não havia mais a referência que até então estava nas instituições criadas e geridas pela União.

Outra novidade implantada pelo Decreto de Rivadávia Corrêa foram as taxas e exames para admissão no ensino:

Art. 65. Para concessão da *matricula*, o candidato passará por exame que habilite a um *juizo* de *conjuncto* sobre o seu desenvolvimento *intellectual* e capacidade para *empreender eficazmente* o estudo das *materias* que constituem o ensino da faculdade.

[...]

§ IV. Taxas *especiaes* de exame de admissão serão cobradas, sendo do seu *producto* pagas as diárias dos examinadores.

[...]

Art. 69. Para matricular-se, o *alumno* terá de contribuir com as seguintes taxas:

1ª, taxa de *matricula*;

2ª, taxa de *frequencia* dos cursos, por *anno* escolar.

Paragrapho unico. Os cursos privados serão remunerados, de *accôrdo* com as condições estabelecidas pelos professores e livres docentes.

[...]

Art. 136. Além das taxas de exame de admissão, os *alumnos* pagarão taxas de *matricula*, de curso, de exame, de *bibliotheca* e de certificado. (Decreto 8659, de 05/04/1911. Grifos meus e mantida a grafia da época).

Assim, mais uma vez a educação brasileira passou por uma reforma que não considerava a universalização do ensino e se concretizou sem considerar a condição do negro

⁹Rivadavia da Cunha Correia foi deputado federal, senador, prefeito do então Distrito Federal, Ministro da Justiça e Ministro da Fazenda, nascido em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, em 09 de julho de 1866 e falecido em Petrópolis, Rio de Janeiro em 09 de fevereiro de 1920.

e qualquer forma de inclusão social. Ou seja, o negro não era um problema educacional para o governo, pois não foi considerada sua inclusão na sociedade. Antes disso, temos que essa reforma adotou, além de exames admissionais, taxas de matrícula, de exame, biblioteca e certificados, o que além de não incluir dificultava seu acesso ao ensino.

Dada às medidas agressivas e impopulares promovidas por Rivadávia Corrêa, a próxima reforma não tardou. Menos de quatro anos após, em 18 de março de 1915, entrou em vigor o Decreto 11.530. O responsável desta vez foi Carlos Maximiliano¹⁰. Na contramão do Decreto anterior, esse dispositivo legal buscou reorganizar o ensino secundário e superior na República. O Conselho Superior de Ensino volta a estar sob o poder homologatório do Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores.

Art. 1º O Governo Federal continuará a manter os seis institutos de *instrução* secundaria e superior subordinados ao *Ministerio* da Justiça e *Negocios* Interiores, dando-lhes autonomia *didactica* e administrativa de *accôrdo* com as disposições deste decreto. (Decreto 11530, de 18/03/1915. Grifos meus e mantida a grafia da época).

A iniciativa privada não perdeu espaços com esse Decreto, mas restabeleceu-se a ideia de que deveria haver um controle oficial do Estado na regulamentação do Ensino. Os institutos criados pela União voltam ao seu *status* anterior de referência para as demais instituições particulares. Embora não tenha apresentado inovações no tocante à inclusão do negro no ensino, esse Decreto recuperou a educação de alguns aspectos importantes feridos pela reforma anterior.

Dez anos depois, em 1925 ocorre nova reforma educacional. Dessa vez comandada pelo ministro João Luiz Alves¹¹ e através do Decreto nº 16.782-A de 13 de janeiro de 1925. Entre os elementos daquela reforma que se destacam, temos o reconhecimento oficial de associações de estudantes, inclusive com personalidade jurídica, mas submetidas à aprovação do Ministério da Justiça conforme se desprende do Artigo 42:

DAS ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES

Art. 42. As associações de estudantes para fins *scientificos*, *literarios* ou de *assistencia* escolar, serão reconhecidas *oficialmente*, por proposta dos *directores* dos estabelecimentos de ensino, ouvidas as respectivas congregações, por *acto* do *Ministerio* da Justiça e *Negocios* Interiores, depois de adquirida personalidade *juridica*. (Decreto 16.782-A, de 13/01/1925 Grifos meus e mantida a grafia da época).

Por outro lado, aquela reforma estabeleceu restrições no número de vagas, ficando a critério do próprio Governo a quantidade de vagas disponíveis para cada escola ou cursos secundários e superiores.

¹⁰ Carlos Maximiliano Pereira dos Santos foi político, jurista e magistrado brasileiro. Exerceu os cargos de deputado federal, ministro da Justiça, procurador-geral da República e ministro do Supremo Tribunal Federal. Nasceu em São Jerônimo, no Rio Grande do Sul, em 24 de abril de 1873 e faleceu no Rio de Janeiro em 02 de janeiro de 1960.

¹¹ João Luís Alves foi um jurista, escritor, político brasileiro, Foi Ministro da Justiça e Negócios Interiores e Ministro do Supremo Tribunal Federal, membro da Academia Brasileira de Letras, nascido em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 23 de maio de 1870 e falecido em Paris, na França, em 15 de novembro de 1925.

Art. 207. Durante o *mez* de fevereiro o *director* da Faculdade proporá ao Ministro da Justiça a fixação do limite *annual* para as *matriculas* do 1º *anno* do curso, tendo em vista as possibilidades da *efficiencia* do ensino.

§ 1º. *Approvada* esta proposta pelo Ministro, dentro do *numero* ficado serão permitidas as matriculas.

§ 2º. As *matriculas* se farão na rigorosa ordem de classificação dos candidatos *aprovados* em exame vestibular, salvo o disposto no *paragrapho* seguinte ou a *occurrencia* de vagas, por qualquer motivo, entre os classificados no *numero* fixado, que poderão ser preenchidas pelos *collocados* na ordem *successiva* dos *aprovados*. (Decreto 16.782-A, de 13/01/1925. Grifos meus e mantida a grafia da época).

Aqui é importante percebermos que o Decreto cria uma espécie de reserva de vagas, vez que os bacharéis em Ciências e Letras tinham preferência para matrícula independente da ordem classificatória, de acordo com o parágrafo 3º do Artigo 207. Vale destacar que o título de bacharel em ciências e letras era, e ainda o é concedido exclusivamente aos alunos do Colégio Pedro II¹². Ou seja, mais uma vez a população negra não estava entre aqueles com reserva preferencial.

Art. 207. § 3º. Entre os *aprovados* no exame vestibular, terão *preferencia* para a matricula, independente da ordem de classificação, os *bachareis* em *Sciencias* e Letras. (Decreto 16.782-A, de 13/01/1925. Grifos meus e mantida a grafia da época).

Ademais, temos que o Artigo 206 que trata diretamente da matrícula para os cursos superiores apresentando um rol taxativo de condições para o ingresso. É importante atentarmos para elementos objetivos como a idade mínima, a aprovação no vestibular, a classificação e a comprovação do pagamento de taxas. Temos, no entanto, outro elemento, à alínea *b*, este subjetivo e sem a exposição de razões ou critérios para avaliação que diz respeito ao bom comportamento moral dos candidatos:

Art. 206. Para a *matricula* no primeiro *anno* dos cursos superiores, os candidatos a requererão, aprovando:

- a) idade *minima* de 16 *annos*;
- b) bom comportamento moral;
- c) *aprovação* no exame vestibular;
- d) classificação, neste exame, dentro do *numero proximo* de matriculas *annualmente* fixado, ou prova de que algum dos classificados nesse *numero* não se matriculará, de modo a haver vaga;
- e) prova de pagamento da respectiva taxa. (Decreto 16.782-A, de 13/01/1925. Grifos meus e mantida a grafia da época).

Enfim, temos que esse Decreto, além de estabelecer um controle de vagas, apresenta elementos positivos como a criação das associações estudantis e uma espécie de cotas para os bacharéis em Ciências e Letras que fossem aprovados no exame vestibular. Ocorre, no

¹² O Colégio Pedro II é uma tradicional instituição de ensino público federal, localizada no estado do Rio de Janeiro. É o terceiro mais antigo dentre os colégios em atividade no país, depois do Ginásio Pernambucano e do Atheneu Norte-Riograndense. A escola foi criada em homenagem ao seu patrono, o imperador do Brasil, D. Pedro II. Conta com 12 *campus* no Rio de Janeiro e foi fundado em 2 de dezembro de 1837.

entanto, que não dedica atenção a grupos minoritários, como os negros. Nesse sentido, iguala-se nos interesses e posiciona-se no mesmo local dos demais Decretos que o antecederam.

Os anos que seguiram foram marcados pelos ares políticos da Era Vargas. Os anos de 1930-1937 ficaram conhecidos como a Segunda República. O Brasil passava a pensar-se e a agir segundo o modelo capitalista e industrial. Era cada vez mais necessária a estruturação educacional para a criação de uma mão-de-obra qualificada e especializada que atendesse às demandas da indústria.

A “revolução de 30” inaugurou uma etapa decisiva do processo de constituição do Estado brasileiro enquanto Estado Nacional, capitalista e burguês. A quebra das autonomias estaduais – suporte das tradições oligárquias regionalizadas – resultou na crescente centralização do poder que alocava no Estado federal os comandos sobre as políticas econômica e social e os aparelhos coercitivo-repressivo. Constituíam-se, por essa via, o poder do Estado como poder unificado e genérico representativo do “interesse geral” em sua concretude. (MENDONÇA, 2000, p. 338)

Naquele contexto foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública com o objetivo de organizar o ensino secundário e as universidades de forma a suprir as necessidades do poder econômico. Na Gestão do Ministro Francisco Campos¹³, o Ensino Superior passou por uma reestruturação que o modernizou. Foi naquele momento criado o Estatuto das Universidades através do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Em seu preâmbulo se lê que o sistema adotado pelo ensino superior deve ser preferencialmente o universitário, como também se estabelece aquele decreto como a referência legal para todos os institutos superiores:

Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de *preferencia*, ao *systema universitario*, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização *technica* e administrativa das universidades é *instituida* no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. (Decreto 19.851, de 11/04/1931. Grifos meus e mantida a grafia da época).

Em seu primeiro título estão expostos os fins motivam o Ensino Universitário:

Art. 1º O ensino *universitario* tem como finalidade: elevar o *nivel* da cultura geral, estimular a investigação *scientifica* em quaisquer *dominios* dos conhecimentos humanos; habilitar ao *exercicio* de *actividades* que requerem preparo *technico* e *scientifico* superior; concorrer, enfim, pela educação do *individuo* e da *collectividade*, pela harmonia de *objectivos* entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades *universitarias*, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.

¹³Francisco Luís da Silva Campos foi advogado, jurista e político brasileiro. Foi Ministro da Justiça no Governo Vargas, redator da Constituição Brasileira de 1937 e redator do Ato Institucional nº 1, no Golpe Militar de 1964. Nascido em Dolores do Indaiá, Minas Gerais, em 18 de novembro de 1891 e falecido em Belo Horizonte em 01 de novembro de 1968.

Art. 2º A organização das universidades brasileiras *attenderá* primordialmente, ao *critério* dos reclamos e necessidades do *paiz* e, assim, será orientada pelos *factores nacionaes* de ordem *psychica*, social e *economica* e por *quaesquer* outras *circumstancias* que possam interferir na realização dos altos *designios universitarios*.

Art. 3º O *regimen universitario* no Brasil obedecerá aos preceitos *geraes instituidos* no presente decreto, podendo, entretanto, *admittir* variantes *regionaes* no que respeita à administração e aos modelos *didacticos*.

Art. 4º As universidades brasileiras desenvolverão *acção conjuncta* em benefício da alta cultura nacional, e se esforçarão para ampliar cada vez mais as suas relações e o seu intercambio com as universidades estrangeiras. (Decreto 19.851, de 11/04/1931 Grifos meus e mantida a grafia da época).

Percebe-se entre os fins previstos no Estatuto das Universidades que eles estão voltados para as necessidades desenvolvimentistas do país, como também a interação com universidades estrangeiras. O conhecimento, como não podia deixar de ser, era a razão das universidades e esse devia estar a serviço das necessidades do país.

No tocante à vida social das universidades, o Estatuto dedicou um capítulo especial no Título XIII, cujos artigos são balizados a partir da ideia de que as universidades brasileiras devem ser solidárias entre si, mantendo-se em intercâmbio e cooperação em prol da sociedade e vinculada a ela. Há ares de modernidade no pensar as universidades no tocante ao vínculo necessário com a sociedade, mas ainda não é pensada em seu caráter de universalidade no sentido de abrir-se a servir a todos.

Nessa toada, temos que ao tratar das taxas de matrículas, há uma atenção especial. Previa-se que aqueles que não as pudessem quitar, fossem matriculados, mas ficavam atrelados à dívida que seria quitada em momento posterior, sendo estabelecido o limite de 10% para matriculados nessas condições.

Art. 106. Aos estudantes que não puderem satisfazer as taxas escolares para o prosseguimento dos cursos *universitarios*, poderá ser autorizada a matrícula, independente do pagamento das mesmas, mas com a obrigação de *indenização* posterior.

§ 1º Os estudantes beneficiados por esta providencia não poderão ser em *numero* superior a 10% dos *alumnos* matriculados.

§ 2º As indenizações, de que trata este artigo, serão *escripturadas* e constituem um compromisso de honra, a ser resgatado, posteriormente, de *accôrdo* com os recursos do beneficiado.

§ 3º Caberá ao *directorio* indicar ao conselho *technico-administrativo* *quaes* os *alumnos* do respectivo instituto necessitados do auxílio *instituido* neste artigo. (Decreto 19.851, de 11/04/1931. Grifos meus e mantida a grafia da época).

Fato é que, apesar das taxas, o não pagamento não era necessariamente um fator excludente de alunos, mas criava amarras para o futuro.

Outro ponto importante é o Artigo 100 que permite a organização da Sociedade dos Professores Universitários e a ela dá a atribuição, em seu parágrafo 4º, da seleção, dentre os estudantes reconhecidamente pobres, daqueles que por sua aplicação e inteligência tenham merecimento e necessidade de bolsas de estudo.

Art. 100. Os professores das universidades poderão organizar uma associação de classe, denominada "Sociedade dos Professores *Universitarios*", que terá como presidente o respectivo Reitor, e na qual serão *admittidos* os membros do corpo docente de qualquer instituto *universitario*.

[...]

§ 4º As medidas de *providencia e beneficencia* serão extensivas aos corpos discentes dos institutos *universitarios*, e *nellas* serão *incluidas* bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se *recommendem*, pela sua *aplicação e intelligencia*, ao auxilio *instituido*. (Decreto 19.851, de 11/04/1931. Grifos meus e mantida a grafia da época).

Por fim, sobre aquela reforma que tratou basicamente do Ensino Superior, temos elementos que foram salutaros em nível organizacional e pontos positivos como a instituição de bolsas de estudos para alguns alunos pobres. Foi um passo importante. No entanto as inovações implantadas ainda não consideraram em nenhum de seus artigos os negros e outros grupos minorizados que precisavam ter formas de acesso garantidas. O Estatuto das Universidades não pensou ou propôs universalidade de acesso e ainda não considerou todos os brasileiros como protagonistas do conhecimento no Ensino Superior.

Naquele período, do meio intelectual vem a público o Manifesto dos Pioneiros da Educação¹⁴ em 1932 que propõem novas bases pedagógicas e uma reformulação das propostas educacionais do Brasil. Aquele manifesto encontrou oposição em frentes conservadoras, marcadamente católicas, que queriam fazer valer os interesses da Igreja também no campo educacional.

Os “pioneiros” defendiam a ampla autonomia técnica, administrativa e econômica do sistema escolar para livrá-lo das pressões de interesses transitórios. Sustentando o princípio da unidade do ensino, distinguiram entre a unidade e o centrismo “estéril e odioso”, gerador da uniformidade. Lembravam que as condições geográficas do país e a necessidade de adaptação das escolas às características regionais impunham a realização de um plano educativo que não fosse uniforme

¹⁴ Manifesto dos pioneiros: Refere-se a um documento escrito por 26 educadores, em 1932, com o título *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*. Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação.

Segundo o documento, a causa principal dos problemas na educação está na “na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação”.

A educação nova, segundo o texto do manifesto, propunha “servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social”. Ou seja, o objetivo era ter um “ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação”.

Os educadores de 1932 que assinaram o manifesto diziam que a escola tradicional estava instalada para uma concepção burguesa, deixando o indivíduo numa autonomia isolada e estéril. O documento defendia ainda: educação como uma função essencialmente pública; a escola deve ser única e comum, sem privilégios econômicos de uma minoria; todos os professores devem ter formação universitária; o ensino deve ser laico, gratuito e obrigatório.

MENEZES, Ebenezer Takunode; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

para todo o país, embora a partir de um currículo mínimo comum. (FAUSTO, 2003, p. 340)

Francisco Campos é substituído no Ministério por Gustavo Capanema¹⁵ em 1934. O novo Ministro continuou com os processos reformistas na Educação com foco nas necessidades de formação de mão-de-obra num país que estava em pleno desenvolvimento. No período do Estado Novo¹⁶ o foco da educação estava voltado para os ensinos industriais e secundário, comercial, normal, primário e agrícola. A Constituição Federal de 1937 manifestava uma preocupação especial no que diz respeito à formação profissional das classes menos favorecidas.

Art. 129 - À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 10 de novembro de 1937)

Em 1942, nasce a Lei Orgânica do Ensino Secundário, através do Decreto-Lei nº 4.244. Vale destacar a estruturação que previa o Ensino Secundário em dois ciclos, o curso ginásial com duração de quatro anos e o segundo com dois cursos paralelos, um clássico e outro científico, o primeiro com ênfase na formação intelectual e filosófica e o segundo marcado pelo estudo de ciências.

Art. 2º O ensino secundário será ministrado em dois ciclos. O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginásial. O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.

Art. 3º O curso ginásial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário.

¹⁵ Gustavo Capanema (1900-1985) nasceu no município mineiro de Pitangui, onde teve início a sua vida pública, com a vereança. Em 1924 forma-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Foi o Ministro da Educação que mais tempo ficou no cargo em toda a história do Brasil (1934 a 1945, aproximadamente 11 anos contínuos).

¹⁶ Estado Novo: também chamado de Terceira República Brasileira, foi o regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de janeiro de 1946. Era caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo.

Art. 4º O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginásial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; no curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências. (Decreto-Lei 4.244, de 09/04/1942. Grifos meus nas palavras em que foi mantida a grafia da época.)

Há de observar-se algumas peculiaridades do tempo, como a atenção à formação pré-militar aos meninos e às meninas elementos práticos para as atividades domésticas.

Art. 20. A educação militar será dada aos alunos do sexo masculino dos estabelecimentos de ensino secundário, ressalvados os casos de incapacidade física. Dar-se-á aos menores de dezesseis anos a instrução *premilitar*, e a instrução militar aos que tiverem completado essa idade.

Parágrafo único. As diretrizes pedagógicas da instrução *premilitar* e da instrução militar serão fixadas pelo Ministério da Guerra.

[...]

Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

[...]

3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.

4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar. (Decreto-Lei 4.244, de 09/04/1942. Grifos meus nas palavras em que foi mantida a grafia da época.)

Em atenção ao que determinava a Constituição vigente no seu Artigo 129, foi levada a diante a estruturação dos cursos técnicos profissionalizantes para atender à formação das chamadas camadas populares. O Ensino Técnico foi então tratado como estratégico para o desenvolvimento da economia, atendendo aos anseios da elite industrial e, apresentada aos pobres como uma possibilidade de acesso a melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

A Constituição promulgada por Getúlio Vargas transformou as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais. Os Liceus passaram a trabalhar em sintonia com a expansão da indústria, que então passara a se desenvolver mais rapidamente. Para sustentar esse crescimento, era preciso formar mão de obra qualificada, um bem escasso no Brasil naquele momento.

Em 1942, o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, promoveu uma profunda reforma no sistema educacional brasileiro, que equiparou o ensino profissional e técnico ao nível médio. Na

mesma ocasião, os Liceus Industriais passaram a se chamar Escolas Industriais e Técnicas (EITs).¹⁷

O Ministro Gustavo Capanema, guiado por aquelas diretrizes, cria em janeiro de 1942 o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial¹⁸ – e em janeiro de 1946 o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial¹⁹.

A Era Vargas, no tocante à Educação, foi marcada pela organização da educação brasileira com objetivos de dar forma e diretrizes organizacionais. Queria-se a organização e o controle e não havia interesse político pela universalização do ensino superior. As ideias andavam, mais uma vez, no sentido de capacitação técnica de mão-de-obra que pudesse suprir as demandas da indústria. Os ensinamentos médios, técnico e profissionalizante, atenderiam às camadas populares ao passo que o ensino superior acabava reservado aos níveis mais elevados da sociedade e uma espécie de elite intelectual formada basicamente pelos filhos das camadas abastadas como políticos e proprietários de terras.

Até aqui não havia nenhuma política pública de caráter universalista que visasse a integração e a inclusão de negros no mundo acadêmico. Não havia políticas públicas que priorizassem a educação para todos em todos os níveis. Em resumo, a educação que se queria era a que preparasse mão-de-obra para o mercado de trabalho. Assim, não havia a necessidade de uma universidade disponível e acessível para todos.

Nos anos de 1940 a 1960 aconteceram os primeiros envolvimento do Movimento Negro no pensamento da educação brasileira. Naquela época se conseguiu implantar nas discussões e debates educacionais o tema da inclusão do negro nas escolas públicas nas reflexões que anteciparam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, de 1961²⁰. Apesar disso, por fim, o tema entrou naquelas diretrizes de forma genérica através da ideia de que a educação devesse ser para todos. Segundo GOMES,

[...] apesar de ter feito parte das polêmicas e debates em torno da aprovação da referida lei, a rala operou mais como recurso discursivo na defesa dos ideais universais de uma educação para todos vigentes na época. Uma análise mais detida dos diferentes documentos sobre a tramitação do texto legal permite inferir que naquele momento a dimensão da raça era considerada, juntamente com a classe, um fator de diferenciação no processo de escolaridade. Porém, não se falava de forma explícita se a população negra seria ou não a principal destinatária da escola pública e gratuita. (GOMES, 2017, p. 32)

O próximo momento histórico que tem impacto nas estruturas da Educação no Brasil e que nos interessa nesse estudo é o período da Ditadura Militar. Aquele período tem seu início após a meteórica ascensão política que levou Jânio Quadros²¹ ao poder em 1961. O Governo de Jânio foi bastante tumultuado e abreviado pela sua atabalhoada renúncia em 25 de agosto do mesmo ano. Havia nele a esperança de que o gesto de renúncia fosse seguido de um

¹⁷Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2011/10/surgimento-das-escolas-tecnicas>>. Acesso em: 26 de outubro de 2021.

¹⁸ SENAI, criado através do Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942.

¹⁹ SENAC, criado através do Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946.

²⁰ Lei 4.024/61. Disponível em <www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em 02/12/2019.

²¹ Jânio da Silva Quadros nasceu em Campo Grande – MS, em 25 de janeiro de 1917. Foi um advogado, professor e político brasileiro. Em São Paulo foi prefeito e governador de nos anos 1950. Foi o 22º presidente do Brasil, entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961, quando renunciou. Em 1985, elegeu-se novamente prefeito de São Paulo, tomando posse em 1 de janeiro de 1986, tendo sido este o seu último mandato eletivo. Morreu em São Paulo – SP em 16 de fevereiro de 1992.

movimento de apoio que o fortalecesse no poder, mas não foi o que ocorreu e o pedido simplesmente foi reconhecido pelo Congresso e Jânio não era mais o presidente do País.

Logo após renunciar Jânio partiu apressadamente de Brasília e desceu em São Paulo, no Aeroporto de Cumbica, que era então uma base militar. Aí recebeu um apelo de governadores dos Estados, entre os quais se encontravam Carvalho Pinto, de São Paulo, e Magalhães Pinto, de Minas Gerais, para que reconsiderasse o seu gesto. Afora isso, não houve nenhuma outra ação significativa pelo retorno do presidente. Cada grupo tinha razões de queixa contra ele e começava a tomar pé na nova situação. Como renúncias não são votadas e sim simplesmente comunicadas, o Congresso tomou apenas conhecimento do ato de Jânio. A partir daí, a disputa pelo poder começou. (FAUSTO, 2003, p. 442).

Jânio Quadros foi sucedido por seu vice-presidente, João Goulart²², que era o sucessor natural, conforme previsão constitucional. Ocorre que a posse de João Goulart não foi pacífica e natural, mas passou por uma série de acordos e conflitos políticos entre aqueles que defendiam a legalidade e aqueles que viam no vice-presidente “a encarnação da República sindicalista e a brecha por onde os comunistas chegariam ao poder” (FAUSTO, 2004, p. 442). Por fim, o Congresso chegou a uma espécie de acordo que permitiu a posse de Jango em 07 de setembro de 1961, não sem ter seus poderes de presidente da República diminuídos através do modelo parlamentarista imposto como condição. Aquele momento parlamentarista da história política do Brasil durou pouco tempo e contou com três nomes no cargo: o mineiro Tancredo Neves, que renunciou em junho de 1962 para concorrer nas eleições daquele ano, o gaúcho Brochado da Rocha, que assumiu o cargo por menos de três meses, e pelo baiano Hermes Lima que ocupou o cargo por pouco mais de quatro meses até o momento em que o parlamentarismo foi derrotado em janeiro de 1963 em plebiscito que fortaleceu o então presidente João Goulart. Aquele momento de fortalecimento não foi duradouro e, apesar do apoio ao presidencialismo, medidas do governo de Jango entraram em rota de colisão com setores diversos e seu apoio político foi minguando, o que o isolou até que em 31 de março de 1964 as Forças Armadas o depuseram do governo.

A administração de João Goulart era considerada nacional-reformista, o que ficava claro em suas propostas distributivas. Entre as medidas de cunho nacionalista tomadas pelo Presidente, estava o estabelecimento de restrições a remessa de lucros das empresas multinacionais brasileiras às suas matrizes no estrangeiro. Resoluções dessa natureza abalaram as corporações político-ideológicas contra o governo. A principal estratégia era denegrir a imagem e aos planos de João Goulart, para que, em um segundo momento, o presidente fosse deposto e essa elite tomasse efetivamente o Estado. (ROSA, 2006)²³

²² João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente como Jango. Nasceu em São Borja – RS em 1 de março de 1919. Foi um advogado e político brasileiro. João Goulart foi o 24º presidente do Brasil, de 1961 a 1964. Antes disso, também foi o 14º vice-presidente do Brasil, de 1956 a 1961, durante os governos dos presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Morreu em Mercedes, na Argentina em 6 de dezembro de 1976.

²³ **Nas vozes de um mesmo tempo: a educação física institucionalizada no período da ditadura militar em Cacequi.** Disponível em <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/7087/Dissertacao%20de%20Juliano.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 09/11/2021

A deposição de João Goulart, passo derradeiro do movimento golpista, foi conduzida pelo General Olímpio Mourão Filho²⁴ com o intuito de romper com a política nacionalista adotada pelo Governo e atrelar o país a uma ordem econômica mundial. O General Mourão conduziu suas tropas a partir de Juiz de Fora e contou com o apoio de Magalhães Pinto²⁵, Governador mineiro e adversário político de João Goulart. A investida partida de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, que já contava com o apoio político do Governo mineiro, logo foi reforçada com o apoio militar de quartéis de São Paulo e do Rio de Janeiro, o que enfraqueceu demais o presidente João Goulart que acabou por sair de Brasília em direção ao Sul do país e a buscar exílio no Uruguai. A deposição do presidente João Goulart pôs fim a um período democrático e foi o exórdio do mais longo período ditatorial brasileiro. Economicamente a ditadura militar assumiu uma postura de desenvolvimentista que subordinou o Brasil mais aos interesses estrangeiros do que aos interesses internos. Aquele momento histórico foi um triste epílogo de uma história nacionalista desenvolvimentista.

Foi em 31 de março de 1964; tropas militares de Minas Gerais e São Paulo saíram às ruas do país e tomaram o controle do Estado em nome de um entendimento de democracia, liberdade, segurança e desenvolvimento nacional. O movimento marcou o (re) início de um regime ditatorial no país, que então, duraria vinte e um anos, e se caracterizaria, entre outras coisas, por um revezamento dos militares no poder central da sociedade brasileira; portanto, um poder hegemônico de classe, que acabou registrado e conhecido historicamente como uma Ditadura Militar. (ROSA, 2006, p. 34)

A sucessão de Jango se deu pelo presidente da Câmara dos Deputados, o paulista Paschoal Ranieri Mazzilli²⁶, até a eleição indireta que conduziu à presidência do Brasil o Marechal Castello Branco²⁷ em 11 de abril de 1964.

Com o Golpe Militar de 1964, os decretos passaram a ser a forma de gestão e de condução do país. Esses decretos foram chamados de Atos Institucionais que modificavam as forças dos poderes e atingiam os direitos dos cidadãos, mas de forma temporária. A princípio eles possuíam uma vigência pré-estabelecida. O Ato Institucional I, AI-1, instituído em 09 de abril de 1964 tinha sua vigência prevista até 31 de janeiro de 1966. Era um jeito sutil de disfarçar o autoritarismo do regime. O AI-1 tinha como principal objetivo reforçar a autonomia do Poder Executivo em detrimento do Congresso. O Decreto, de plano mantinha a

²⁴ Olímpio Mourão Filho foi um militar brasileiro. Nasceu em Diamantina – MG em 09 de maio de 1900. Chegou à patente de general-de-exército. Morreu no Rio de Janeiro em 28 de maio de 1972.

²⁵ José de Magalhães Pinto nasceu em Santo Antônio do Monte – GM em 28 de junho de 1909. Foi um advogado, economista, banqueiro e político brasileiro. Foi Governador de Minas Gerais (1961-1966) e Senador (1967-1969 e 1971-1979). Magalhães Pinto participou ativamente da conspiração que precedeu o Golpe Militar de 1964 no Brasil. Morreu em Rio de Janeiro em 6 de março de 1996.

²⁶ Paschoal Ranieri Mazzilli nasceu em Caconde – SP em 27 de abril de 1910. Foi um advogado, jornalista e político brasileiro, tendo sido presidente do Brasil em dois momentos na década de 60, após a renúncia do titular Jânio Quadros, e durante a ausência do vice-presidente João Goulart, que estava em visita oficial à República Popular da China. Neste período, Mazzilli governou o país durante treze dias, de 25 de agosto a 7 de setembro de 1961. Mazzilli governou o Brasil, pela segunda vez, novamente por treze dias, de 2 de abril de 1964 até 15 de abril de 1964, como parte do Golpe de 1964. Morreu em São Paulo no dia 21 de abril de 1975.

²⁷ Humberto de Alencar Castello Branco nasceu em Fortaleza no dia 20 de setembro de 1897. Foi um militar e político brasileiro chegando ao posto de Marechal. Castello Branco foi um dos articuladores do Golpe militar de 1964, sendo o 26º Presidente do Brasil (13 de setembro de 1963 a 14 de abril de 1964, o primeiro do período da Ditadura Militar. Morreu em 18 de junho de 1965.

Constituição de 1946 em vigência, mas na prática dava ao Presidente poderes de forma indireta.

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato.

[...]

Art. 4º - O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados.

Parágrafo único - O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça, em trinta (30) dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo. (Ato Institucional nº 1, de 01/04/1964)

Assim,

O presidente da República ficava autorizado a enviar ao Congressos projetos de lei que deveriam ser apreciados no prazo de trinta dias na Câmara e em igual prazo no Senado; caso contrário seriam considerados aprovados. Como era fácil obstruir votações no Congresso e seus trabalhos normalmente se arrastavam, a aprovação de projetos do Executivo “por decurso do prazo” se tornou um fato comum. (FAUSTO, 2003, p. 466)

Entre outras medidas extremas, o AI-1 suspendeu imunidades parlamentares e autorizou a cassação de mandatos e a suspender direitos políticos em todas as esferas pelo período de dez anos, como também suspendeu por seis meses as garantias de vitaliciedade dos magistrados e a estabilidade do funcionalismo público. Ficava assim aberto o caminho para tirar do contexto político as vozes discordantes e para o expurgo do serviço público os magistrados que poderiam representar ameaças ao Governo.

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.

§ 2º - Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal.

§ 3º - Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

§ 4º - O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

[...]

Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos. (Ato Institucional nº 1, de 01/04/1964)

Portanto, através de um legalismo artificial, o Poder Executivo conseguia o controle absoluto do Poder Legislativo, como também passava a ter poder de controlar qualquer voz política opositora ao Regime e também do Poder Judiciário.

Ao passo que o AI-1 pavimentava o terreno político para que o Governo agisse como bem entendesse e moldasse as leis do modo que melhor lhe conviesse no período que seguiu à tomada de poder pelos militares, o Ato Institucional número 2 deu mais forças ao Presidente da República.

O AI-2 foi baixado em 17 de outubro de 1965 e estabeleceu normas para a eleição presidencial através do voto nominal do Congresso Nacional, elegendo-o através da maioria absoluta. Assim, o controle da votação e a da eleição ficava bastante facilitado.

Art. 9º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente, da República será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal. (Ato Institucional nº 2, de 17/10/1965. Grifo meu.)

Outro ponto importante do AI-2 diz respeito aos partidos políticos que foram extintos: “*Art. 18 – Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros*”, sob o pretexto de que as crises existentes no país eram decorrentes do multipartidarismo. O parágrafo único daquele artigo dava as orientações para a organização de novos partidos: “Para a organização dos novos Partidos são mantidas as exigências da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, e suas modificações”, o que significava a oficialização de duas agremiações partidárias: ARENA (Aliança Renovadora Nacional), que agrupava aqueles de orientação ideológica alinhadas ao governo e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) para aqueles que se alinhavam a um pensamento opositorista. De resto, poucas novidades de ordem prática, mas nenhuma que pudesse significar ganhos democráticos para o povo ou que impedissem o autoritarismo do Governo. Antes disso,

O AI-2 reforçou ainda mais os poderes do presidente da República ao estabelecer que ele poderia baixar atos complementares ao ato, bem como decretos-leis em matéria de segurança nacional. O governo passou a legislar sobre assuntos relevantes através de decretos-leis, ampliando até onde quis o conceito de segurança nacional existente. (FAUSTO, 2003, p. 474)

O Ato Institucional número 3, de 05 de fevereiro de 1966, na prática apenas estendeu o princípio da eleição indireta dos governadores de Estado através das Assembleias estaduais.

O Ato Institucional número 4, de 07 de dezembro de 1966, serviu com o fim único de aprovar uma nova Constituição. Em sua convocação assim se lê:

“Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências”. (Ato Institucional nº 4, de 07/12/1966)

E essa convocação se faz lei no Artigo 1º:

O Presidente da República resolve editar o seguinte Ato Institucional nº 4:

Art. 1º - É convocado o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967.

§ 1º - O objeto da convocação extraordinária é a discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República. (Ato Institucional nº 4, de 07/12/1966)

As considerações que servem de seu preâmbulo dão o tom de quais são os objetivos da nova Constituição a ser aprovada:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1946, além de haver recebido numerosas emendas, já não atende às exigências nacionais;

CONSIDERANDO que se tornou imperioso dar ao País uma Constituição que, além de uniforme e harmônica, represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução;

CONSIDERANDO que somente uma nova Constituição poderá assegurar a continuidade da obra revolucionária;

CONSIDERANDO que ao atual Congresso Nacional, que fez a legislação ordinária da Revolução, deve caber também a elaboração da lei constitucional do movimento de 31 de março de 1964;

CONSIDERANDO que o Governo continua a deter os poderes que lhe foram conferidos pela Revolução. (Ato Institucional nº 4, de 07/12/1966)

Assim, nada mais do que a legitimação do que acontecera em 31 de março de 1964 era o que o Governo buscava. Dar-se-ia legitimidade e contornos constitucionais aos poderes que o próprio governo se atribuía desde então.

Em 1968 as restrições e a brutalidade impostas pelo Regime Militar alcançaram o seu ápice. O pináculo dos Atos Institucionais foi o de número 5 que deu plenos poderes ao presidente que podia agora fechar o Congresso, cassar mandatos e suspender direitos políticos de forma arbitrária.

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

[...]

Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

[...]

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. (Ato Institucional nº 5, de 14/12/1968)

Com o AI-5 o Presidente da República tinha plenos poderes para legislar e reprimir qualquer forma de pensamento diverso do oficial. Aquele Ato tirou dos cidadãos brasileiros todas as garantias individuais, fossem elas de ordem pública, ou mesmo de ordem privada, como se extrai do Artigo 10: “Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular” (Ato Institucional nº 5, de 14/12/1968). Esses crimes eram considerados apenas pelo entendimento subjetivo e político de quem exercia o poder. Enfim, a edição do AI-5 concluiu o processo de fortalecimento do poder político nas mãos das Forças Armadas fazendo da República uma grande caserna.

Não bastasse a forma como se configurou o ordenamento jurídico que dava plenos poderes ao Presidente da República, que já era eleito de forma controlada, que havia suprimida a possibilidade de pensamentos divergentes em relação ao oficial, na sequência do AI-5, foi promulgado o Decreto-Lei 477, em 26 de fevereiro de 1969, e definia “infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares”. Através desse dispositivo os direitos daqueles que estavam formando ou em formação foram suprimidos. Estavam coibidas toda e qualquer forma e possibilidade de manifestação que pudesse ser considerada política ou de protestos em ambientes estudantis.

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública. (Decreto-Lei 477, de 26/02/1969. Grifos meus.)

O Artigo 1º estabelecia o que seriam as infrações e quem seriam os infratores, os demais artigos as formas de punição e as suas normas processuais. É importante observar que, com exceção da alínea V, que trata do sequestro ou cárcere privado, os itens das demais alíneas não são tipificados e ficam a cargo da interpretação de quem quer punir.

Enfim, com os Atos Institucionais os governantes militares buscavam manter o controle no país, enfraquecendo qualquer tipo de risco contra o instituído. Para isso, o próprio regime criou ou fortaleceu aparelhos em seu favor como o SNI (Sistema Nacional de Informação) que fazia a vigilância necessária para o controle e o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) que investigava e fazia valer a lei que fosse conveniente para o estabelecido. O cidadão não era mais sujeito de direitos e se prestava unicamente à manutenção do poder de um grupo que o usava apenas para controlar o cidadão e não em função dos interesses dos brasileiros.

Esse embalo autoritário e repressor pós golpe militar de 1964 teve seus impactos na Educação. O Regime Militar vigente no Brasil após 1964, como visto até aqui, era um regime que se estabeleceu com a premissa de evitar, nas palavras de Boris Fausto, “a encarnação da República sindicalista e a brecha por onde os comunistas chegariam ao poder” (FAUSTO, 2004, p. 442). Porém, o Regime logo se mostrou com um Estado autoritário, truculento, centralizador em todos os aspectos políticos e de liberdades, atingindo de maneira muito direta a própria educação, através de alunos, educadores e funcionários de instituições de ensino, como se viu através do Decreto-Lei 477, de 1969.

Para além da truculência e das medidas punitivas, algumas consequências devem ser abordadas. O Brasil vivia à época um momento marcadamente de industrialização e com influências do capital estrangeiro. Disto posto, era necessário dar seguimento à formação do indivíduo para o trabalho. Essa já era uma premissa anterior ao Regime Militar. Como vimos anteriormente, já no Governo Vargas isso era importante e foi o determinante para a criação de instituições como o SENAI (1942) e SENAC (1946). A crescente industrialização demandava uma educação técnica para atender à produção que o capital investido pressupunha e esperava.

O modelo político econômico tinha como característica fundamental um projeto desenvolvimentista que busca acelerar o crescimento socioeconômico do país. A educação desempenhava importante papel na preparação adequada de recursos humanos necessários à incrementação do crescimento econômico e tecnológico da sociedade de acordo com a concepção economicista de educação (VEIGA, 1989, p. 34)

Por fim, na efervescência política vivida pelo Brasil, diante das pressões e represálias constantes e contínuas da Ditadura Militar, não houve nenhuma evolução social ou inclusiva para os grupos de população minorizados no campo da educação. As leis e normas buscavam apenas a manutenção do controle das instituições de ensino e queriam preparar mão-de-obra elementar para atender às demandas da indústria.

Com isso, apesar dos espaços conquistados pelo Movimento Negro nas discussões da LDB de 1961, o que não avançava para além da ideia de universalidade do acesso ao ensino público e gratuito, o tema do negro perdeu todos os espaços elaboração da LDB de 1971, Lei 5.692/71. Naquele documento a temática racial não estava presente nos princípios norteadores da reflexão e dos direitos. Ou seja, a Lei 5.692/71 mais calou-se do que se fundamentou em reflexões dos direitos dos negros e dos pobres. Aquela lei estava embasada na ideia de que não havia diferenças e ou necessidades de compensações para diminuir defasagens estruturais.

1.3 Da Redemocratização às Cotas para Negros nas Universidades Públicas

A temática do Negro aparece novamente após a redemocratização do país na LDB de 1996, Lei 9.394/96.

A inclusão do ensino das contribuições das culturas de matizes indígenas e africanas no ensino da História do Brasil já é um passo importante. É a primeira vez que se valoriza a história africana e indígena como contribuições culturais para a cultura brasileira. Ao menos no texto legal, as contribuições dos povos indígenas e africanos tomam ares oficiais para o ensino da História do Brasil. O Artigo 26, §4º incluiu no ensino de História do Brasil a necessidade de acrescentar às contribuições culturais europeias, as de matrizes indígena e africana:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

[...]

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.²⁸

A Lei 10.639, sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, PT, e pelo então Ministro da Educação Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque, em 09 de janeiro de 2003, incluiu a temática “história e cultura afro-brasileira” nos ensinos fundamental e médio. Assim, passou a LDB de 1996 a ter em sua redação o Art. 26-A da LDB:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo *incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.*

§ 2º *Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.*²⁹

Temos ainda que a Lei 10.639/2003 inseriu na LDB o Artigo 79-B que inclui no calendário escolar o “Dia Nacional da Consciência Negra”, 20 de novembro:

*“Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’”*³⁰.

É importante destacarmos que a inserção desses artigos no texto da LDB é dos primeiros dias do Governo do Presidente Lula. Esses dispositivos legais apontam para novas opções no sentido de reparação histórica reconhecendo a história da África e dos africanos como parte da história do Brasil. A África e os Africanos, mais do que com a mão de obra de escravizados, contribui para a formação cultural do Brasil e como tal deve ser reconhecida e

²⁸ Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 26 de outubro de 2021.

²⁹ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

³⁰ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 26 de outubro de 2021.

respeitada. A LDB dá, nesse sentido, um passo importante e começa a abrir espaços para o povo negro. O reconhecimento de sua história e contribuição cultural, embora possa parecer pouco, é bastante significativo, pois é um primeiro passo após mais de um centenário da abolição da escravidão e mais de três séculos de exploração de escravizados africanos. É significativo também que essa evolução só aconteceu no primeiro governo de origens popular, operária e periférica.

Por fim, chegados ao novo milênio, no raiar do Século XXI, temos que a discussão se tornou mais ampla e o assunto do acesso do Negro entrou na pauta política. Não bastavam mais a celebração do Dia da Consciência Negra em 20 de novembro e a inserção de conteúdos da história da cultura afro-brasileira no currículo escolar. Era necessário ir além. A discussão mudou de patamar e se tornou imprescindível a adoção de ações afirmativas que possibilitassem o acesso às universidades aos negros. O caminho para essa inserção foi o da reserva de vagas através de cotas raciais para negros nas universidades públicas. O tema era altamente polêmico. Muitas eram as resistências de setores conservadores da sociedade brasileira e de instituições que percebiam na implantação de um sistema de cotas para o acesso de negros às universidades uma ameaça ao estabelecido pelo passar dos séculos. Por outro lado, o momento histórico era favorável e inúmeros movimentos e instituições estavam engajados em projetos que buscavam reparação ao povo negro através de ações afirmativas. Vale destacar o Movimento Negro, através de seus diversos segmentos, a Igreja Católica, através de suas pastorais sociais, partidos políticos com identificações populares, Organizações Não Governamentais com objetivos de inclusão e diminuição de desigualdades, entre outros...

De um lado se levantava o argumento de que a qualidade das universidades seria comprometida com a adoção de tais políticas pois entrariam no Ensino Superior estudantes sem mérito ou sem competências necessárias para a vida acadêmica universitária.

De outro lado se sustentava que a política proposta era uma possibilidade de corrigir desigualdades raciais históricas no país através do acesso ao Ensino Superior e que assim mudariam as condições de vida a que os negros estavam fadados desde os tempos da abolição.

Muito embora, as inovações trazidas pela LDB de 1996 e os seus acréscimos em 2003 através da Lei 10.693, sejam importantes, uma política de ação afirmativa como as cotas, seria fundamental para mudar o cenário e melhorar a condição dos negros e empobrecidos. Nesse sentido, a adoção de política de cotas seria a primeira compensação concreta efetiva ao povo negro pelos danos sofridos pela escravidão que durou mais de três séculos nas terras brasileiras.

As discussões se estenderam por vários anos até o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, STF, em 26 de abril de 2012, que, por unanimidade, aprovou a adoção de política de reserva de vagas para o acesso de negros e índios a instituições de Ensino Superior de todo o Brasil.

Segundo o entendimento do STF, as cotas estão de acordo com a Constituição e são necessárias para minimizar e, quiçá, corrigir a discriminação racial que é histórica no Brasil. O voto do relator Ministro Ricardo Lewandowski, entre outros elementos, pautou-se na ideia da “Consciência étnico-racial como fator de exclusão”. Para o Ministro, “os programas de ação afirmativa em sociedades em que isso ocorre, entre as quais a nossa, são uma forma de compensar essa discriminação, culturalmente arraigada, não raro, praticada de forma inconsciente e à sombra de um Estado complacente” (LEWANDOWSKI, 2012, p. 28).

Vejam, em síntese, parte do voto do Excelentíssimo Ministro:

Outro aspecto da questão consiste em que os programas de ação afirmativa tomam como ponto de partida a consciência de raça existente nas sociedades com o escopo final de eliminá-la. Em outras

palavras, a finalidade última desses programas é colocar um fim àquilo que foi seu termo inicial, ou seja, o sentimento subjetivo de pertencer a determinada raça ou de sofrer discriminação por integrá-la. Para as sociedades contemporâneas que passaram pela experiência da escravidão, repressão e preconceito, ensejadora de uma percepção depreciativa de raça com relação aos grupos tradicionalmente subjugados, a garantia jurídica de uma igualdade meramente formal sublima as diferenças entre as pessoas, contribuindo para perpetuar as desigualdades de fato existentes entre elas. *Como é de conhecimento geral, o reduzido número de negros e pardos que exercem cargos ou funções de relevo em nossa sociedade, seja na esfera pública, seja na privada, resulta da discriminação histórica que as sucessivas gerações de pessoas pertencentes a esses grupos têm sofrido, ainda que na maior parte das vezes de forma camuflada ou implícita.* (LEWANDOWSKI, 2012, p. 28)³¹

A título de ilustrar a importância do tema à época, é relevante a leitura do que escreveu o Ministro Marco Aurélio Mello:

Pode-se afirmar, sem receio de equívoco, que se passou de uma igualização estática, meramente negativa, no que se proíbe a discriminação, para uma igualização eficaz, dinâmica, já que os verbos ‘construir’, ‘garantir’, ‘erradicar’ e ‘promover’ implicam, em si, mudança de ótica, ao denotar ‘ação’. Não basta não discriminar. É preciso viabilizar – e encontrar, na Carta como página virada o sistema simplesmente principiológico. A postura deve ser, acima de tudo, afirmativa. E é necessário que essa seja a posição adotada pelos nossos legisladores. [...]. É preciso buscar-se a ação afirmativa. A neutralidade estatal mostrou-se nesses anos um grande fracasso; é necessário fomentar-se o acesso à educação [...]. Deve-se reafirmar: toda e qualquer lei que tenha por objetivo a concretude da Constituição Federal não pode ser acusada de inconstitucionalidade. [...] A prática comprova que, diante de currículos idênticos, prefere-se a arregimentação do branco e que, sendo discutida uma relação locatícia, dá-se preferência – em que pese a igualdade de situações, a não ser pela cor – aos brancos. Revelam-nos também, no cotidiano, as visitas aos shoppings centers que, nas lojas de produtos sofisticados, raros são os negros que se colocam como vendedores, o que se dirá como gerentes. Em restaurantes, serviços que impliquem contato direto com o cliente geralmente não são feitos por negros”. (MELLO, 2012, p. 41)

A partir da adoção do Sistema de Cotas, segundo Gomes (2017, p. 89), “as pesquisas oficiais e acadêmicas têm comprovado que o desempenho escolar dos estudantes cotistas nas universidades tem sido igual ou melhor do que os não cotistas”.

De acordo com pesquisa realizada por Melguizo e Wainer (2018), através da análise comparativa do desempenho de alunos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) entre 2012 e 2014:

³¹ Disponível em <<https://www.conjur.com.br/dl/adpf-186-voto-ministro-ricardo.pdf>>. Acesso em 27 de setembro de 2021.

Não há diferença prática entre o conhecimento de alunos cotistas e o de seus colegas de classes não cotistas ao final do curso, se assumirmos que o exame do Enade mede o tanto habilidades gerais de raciocínio como conhecimentos específicos do curso. Não há diferença prática entre o conhecimento de alunos cotistas por razões raciais ou sociais e o de seus colegas de classes que não são cotistas. Não há diferença prática de conhecimentos entre cotistas e não cotistas em classes com média alta nos exames de conhecimento específico. (WAINER, MELGUIZO, 2018, p. 15.)

Assim, a igualdade nas oportunidades e nos resultados são objetivos não alternativos ou opostos, mas complementares e que movem os lutadores no movimento negro e aqueles que entendem a necessidade de medidas compensatórias que minimizem os impactos, injustamente impostos aos negros e negras, que, extirpados da África, na América foram inseridos como objetos e mercadorias.

2 CAPÍTULO 2

EDUCAFRO: MOVIMENTO NEGRO, EDUCACIONAL E COMUNITÁRIO

“Como padre, fiz uma reunião em uma assessoria para quase cem jovens e para nossa tristeza, a maioria negros da Baixada Fluminense, só dois tinham interesse em cursar uma faculdade. E isso me deixou muito espantado, assustado porque eram jovens que estavam prontos para ser mão de obra barata do capitalismo. E não é esse o sonho de Deus.
(Frei David, 2017)

Como se viu, em todo o período escravista os negros escravizados estavam condenados à exclusão absoluta. O impedimento de acesso à educação formal, ao conhecimento teórico e ao desenvolvimento pleno era a regra e raros eram os casos de negros letrados e com acesso alguma intelectualização formal.

Por outro lado, os negros que, ainda no período da escravidão legal já se organizavam em forças de proteção e resistência, como nos diversos quilombos, no momento pós-abolição passaram a se organizar em movimentos de interesses e de desenvolvimentos pessoais, quer sejam para preservação de costumes, religiosidades, cultura, etc... Estes movimentos evoluíram e, com o passar dos anos, fecundas estruturas foram criadas, como o Teatro Experimental do Negro (TEN), e outras tantas iniciativas que, além de forças de resistência, se tornaram forças de pensamento, desenvolvimento e de pressão para a criação de políticas públicas inclusivas.

2.1 Os Movimentos Negros do Século XX no Brasil

A condição da população negra no Brasil dos séculos XX e XXI é constituída a partir das marcas do tri-secular período escravista. Africanos foram trazidos para o Brasil vítimas de violência que os extraiu dos seus territórios no interior do continente, passando pelo desterro da África e por condições precárias, insalubres e inumanas de travessia transatlântica até os trabalhos forçados a que foram submetidos aqui.

Como já visto, durante o período em que perdurou a escravidão nada se fez em prol da educação dos negros e tampouco no período pós-abolição, quer pelo trabalho, quer pela reforma agrária e, sobretudo, pelo estudo. Doutra volta, temos que os próprios negros buscaram caminhos e alternativas de organização que minimizassem os danos e lhes trouxessem algum tipo de qualidade de vida.

O Movimento Negro proporcionou aos negros um lugar de existência para os escravizados e ex-escravizados no Brasil. Através das organizações de diversos grupos esses movimentos abrem espaços para ações afirmativas de raça e de direitos.

Segundo Gomes (2017), no livro *O Movimento Negro Educador*:

Ao ressignificar a raça, esse movimento social indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente nas

estruturas do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. Além disso, dá outra visibilidade à questão étnico-racial, interpretando-a como trunfo, e não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos. (GOMES, 2017, p. 21-22)

As organizações formadas por negros buscaram através de mobilização política, de protestos, de grupos artísticos, de movimentos religiosos e irmandades, da literatura e do folclore formas de libertação, espaço e conscientização de que o negro deve ser respeitado e considerado parte do todo da cultura brasileira.

Domingues (2007) no artigo *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*, publicado pela Revista *Tempo*, assim conceitua o Movimento Negro:

[...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o Movimento Negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade étnico-racial, são utilizadas não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o Movimento Negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação. (DOMINGUES, 2007, p. 102)

Com a abolição propriamente dita, os negros, agora libertos, passam a ter mais espaços para a articulação e para a sua organização enquanto camada expressiva da população brasileira.

Já antes da abolição os negros começavam a organizar-se segundo seus interesses, em especial a libertação. Daquele momento, temos a *quilombagem* como a principal expressão de organização de negros em busca de seus direitos. Segundo Moura (1989),

Entendemos por quilombagem o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influiu poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre. (MOURA, 1989, p. 23)

Após a abolição, no final do século XIX e no início do Século XX, os negros libertos passam a articular-se em movimentos que buscavam a mobilização e a organização em busca de espaços que lhes proporcionassem condições mais dignas e de igualdade aos demais cidadãos brasileiros.

Desta forma, as iniciativas diversas que compõem o Movimento Negro ao agir social e politicamente reforçam elementos de identidade e promovem a discussão dos direitos a partir da realidade do negro no Brasil. De forma geral, o Movimento Negro em suas diversas facetas busca transformar o homem liberto, o ex-escravizado em cidadão de direitos e não apenas

sujeito de deveres. Para Gomes (2017), ao falar do momento pós-abolição da escravatura (1888) e Proclamação da República (1889):

[...] deixar de ser um “ex-escravo” ou liberto para ser cidadão, ter direitos iguais, não ser visto como inferior e vivenciar a cidadania plena era o sonho perseguido pela população negra da época, sobretudo os setores mais organizados. Entre as suas reivindicações, a educação se tornou prioritária, pois o analfabetismo e a lenta inserção nas escolas oficiais constituíram um dos principais problemas dessa população para a inserção no mundo do trabalho. (GOMES, 2017, p. 28-29)

Os elementos já apresentados anteriormente ao tratarmos do desenrolar do período histórico no tocante à educação e à opção pela não formação acadêmica, ou mesmo profissional dos negros escravizados e libertos, confirma a necessidade de que os próprios negros se organizassem para algum tipo de letramento e formação básica. Letrar-se era uma forma sutil de *quilombagem*.

Assim, o advento do século XX não trouxe condições melhores à população negra, apesar da abolição que foi um momento histórico importante, apesar de todo o contexto já apresentado. A condição do negro no primeiro momento pós-abolição da escravidão impunha à sociedade brasileira e ao Estado a necessidade de inclusão e aos libertos a possibilidade de cidadania plena, o que pressupõe o acesso à educação formal, ou de acordo com as exigências oficiais. No entanto, a educação não era parte das Leis abolicionistas. Nenhum dispositivo legal previa formas de educar, letrar e incluir o negro liberto na sociedade brasileira. Salvo algumas iniciativas como as Escolas noturnas, nada ou pouco foi feito. As crianças não estavam em escolas e eram regularmente acompanhantes de seus genitores em atividades laborativas. Eram mão-de-obra que contribuía para o sustento familiar. Assim, não de modo estruturado, ou de massa, com o objetivo de formar toda aquela camada populacional liberta e que se tornava objeto de direitos, alguns grupos de negros alcançaram níveis educacionais elementares que lhes proporcionaram algum tipo de apropriação de saberes acadêmicos. Apesar da falta de registros históricos robustos, segundo Cruz (2005), no artigo *Uma abordagem sobre a história da educação dos negros*,

[...] embora não de forma massiva, camadas populacionais negras atingiram níveis de instrução quando criavam suas próprias escolas; recebiam instrução de pessoas escolarizadas; ou adentravam a rede pública, os asilos de órfãos e escolas particulares.

No que diz respeito ao esforço específico do grupo em se apropriar dos saberes formais exigidos socialmente, mesmo quando as políticas públicas não os contemplavam, fica patente a criação de escolas pelos próprios negros. Ainda se dispõe de poucos registros históricos dessas experiências, embora tenham existido. Alguns trabalhos levantaram informações sobre o Colégio Perseverança ou Cesarino, primeiro colégio feminino fundado em Campinas, no ano de 1860, e o Colégio São Benedito, criado em Campinas, em 1902, para alfabetizar os filhos dos homens de cor da cidade (MACIEL, 1997; BARBOSA, 1997; PEREIRA, 1999); ou aulas públicas oferecidas pela irmandade de São Benedito até 1821, em São Luís do Maranhão (MORAES, 1995).

Outras escolas são apenas citadas em alguns trabalhos, a exemplo da Escola Primária no Clube Negro Flor de Maio de São Carlos (SP), a Escola de Ferroviários de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e a promoção de cursos de alfabetização, de curso primário regular e de um curso preparatório para o ginásio criado pela Frente Negra Brasileira, em São Paulo (PINTO, 1993; CUNHA JR. 1996; BARBOSA, 1997).

Há também registro de uma escola criada pelo negro Cosme, no Quilombo da Fazenda Lagoa-Amarela, em Chapadinha, no Estado do Maranhão, para o ensino da leitura e escrita para os escravos aquilombados (CUNHA, 1999, p. 81). Negro Cosme foi um quilombola que se destacou como um dos líderes da Guerra dos Balaios, no Estado do Maranhão, entre 1838 e 1841. [...] Contudo, esse fato por si permite que possamos inferir que mesmo durante o Império já era comum a preocupação dos negros em apropriarem-se dos saberes na forma escolar. (CRUZ, 2005, p. 28).

Os negros, portanto, quando tinham algum acesso aos estudos formais, não era de forma massificada em todo o país. Percebe-se a partir do estudo apresentado que existiam polos pontuais em que o negro tinha acesso à formação, mas quase sempre patrocinados e organizados pelos próprios negros e não pelo Estado. Assim, o empenho dos negros pela sua inclusão no processo de escolarização demonstra que, mesmo mantidos à margem pelo Estado, os negros buscaram caminhos e alternativas que permitissem o acesso às letras e à educação formal. Na contramão da história da educação brasileira, que não priorizou o acesso à educação aos negros, o que acentuou o tratamento desigual que ao negro era concedido, houve sempre algum tipo de resistência e de empenho dos próprios negros para suprir o que o Estado não ofereceu.

Uma das primeiras formas de organização foi o surgimento da imprensa negra. Merecem destaque o jornal *O Exemplo*³², de 1892 fundado em Porto Alegre. Em 1915 em São Paulo nasce *O Menelick*³³. Em 1918 *O Alfinete*³⁴. *A Liberdade*³⁵ em 1919, entre outros.

³² *O Exemplo* foi um jornal semanal pós-abolicionista brasileiro, porta-voz dos negros do sul do país. Foi o mais importante jornal do seu tipo no Brasil e o primeiro com periodicidade até as primeiras décadas do século XX. Foi fundado em dezembro de 1892, circulando até 1897 em sua primeira fase. Prosseguiu com descontinuidades: em 1902, em 1910 e em 1916, encerrando suas atividades no primeiro semestre de 1930.

³³ *O Menelick* foi um jornal publicado pela primeira vez em 17 de outubro de 1915. O nome faz referência a Menelik II, o grande rei da Etiópia, nascido Sahle Mariam em 17 de agosto de 1844. É o fundador da atual capital da Etiópia, Adis Abeba. Faleceu em Adis Abeba, 12 de dezembro de 1913. Foi o periódico que inaugurou a imprensa negra paulista. De acordo com o cabeçalho da primeira edição, *O Menelick* foi um “*orgam* mensal, noticioso, crítico e literário dedicado aos homens de cor”. Segundo a primeira edição, o jornal “É mensal porque destina aparecer de *mez* a *mez*. É noticioso para travarmos conhecimentos de *factos* que se dão e passam sem prévio conhecimento da classe nossa. É crítico (só entre a classe) para colher os ditos filosóficos que navegam nos lábios desse povo. É literário para mostrar ao mundo a sabedoria que ocultamente *vagueia* no cérebro da classe. É dedicado aos homens de cor para prestar-lhe homenagens” (O Menelick, Outubro de 1915). Esse jornal foi criado pelo poeta negro Deocleciano Nascimento. *O Menelick* circulou até meados de 1963, com exceção dos oito anos do regime do Estado Novo (1937-1945). Atualmente, desde 2007, o jornal continua a ser publicado através da internet, sob o nome de *O Menelick 2º Ato*, com um projeto editorial independente de valorização e reflexão acerca da produção artística da diáspora africana, bem como das manifestações culturais populares e urbanas do Ocidente negro, com especial destaque para o Brasil. O jornal está disponível no site: <http://www.omenelick2ato.com/>.

³⁴ *O Alfinete* foi editado pela primeira vez em 1918 e perdurou até 1921, com o subtítulo “Órgão literário, crítico e recreativo dedicado aos homens de cor”. Originalmente o jornal circulava em São Paulo, onde era publicado.

³⁵ *A Liberdade* teve o seu primeiro número publicado no dia 14 de julho de 1919, numa clara alusão à Revolução Francesa. Os redatores deste jornal procuraram publicar matérias que pudessem contribuir para o esclarecimento

Segundo Moura, tratava-se de “uma imprensa altamente setorizada nas suas informações e dirigida a um público específico” (MOURA, 1989, p. 71).



Figura 2. *O Exemplo*, edição de 11 de novembro de 1902
Foto domínio público³⁶



Figura 3. *O Menelick*, edição de 1 de janeiro de 1916.
Foto *O Menelick* 2º Ato³⁷

e alargamento do conceito de liberdade. Em suas duas primeiras edições publicou matéria relatando a história de vida de Luiz Gama.

³⁶ Disponível em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:O_Exemplo_tres_fases_1893-1902-1925.jpg. Acesso em 17 de novembro de 2021.

³⁷ Disponível em <http://www.omenelick2ato.com/historia-e-memoria/o-menelick-100-anos>. Acesso em 17 de novembro de 2021.



Figura 4. *O Alfinete*, edição de 22 de setembro de 1918
Foto Biblioteca Nacional Digital Brasil³⁸

A imprensa negra se torna um elemento importante pois “os jornais tinham um papel educativo, informavam e politizavam a população negra sobre seus próprios destinos rumo à construção de sua integração na sociedade...” (GOMES, 2017, p. 29). Ainda, segundo Gomes (2017), matérias tratavam da ideia de que a ascensão e inserção social do negro na sociedade de direitos se daria apenas e através da educação. Ou seja, era necessário e fundamental que o povo negro se organizasse para formar-se e desenvolver-se enquanto grupo cultural e de direitos. Enquanto essa parcela da sociedade não fosse atendida por uma educação geral, formal e inclusiva os direitos lhes seriam escassos também pelo fato de desconhecê-los. A falta de políticas inclusivas e afirmativas para os negros seria elemento perpetuador dessa condição.

Em 16 de setembro de 1931 foi fundada a Frente Negra Brasileira – FNB, que consistiu na primeira organização de negros com objetivo de congregar pessoas de maneira institucionalizada em forma de movimento. A FNB considerava que um governo forte e nacionalista seria uma oportunidade de melhorias para a população negra. Assim, embora não fosse consenso entre os seus membros, a FNB se fez apoiadora de políticas de extrema direita e do Governo de Getúlio Vargas³⁹. Abdias do Nascimento⁴⁰ ao falar, em depoimento publicado no livro *Memórias do Exílio*, sobre suas experiências no movimento negro cita a FNB assim:

³⁸ Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/844853/per844853_1918_00003.pdf. Acesso em 17 de novembro de 2021.

³⁹ Getúlio Dornelles Vargas, nascido em São Borja – RS em 19 de abril de 1882 foi um advogado e político brasileiro, líder da evolução de 1930, que pôs fim à República Velha, depondo seu último presidente, Washington Luís, e impedindo a posse do presidente eleito em 1 de março de 1930, Júlio Prestes. Getúlio Vargas governou o Brasil por quase vinte anos em dois períodos. O primeiro período foi de 15 anos ininterruptos, de 1930 até 1945. O segundo período, em que foi eleito por voto direto, Getúlio governou o Brasil como presidente da república, por 3 anos e meio: de 31 de janeiro de 1951 até 24 de agosto de 1954, quando se suicidou no Rio de Janeiro.

⁴⁰ Abdias do Nascimento: nascido em Franca – SP em 14/03/1914, foi poeta, ator, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista dos direitos humanos e da população negra. Foi também professor titular na Universidade do Estado de Nova York, de 1971 a 1981, fundando a cadeira de Cultura Africana no Novo Mundo no Centro de Estudos Porto Riquenhos. Morreu em 23 de maio de 2011 no Rio de Janeiro.

Minhas primeiras experiências de luta foram na Frente Negra Brasileira. Alguns dos dirigentes da FNB desde a década de vinte se esforçavam tentando articular um movimento. Houve, assim, um projeto de reunir o Congresso da Mocidade Negra, em 1928, em São Paulo, o que não chegou a se concretizar. Somente em 1938 eu e outros cinco jovens negros realizamos o I Congresso Afro-Campineiro e, em 1950, o Teatro Experimental do Negro promoveu o I Congresso do Negro Brasileiro, no Rio de Janeiro. As pessoas e as ideias já vinham de antes, mas foi no início dos anos trinta que o movimento se institucionalizou na forma da Frente Negra Brasileira. [...] Como movimento de massas, foi a mais importante organização que os negros lograram após a abolição da escravidão em 1888.

A Frente fazia protestos contra a discriminação racial e de cor em lugares públicos... sob a perspectiva de integrar os negros na sociedade nacional. Dessa forma combatia a FNB os hotéis, bares, barbeiros, clubes, guarda-civil, departamentos de polícia, etc. que vetavam a entrada ao negro, o que lembrava muito o movimento pelos direitos civis dos negros norte-americanos. [...] Apesar da barreira da língua, da pobreza dos meios de comunicação, a FNB permanecia alerta a todos os gestos emancipacionistas acontecidos em outros países. Foi uma vanguarda com o objetivo de preparar o negro para assumir uma posição política e econômica na representação do povo brasileiro ao Congresso Nacional. (POERNER, 1976, p. XXX)

A Frente Negra Brasileira, que promovia a educação, cultura e entretenimento, também criou escolas e núcleos de alfabetização de adultos, e em 1936 constituiu-se em um partido político⁴¹. Enquanto partido político, a FNB teve vida curta e acabou extinto no ano seguinte junto aos demais partidos, devido ao decreto assinado por Getúlio Vargas que levou para ilegalidade as agremiações político-partidárias.

Apesar de podada pelas ações políticas daquele momento histórico do Brasil, a Frente Negra Brasileira continuou as suas ações e atuações como articuladora dos negros e sistematizadora de “saberes emancipatórios, principalmente os políticos, sobre a realidade dos negros brasileiros da época” (GOMES, 2017, p. 30).

Em 1944, também sob a liderança de Abdias Nascimento, nasceu o Teatro Experimental do Negro – TEN. A proposta daquela companhia de teatro era a valorização do negro e da cultura afro-brasileira através da educação e da arte. Mais do que representar, se criou uma forma de demarcar espaços nas artes brasileiras. Em torno de Abdias, vários intelectuais e militantes negros se organizaram, como o advogado Aguinaldo de Oliveira Camargo, o pintor Wilson Tibério, Teodorico Santos, José Herbel, os militantes negros Sebastião Rodrigues Alves, Claudiano Filho, Oscar Araújo, José da Silva, Antônio Barbosa, e três empregadas domésticas negras: Arlinda Serafim, Ruth de Souza, Mariana Gonçalves. Assim, em 08 de maio de 1945 pela primeira vez negros pisaram no Teatro Municipal do Rio de Janeiro para a apresentação da peça.

⁴¹ A Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 16 de setembro de 1931, tornou-se partido político em 1936, sendo extinto como os demais partidos políticos por Getúlio Vargas declarar o fim dos partidos e agremiações políticas e das eleições livres em novembro de 1937. Com a extinção do partido, em alguns municípios a FNB converteu-se em sociedade recreativa. Enquanto partido político, a FNB possuía sede em São Paulo, e dezenas de cidades possuíam filiais ou grupos homônimos criados com inspiração na FNB, incluindo nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e Pernambuco.

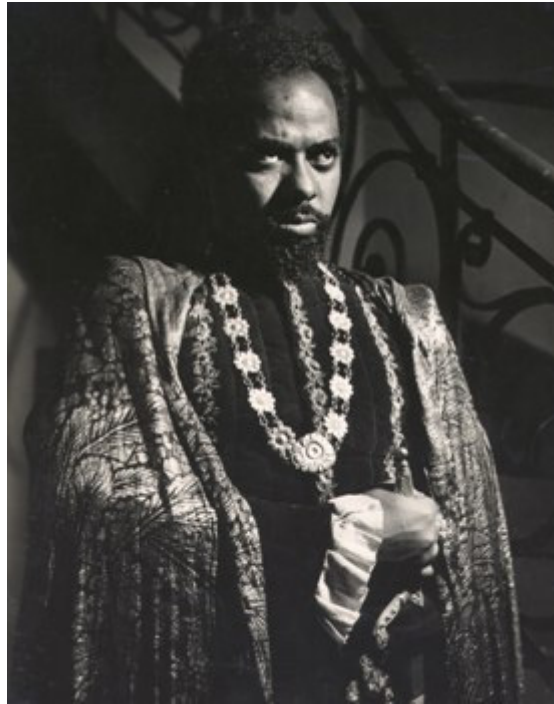


Figura 5. Abdias do Nascimento no papel de Otelo, na peça de William Shakespeare
Foto: Arquivo Nacional / Fundo Correio da Manhã⁴²

É importante ressaltar que o TEN além de se dedicar às artes cênicas, dedicava-se também à reflexão em busca de melhores condições de vida para a população afrodescendente. Assim, o TEN era também uma forma de organização com engajamento político de artistas, autores e diretores que através das peças levavam ao grande público a reflexão sobre temas importantes, como também promovia a inclusão e a alfabetização de seus atores menos instruídos. Muitos dos atores e atrizes foram alfabetizados na própria companhia para a leitura de textos e peças.



Figura 6. Aulas de alfabetização eram ministradas pelo professor Ironides Rodrigues
Foto: Acervo Ipeafro⁴³

⁴² Disponível em <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/15259-por-que-o-teatro-experimental-do-negro-tornou-se-refer%C3%A2ncia-em-educa%C3%A7%C3%A3o-das-rela%C3%A7%C3%B5es-%C3%A9tnico-raciais>. Acesso em 17 de outubro de 2021.

Outro destaque importante é que uma das principais atrizes do teatro, cinema e televisão brasileira, Ruth de Souza, iniciou-se nas artes cênicas através do TEN, quando já exercia a profissão de empregada doméstica. Como ela passou a exercer outra profissão através desse movimento, outros tantos tiveram através do TEN o primeiro acesso às letras, o que confirma o Teatro Experimental do Negro mais como uma ação socioeducativa do que necessariamente uma companhia de teatro. Tanto quanto uma ferramenta de transmissão cultural, o TEN era também um mecanismo de alfabetização. Nessa toada, em 1946 o TEN organizou o Comitê Democrático Afro-Brasileiro⁴⁴ e a Convenção Nacional do Negro⁴⁵. Em 1950 o 1º Congresso do Negro Brasileiro e editou o jornal *Quilombo*⁴⁶.



Figura 7. *Quilombo*, edição de 09 de dezembro de 1948
Foto Folha de São Paulo⁴⁷

Na década de 1970 várias entidades e organizações de negros se articulam e fundaram o primeiro Movimento Negro de cunho nacional. Em 18 de junho de 1978 em São Paulo surgiu o Movimento Unificado contra a Discriminação Étnico-Racial (MUCDR) que logo no

⁴³ Disponível em <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/15259-por-que-o-teatro-experimental-do-negro-tornou-se-refer%C3%A2ncia-em-educa%C3%A7%C3%A3o-das-rela%C3%A7%C3%B5es-%C3%A9tnico-raciais>. Acesso em 17 de outubro de 2021.

⁴⁴ Comitê Democrático Afro-Brasileiro manifesto realizado em março de 1945 que culminou com a publicação da “Declaração de Princípios do Comitê Democrático Afro-Brasileiro”. Esse comitê lutou pela anistia dos presos políticos. Esse documento encontra-se disponível em <https://negrume.wordpress.com/2016/10/16/comite-democratico-afro-brasileiro-1945/>. Acesso em 17 de novembro de 2021.

⁴⁵ Convenção Nacional do Negro foi um evento realizado na Associação Paulista de Imprensa, em 1945. A Convenção foi organizada e liderada por Abdias Nascimento, presidente do diretório nacional da convenção do negro brasileiro, e contou com a participação de membros dos diretórios dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

⁴⁶ *Quilombo*: Jornal carioca, inicialmente mensal e mais tarde quinzenal, fundado em 9 de dezembro de 1948 por Abdias Nascimento, e extinto em 1950.

⁴⁷ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/920231-leia-texto-de-abdias-do-nascimento-sobre-o-jornal-quilombo.shtml>. Acesso em 17 de novembro de 2021.

ano seguinte tem seu nome alterado para Movimento Negro Unificado. O MNU elegeu a temática da educação como seu principal elemento de luta contra o racismo e formou uma geração de intelectuais negros de alta relevância acadêmica nas pesquisas sobre relações étnico-raciais no Brasil.

No âmbito da Igreja Católica, surgiram na segunda metade do século XX movimentos e organizações que debatem o tema do Negro e da necessidade de inclusão. O Concílio Vaticano II⁴⁸ fomentou o surgimento e a consolidação da Teologia da Libertação⁴⁹ e juntas favoreceram o acontecimento da Conferência de Medellín⁵⁰ (1968), que foi determinante para que a Igreja Católica passasse a buscar entender como as injustiças estão na estrutura da sociedade. Dessa consciência e da análise histórica, a Igreja se conscientiza de que não pode manter-se omissa como o foi durante todo o período da escravidão. Assim, na Conferência de Puebla⁵¹ (1979), a Igreja já passa a condenar discriminações e marginalizações como o racismo. Nesses ares, a década de 1980 permitiu movimentos e movimentações pela da igualdade racial.

Nos textos preparatórios pelo Conselho dos Bispos Latino Americanos⁵² (CELAM) para a terceira conferência que aconteceria em 1979 em Puebla, no México, muito se falava da questão do pobre, mas nas palavras de Frei David Raimundo dos Santos⁵³, idealizador e fundador da EDUCAFRO:

...alguns padres, leigos e religiosos negros percebem que o documento está muito bom quando leva à reflexão sobre a situação dos empobrecidos e fazia uma *opção preferencial pelos pobres*. No entanto, em nenhum momento o documento teve a coragem de dizer que aquele pobre tinha um rosto negro e/ou indígena. A constatação é levada à CNBB e essa cria uma força-tarefa cuja missão era escrever um texto sobre a situação do negro e o mesmo iria em anexo, dando subsídios aos bispos que iriam participar de Puebla. Terminada esta missão, esse grupo resolveu não esperar pelos bispos e começou a se

⁴⁸ Concílio Vaticano II foi o XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica. Convocado no dia 25 de Dezembro de 1961, através da bula papal “*Humanae salutis*”, pelo Papa João XXIII. O Concílio iniciou-se, sob a liderança de João XXIII em 11 de outubro de 1962, e concluído em 8 de dezembro de 1965, já sob o papado de Paulo VI.

⁴⁹ Teologia da libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que parte da premissa de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres e especifica que a teologia, para concretizar essa opção, deve usar também as ciências humanas e sociais.

⁵⁰ A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano realizou-se em Medellín, na Colômbia no período de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968. A Conferência foi convocada pelo Papa Paulo VI para aplicar os ensinamentos do Concílio Vaticano II às necessidades da Igreja presente na América Latina. A temática proposta foi “A Igreja na presente transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”. A abertura da Conferência foi feita pelo próprio Papa que marcou a primeira visita de um pontífice à América Latina.

⁵¹ A Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizou-se em Puebla de los Angeles, no México, no período de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979.

⁵² O Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) é um organismo da Igreja Católica Apostólica Romana fundado em 1955 pelo Papa Pio XII e congrega as conferências nacionais dos bispos católicos da América Latina e do Caribe.

⁵³ Frei David Raimundo dos Santos: nasceu no dia 17 de outubro de 1952, na cidade mineira de Nanuque, filho de Manuel Rosalino dos Santos e Maria Pereira Gomes. Frei David passou parte da sua infância e juventude no estado do Espírito Santo. Depois, seguindo sua vocação religiosa ingressou na Ordem dos Frades Menores, OFM, também conhecida como Ordem Franciscana. Frei David desenvolveu sua formação teológica no Instituto Teológico Franciscano em Petrópolis – RJ e boa parte de seu apostolado como sacerdote católico nas paróquias da Baixada Fluminense. É uma das principais referências brasileiras em assuntos como pré-vestibular comunitário, ações afirmativas, pastoral do negro, teologia negra e outros assuntos ligados à cultura do povo negro. Frei David é Diretor Executivo da EDUCAFRO, vive atualmente no Convento São Francisco em São Paulo de onde coordena as atividades da entidade em vários estados do Brasil e mantém importante atuação política e social.

articular enquanto negros e brancos comprometidos com a causa do Reino de Deus, a partir da chave de leitura afro-brasileira. (SANTOS, 2007)⁵⁴

Aquele grupo cresceu em número e consciência política. Parte significativa dos participantes vinha das Comunidades Eclesiais de Base⁵⁵ (CEBs), das pastorais sociais e de movimentos populares; alguns estavam totalmente comprometidos com partidos políticos de esquerda. Daquelas reflexões o tema do Negro passou a fazer parte da rotina de preocupações da Igreja no Brasil e aconteceram vários encontros pelo País com religiosos, padres, bispos e lideranças católicas negras, culminando em 1988, quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil⁵⁶, CNBB, escolheu como tema da Campanha da Fraternidade “A Fraternidade e o Negro”, com o lema — “Ouvi o clamor deste povo”.



Figura 7. Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1988
Foto: CNBB⁵⁷

Após aquela Campanha da Fraternidade a Pastoral Afro-brasileira⁵⁸, PAB, foi criada e se desenvolveu em várias paróquias pelo Brasil. Vale destacar a carta do Papa João Paulo II à Igreja do Brasil por ocasião da Quaresma de 1988:

⁵⁴ Disponível em http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=102&cod_boletim=6&tipo=Artigo>. Acesso em 17 de outubro de 2021.

⁵⁵ Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são comunidades religiosas cristãs ligadas especialmente à Igreja Católica Apostólica Romana, mas também existente em outras demoniações cristãs tradicionais, que, incentivadas pela Teologia da Libertação, se espalharam principalmente nos anos 1970 e 80 no Brasil e na América Latina. Consistem em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial e de carências e misérias em comum, compostas principalmente por membros insatisfeitos das classes populares e despossuídos, vinculadas a uma igreja ou a uma comunidade com fortes vínculos, cujo objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida, com a realidade política e social em que vivem e com as misérias cotidianas com que se deparam na matriz ordinária de suas vidas comunitárias.

⁵⁶ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é uma instituição permanente que reúne os Bispos católicos do Brasil. A CNBB foi fundada em 14 de outubro de 1952, no Rio de Janeiro, e transferida para Brasília em 1977, onde tem sua sede atualmente.

⁵⁷ Disponível em <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade1988>. Acesso em 17 de outubro de 2021

Abre-se hoje mais uma Campanha da Fraternidade, na Igreja que está no Brasil, empenhada na sua missão de evangelizar, contribuindo para a promoção humana, por caminhos convergentes, guiada pelos seus Pastores, como mestres e educadores da fé do povo, sinais e construtores de unidade na caridade. A Campanha visa a animação pastoral da Quaresma, centrada no tema: “a Igreja e o Negro”. Trata-se de larga faixa da população brasileira, comemora-se neste ano a chamada “lei áurea” e há uma real problemática que merece solicitude pastoral, inspirada por critérios evangélicos, aderente e fiel à doutrina da Igreja acerca da dignidade da pessoa humana e da promoção dos seus direitos e tendo em vista o bem comum.

Neste campo, a Igreja repetiu a sua doutrina de sempre no Concílio Vaticano Segundo, nomeando entre uma série de “coisas infames” a escravidão, contrária ao Evangelho, que anuncia e proclama a liberdade para todos os homens, sem exceção; e explica que a escravidão tem a sua origem última no pecado e que têm a mesma origem aos fermentos de ódio e de divisão, que alimentam os preconceitos raciais e proliferam em situações conflituosas e em discriminações e emarginações (cf. *GS*, 27-29).⁵⁹

Segundo Frei David,

[...] a Igreja teve uma bonita e profética atitude: reconhecer que ao longo da história do Brasil ela esteve mais à mesa da Casa Grande, almoçando com os senhores de fazenda, que nas senzalas, ajudando o povo a ler o evangelho da libertação, lutando por seus direitos. (SANTOS, 2007)⁶⁰

A discussão apresentada pelo tema e provocada pelo lema da Campanha da Fraternidade, expressavam os anseios e demandas do povo negro que eram consequências do período da escravidão que só fortaleceu o racismo, transformando-o num dos elementos garantidores da atual estrutura social do Brasil. Nesse sentido, vale lembrarmos a canção de Caetano Veloso, Noites do Norte, que musicou e poetizou a expressão consagrada de Joaquim Nabuco: “*A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil.* (NABUCO, 1998, p. 183)⁶¹”:

⁵⁸ A Pastoral Afro-Brasileira (PAB) é uma organização de cunho pastoral da Igreja Católica Apostólica Romana que surgiu no ano de 1988, através da Campanha da Fraternidade (CF) da Igreja Católica cujo título era “Fraternidade e o Negro” e o lema da campanha “Ouvi o clamor deste povo!”, chamando a atenção para as demandas e vulnerabilidades do negro. Pastoral Afro-brasileira tem como objetivo valorizar as características e cultural dos afro-brasileiros. A PAB também se propõe a atuar nas necessidades e desafios sociais os quais os negros estão expostos dentro da sociedade, enfrentando discriminação, preconceito, desigualdade, racismo, falta de oportunidade e estigmatização.

⁵⁹ Disponível em < <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade1988>>. Acesso em 17 de outubro de 2021.

⁶⁰ Disponível em <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=102&cod_boletim=6&tipo=Artigo> Acesso em 17 de outubro de 2021

⁶¹ Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1019/192204.pdf?sequence=4&isAllowed=y>>. Acesso em 17 de outubro de 2021.

A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil.

Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ela povoou-o como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas lendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte...

É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do norte. (VELOSO, 2000)

Nas décadas de 1980 e 1990 o Movimento Negro já estava mais amadurecido em suas reflexões pelos lugares de Direitos dos cidadãos e a discussão étnico-racial já alcançava um patamar mais elevado de entendimento de que as políticas públicas de educação deveriam focar de modo mais incisivo e direto no negro. É desse período a criação dos núcleos de Pré-Vestibular para Negros e Carentes e da EDUCAFRO, como veremos a seguir. Segundo, Gomes (2017):

[...] à medida que este movimento foi constatando que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam à grande massa da população negra, o seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar. Foi nesse momento que as ações afirmativas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergiram como uma possibilidade e passaram a ser uma demanda real e radical, principalmente a sua modalidade de cotas. (GOMES, 2017, p. 33)

Nos anos 2000, conforme já apresentado anteriormente, o Movimento Negro intensificou ainda mais as discussões e o empenho em busca de implantação de ações afirmativas que garantissem maior inclusão do negro no Ensino Superior. No início do século nasceu a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)⁶² que continua atuante como uma associação civil, sem fins lucrativos, filantrópica, assistencial, cultural, científica e independente, tendo por finalidade o ensino, pesquisa e extensão acadêmico-científica sobre temas de interesse das populações negras do Brasil⁶³. É também do início do Século XXI, à nível governamental, a criação a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial⁶⁴, SEPIR. Em 2003 a adoção de cotas raciais para o ingresso em algumas Universidade públicas já era realidade, como a UERJ e UnB, consolidando-se através de decisão do STF em 2012, como já visto em tópicos anteriores.

Portanto, no contexto histórico do negro no Brasil, temos que houve uma evolução significativa no acesso ao Ensino Superior. Nos últimos anos, o Ensino Superior passou por

⁶² A Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) é uma associação civil, sem fins lucrativos, filantrópica, assistencial, cultural, científica e independente, tendo por finalidade o ensino, pesquisa e extensão acadêmico-científica sobre temas de interesse das populações negras do Brasil.

⁶³ Disponível em <<https://www.abpn.org.br/>>. Acesso em 08 de agosto de 2021.

⁶⁴ A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) foi um órgão do Poder Executivo do Brasil, criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 21 de março de 2003, com o objetivo de promover a igualdade, proteção de grupos raciais e étnicos afetados por discriminação, com ênfase na população negra. A Secretaria existiu até outubro de 2015 quando, por força da Medida Provisória 696 foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, unindo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Direitos Humanos, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

importante processo de democratização. Muitos foram os passos dados pela sociedade brasileira nesse sentido. São exemplos de ações que favoreceram a democratização do Ensino Superior no país o aumento de Instituições de Ensino Superior⁶⁵ a adoção de políticas públicas educacionais fundadas em Ações Afirmativas, como PROUNI, FIES e Cotas, como também as iniciativas de cunho popular que ajudaram a melhor preparar os jovens para o acesso ao Ensino Superior, tais como organizações de grupos de pré-vestibulares comunitários.

E é nesse contexto que é gestada, a partir da intuição do frade franciscano Frei David Raimundo dos Santos, uma instituição que muito tem contribuído com o desenvolvimento do Brasil e com a inclusão do Negro na sociedade através do acesso à educação e ao Ensino Superior. Essa instituição é a EDUCAFRO – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, uma rede de pré-vestibular comunitário que se constitui numa organização popular nascida na Baixada Fluminense, área majoritariamente empobrecida e de população negra da região metropolitana do Rio de Janeiro.

2.2 Os Movimentos em Prol da Inserção dos Pobres na Universidade

A EDUCAFRO – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes nasceu da constatação da desigualdade social existente no Brasil, concretamente na realidade da Baixada Fluminense e do Rio de Janeiro. O Censo Demográfico⁶⁶ do ano 2000, promovido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nos apresenta um quadro com nível educacional concluído com as pessoas de 25 anos ou mais, segundo a cor ou raça nas diversas regiões do Brasil. Tomaremos aqui como referência a Região Sudeste, tendo em vista que a EDUCAFRO nasceu, cresceu e se desenvolveu a partir dessa região do Brasil.

Segundo os dados do Censo Demográfico do ano 2000, entre os brasileiros com 25 anos ou mais de idade, havia 3.268.694 graduados. O corte por raça mostra que daquele total, 2.823.906 se declaravam brancos. Ou seja, 86% dos graduados brasileiros eram brancos. Negros eram 69.812 graduados, cerca de 2%. Pardos eram 259.724 graduados, cerca de 8%. Amarelos e indígenas somados eram 102.511, cerca de 4%. Naquele mesmo ano, o Censo Demográfico constatou que “pelas declarações fornecidas pela população do País, 91.298.042 (53,7%) consideraram-se brancos, 10.554.336 (6,2%) pretos, 761.583 (0,5%) amarelos, 65.318.092 (38,4%) pardos e 734.127 (0,4%) indígenas”.

Da análise desta desigualdade fica evidente que os negros e empobrecidos não têm as mesmas condições de estudo, ensino e acesso às universidades que os brancos, o que constata e confirma a perpetuação do modelo excludente pré-abolicionista.

Em que pese o fato de que no Brasil a educação básica caiba aos municípios, o ensino médio aos estados e o ensino superior à federação, temos que todos eles fazem parte da esfera pública e que, indiscutivelmente é o Estado o responsável por garantir a igualdade, como o que prevê a Constituição e que já vimos anteriormente. A EDUCAFRO, enquanto pré-vestibular comunitário, nasceu com o objetivo de diminuir o abismo entre os conteúdos oferecidos pelas escolas públicas, sejam elas municipais ou estaduais, e os conteúdos cobrados pelas universidades públicas em seus processos seletivos. O Estado que seleciona os alunos para o ensino superior através de provas elaboradas com conteúdos elevados e complexos é o mesmo que oferece conteúdos rasos aos seus alunos. Disso, temos que o

⁶⁵ De acordo com a sinopse da evolução do Ensino Superior no Brasil, em 1980 eram 882 IES no Brasil, 200 públicas e 682 privadas, ao passo que em 1998 eram 973 IES, das quais 209 públicas e 764 privadas. Em 2017, de acordo com a Sinopse Estatística do Ensino Superior Graduação – 1999, já eram 2407 as IES pelo país, sendo 296 instituições públicas e 2111 as privadas.

⁶⁶ Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7308>. Acesso em 17 de novembro de 2021.

acesso ao ensino superior gratuito acaba sendo restrito às camadas mais abastadas da sociedade que têm condições de matricular e manter os seus filhos em escolas de alto padrão que oferecem conteúdo similar ao cobrado pelos vestibulares das universidades públicas.

A EDUCAFRO em “Rumo à construção coletiva do projeto político pedagógico” assim resume a sua intuição e motivação inicial e os seus primeiros passos:

[...] o ponto de partida foi a triste constatação de uma porcentagem extremamente baixa de negros nas Universidades em relação aos brancos e esta realidade nos atinge ainda hoje [...] organizou-se um mutirão educacional em núcleos de pré-vestibulares comunitários, que funcionam em espaços físicos cedidos voluntariamente em: Associações de Moradores, Igrejas, Sindicatos, Escolas Municipais, Estaduais ou Federais, que possuem salas de aulas já montadas com toda a infraestrutura necessária [...] o trabalho voluntário dos professores e coordenadores de núcleos enaltece e glorifica a luta pela inclusão do povo negro da periferia. Graças à consciência crítica, cidadã e espírito de luta dos professores, líderes comunitários e universitários, a esperança está crescendo no coração dos pobres que começam a acreditar em uma vitória calcada no acesso à Universidade. (SILVA, 2009, p. 7-8)

O Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), em 2014 publicou o documento “*Planejando a Próxima Década – Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação*”. Através desse documento o MEC apresenta os seus desafios em metas, das quais figura entre as mais importantes a *Meta 12* que trata do acesso à educação superior. A redação textual da meta é bastante clara:

[...] elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (MEC/SASE, 2014, p. 13)

Esse documento, embora recente, confirma o que motivou a EDUCAFRO desde os seus primórdios que é pequeno o número de brasileiros nas universidades. Ainda, segundo o mesmo documento,

[...] o acesso à educação superior, sobretudo da população de 18 a 24 anos, vem sendo ampliado no Brasil, mas ainda está longe de alcançar as taxas dos países desenvolvidos e mesmo de grande parte dos países da América Latina. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011 registrou que a taxa bruta atingiu o percentual de 27,8%, enquanto a taxa líquida chegou a 14,6%. O PNE (2001-2010) estabelecia, para o fim da década, o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da população de 18 a 24 anos. Apesar do avanço observado, o salto projetado pela Meta 12 do novo PNE, que define a elevação da taxa bruta para 50% e da líquida para 33%, revela-se extremamente desafiador. (MEC/SASE, 2014, p. 41)

O impacto do acesso à formação superior é enorme na vida das pessoas e gritantes são as diferenças sociais e os resultados alcançados entre aqueles que acessaram e os que não acessaram o Ensino Superior. De acordo com o IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C 2017), divulgada em 11/04/2018, a renda dos brasileiros é determinada pela instrução do indivíduo. Segundo a pesquisa, aqueles que estão cursando o nível superior, ou estão formados, percebem salários muito maiores do que aqueles que não chegaram aos bancos universitários. A pesquisa do IBGE constata que:

[...] o nível de instrução foi um indicador importante na determinação do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, apresentando uma relação positiva, ou seja: quanto maior o nível de instrução alcançado, maior o rendimento. As pessoas que não possuíam instrução apresentaram o menor rendimento médio (R\$ 842,00). Por outro lado, o rendimento das pessoas com ensino fundamental completo ou equivalente foi 67,3% maior, chegando a R\$ 1.409,00. Por fim, aqueles que tinham Ensino Superior completo registraram rendimento médio aproximadamente 3 vezes maior que o daqueles que tinham somente o ensino médio completo e mais de 6 vezes o daqueles sem instrução. (PNAD, 2017, p. 5)

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apresentou em 2015 os destaques da publicação anual *Education at a Glance 2015* da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Daquele documento também se confirma que a formação de nível superior é determinante nos rendimentos profissionais. O levantamento do Instituto, publicado em 2015, já demonstrava dados similares aos do IBGE e apontam que: “no Brasil, quem possui um diploma de nível superior tem em média renda 152% maior que aqueles com somente um diploma de ensino médio” (INEP/OCDE, 2015, p. 4). Assim, o aumento de negros e empobrecidos nas universidades tem o potencial de alavancar uma mudança estética no mundo profissional e organizacional. Aqueles que antes não tinham acesso aos melhores postos de trabalho e que não estavam na linha de frente passam a estar tão bem preparados para as posições estratégicas. Assim a mesma revolução do mundo acadêmico que elevou o número de negros nas universidades poderá acontecer no tocante à empregabilidade.

Para os jovens oriundos de famílias pobres e negras, essa simbologia se torna mais emblemática, pois significa também um rompimento com o estigma de que as universidades não são necessariamente um lugar para eles, tendo em vista que grande parte dos alunos do Ensino Superior é formada por outra camada social.

Aqui é importante lembrarmos mais uma vez que a *Meta 12* do Plano Nacional de Educação busca

[...] elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (MEC/SASE, 2014, p. 13)

Ocorre que ainda estamos distantes desses objetivos quando falamos da população de cor preta ou parda. De acordo com a PNAD-C 2017:

Entre as pessoas de cor branca a taxa foi 32,9%, e entre as pessoas de cor preta ou parda foi 16,7%, ambas sem variações significativas frente a 2016. Todavia, a taxa ajustada para as pessoas pretas ou pardas permaneceu quase a metade da taxa das pessoas de cor branca. (PNAD, 2017, p. 8)

Ou seja, há uma diferença significativa que confirma que para os negros e pardos esse acesso é muito mais dificultoso. Os números divulgados pelo IBGE demonstram que para as pessoas de cor branca essa meta, praticamente, já foi alcançada. Já para as pessoas de cor preta ou parda há muito a ser feito para que o acesso ao ensino superior aumente e se atinja a meta do Plano Nacional de Educação, PNE.

Portanto, estamos diante de uma situação que reforça a desigualdade e se reflete no Ensino Superior, reproduzindo a distorção social em que os mais ricos, em sua absoluta maioria brancos, têm acesso ao Ensino Superior, ao passo que aos mais pobres, em sua maioria, negros, esse acesso ainda está distante do ideal. Quando esse corte é feito considerando o acesso às universidades públicas, os dados confirmam uma distância ainda maior e confirma uma lógica cruel: aqueles que estudam em escolas particulares e, pagam altas mensalidades na Educação Básica, acessam o Ensino Superior gratuito, ao passo que aqueles que nas fases iniciais só tiveram a oportunidade do ensino público, resta, quando muito, a alternativa de um Ensino Superior pago em universidades privadas.

Em 2017, através dos dados da PNAD-C 2016 constata-se que é evidente que houve uma democratização do perfil de renda dos estudantes do Ensino Superior, como também é perceptível a desigualdade entre as diversas faixas de renda. Aquele estudo constatou que, entre os anos 2005 e 2015, os 20% mais ricos ocupavam 35,7% das vagas da Rede Pública de Ensino Superior, ao passo que os 20% mais pobres ocupam 8,3% daquelas vagas. De maneira global na Rede Pública de Ensino Superior, a desigualdade é inversamente proporcional, vez que os 40% mais ricos ocupam 60,9% das vagas, enquanto os 60% mais pobres ocupavam 39,1% daqueles bancos universitários.⁶⁷

De acordo com os dados da PNAD-C 2017 divulgados pelo IBGE, a população brasileira é constituída, segundo a autodeclaração dos entrevistados, por 43,6% de brancos, 55,4% de negros e pardos.⁶⁸ Quando essa análise é feita dentro das universidades, a taxa de frequência líquida no ensino superior de graduação da população de 18 a 24 anos de idade, a cor ou raça entre os anos de 2005/2015 era de 12,8%.⁶⁹

Portanto, ocorre que, no momento do Ensino Superior, que tem um custo financeiro muito maior do que o dos ensinos fundamental e médio, os mais ricos acessam as escolas públicas e gratuitas que tem um grau de excelência indiscutivelmente maior do que as universidades privadas. Os mais pobres que, via de regra, receberam uma preparação fundamental com qualidade inferior não estão preparados para disputar as melhores vagas com os alunos oriundos das grandes redes de escolas particulares e cursinhos que preparam seus alunos para essa disputa.

Segundo o Censo Demográfico de 2010⁷⁰, a população brasileira é composta por 48% de brancos, 51% negros/pardos e 1% de indígenas e amarelos⁷¹. Naquele mesmo ano, o

⁶⁷ Esses dados estão disponíveis em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>> acesso em 18 de setembro de 2021.

⁶⁸ Estes dados estão disponíveis em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101566_informativo.pdf> acesso em 18 de setembro de 2021.

⁶⁹ Estes dados estão disponíveis em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>> acesso em 18 de setembro de 2021.

⁷⁰ Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=destaques>. Acesso em 17 de novembro de 2021.

percentual de negros/pardos/indígenas/amarelos nas universidades era de 35,5%, ao passo que os brancos representavam 64,5% dos universitários no Brasil.

Segundo o estudo “Acesso de Negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010”, de Amélia Artes e Arlene Martinez Ricoldi,

Se em uma primeira leitura a impressão pode ser de um maior equilíbrio no acesso ao ensino superior para os negros e os brancos, a participação dos negros em relação a sua representação na população brasileira ainda mostra que as desigualdades constituem marca fundamental do ensino superior brasileiro. Em 2010, os negros representavam 50,9% da população geral, índice que diminui para 35,3% nos grupos de pessoas que frequentam a graduação. É interessante observar que, se o número absoluto de alunos brancos (3,9 milhões) representa 4,3% da população total de brancos (90 milhões), a mesma proporção para pretos é de 2,3% e, para pardos, 2,2% (ARTES, RICOLDI, 2015, p. 669)

Dessa situação, se conclui que o número de negros universitários não é proporcional à quantidade de negros na composição da sociedade brasileira, ou seja, o número de negros universitários é praticamente insignificante.

A “Síntese de indicadores sociais” realizada pelo IBGE e publicada no ano de 2007, constatava que no ano de 1997, entre os brasileiros com idade superior a 25 anos, 2,2% dos negros tinham ensino superior completo, ao passo que entre os brancos, 9,6% eram portadores de diploma de Ensino Superior. Em 2007, os números já eram melhores, mas a diferença continuava expressiva: entre os negros, apenas 4% haviam concluído o ensino superior, ao passo que entre os brancos eram 13,4%. Naquele momento, ao se tratar de estudantes da taxa de frequência em cursos superiores, a taxa de alunos com idade entre 18 e 25 anos, era de 19,4% entre a população branca e de 5,8% entre a população negra. Deste contexto, fica nítido que as diferenças sociais entre negros e brancos é reflexo do da qualidade de ensino (quer fundamental, quer superior) a que cada camada da sociedade tem acesso.⁷²

Herança dos movimentos negros e populares das décadas anteriores, os Pré-vestibulares Comunitários constituem uma forma de atividade com o mesmo perfil de *quilombagem* dos movimentos apresentados no capítulo anterior. As características que estruturam os Cursos de Pré-vestibulares comunitários são marcadas pela informalidade, por soluções simples, em espaços comunitários, com trabalho voluntário, sempre em partilha e com absoluta adaptação à realidade local. Para os pré-vestibulares comunitários não há uma fórmula ou um *modus operandi* único. As metodologias e são adaptadas a cada contexto e aos recursos de cada comunidade. Muitas vezes núcleos vizinhos são completamente diferentes na forma de gestão ou de operação.

As primeiras ideias de cursos com esse perfil comunitário nos remetem aos anos 1970. De acordo com Alexandre do Nascimento no livro *Movimentos sociais e democracia: os*

⁷¹Estes dados estão disponíveis em <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_brasil_zip_xls.shtm> acesso em 18 de setembro de 2021.

⁷²Disponível em <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2007/default.shtm>> acesso em 18 de setembro de 2021.

cursos pré-vestibulares populares, já em 1976 havia um curso voltado para negros, organizado pelo Centro de Estudos Brasil-África⁷³ (CEBA) no Rio de Janeiro.

Das primeiras experiências no Brasil desses grupos organizados, temos a desenvolvida pela Fundação Steve Biko⁷⁴, FSB, em Salvador. No Rio de Janeiro, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes, PVNC, originário de São João de Meriti foi um dos percussores na preparação de jovens negros e carentes para o ensino superior. As primeiras inspirações pré-vestibulares para negros nasceram na Bahia, como a já citada Fundação Steve Biko, fundado em 1992, a partir das reflexões das entidades negras, que sentiam a necessidade de instrumentos de conscientização, articulação e apoio à juventude negra da periferia de Salvador. Estes pré-vestibulares se mostraram uma boa iniciativa, mas sua implantação logo se fez perceber inviável na maioria das outras regiões do Brasil, sobretudo em meios populares e sem muitos recursos. A metodologia adotada na Bahia dificultava a repetição da experiência por outros setores populares, pois lá os professores recebiam salários, os alunos pagavam quase meio salário mínimo por mês e o espaço físico era alugado. Enfim, a alternativa se mostrou uma repetição dos métodos usados pela indústria de pré-vestibulares. Por melhor que fosse a iniciativa, era uma ação financiada, em parte por recursos externos e em parte pelos próprios alunos. Essa prática, simplesmente pelo fato de contar com mensalidades pagas pelos alunos, se confirmava ineficaz em muitas comunidades carentes pelo Brasil afora. Mensalidades para cursos pré-vestibulares no contexto da Baixada Fluminense, por exemplo, já era algo impraticável, tendo em vista a falta de recursos e até mesmo a existência de entidades empresariais que ofereciam cursos semelhantes, mas sem qualquer viés social, comunitário ou com proposta de engajamento.

De acordo com Carvalho (2008), no artigo “Os cursos pré-vestibulares comunitários como espaços de mediações pedagógicas: um diagnóstico estatístico”:

Talvez pela natureza social dos CPVCs observa-se, entre seus professores e dirigentes, forte tendência a se reportarem ao eminente educador Paulo Freire, às correntes pedagógicas sociocríticas sobre os conteúdos escolares e às propostas pedagógicas associadas ao multiculturalismo e à diversidade. Porém, em contraponto às abordagens pedagógicas críticas, está o realismo dos conteúdos curriculares exigidos e escrutinizados nas provas seletivas das universidades mais competitivas. (CARVALHO, 2008, p. 27)

Cursos com esse perfil comunitário foram tomando espaços na construção e disseminação de conhecimentos nas últimas décadas, em especial a partir dos anos 1990. Acabaram por se tornar movimentos de grande repercussão social nos meios urbanos, em especial nas periferias das grandes cidades e se tornaram agentes de transformação social.

⁷³ Centro de Estudos Brasil-África (CEBA) é uma instituição fundada em 1975 com objetivos de promover estudos referentes à relação entre o Brasil e a África. Informações disponíveis em <http://incid-dupal.dev.eopen.com.br/espaco/centro-de-estudos-brasil-africa-ceba>. Acesso em 17 de novembro de 2021.

⁷⁴ “O INSTITUTO CULTURAL STEVE BIKO foi fundado em 31 de julho de 1992, por iniciativa de professores e estudantes negros e negras que - de forma pioneira - criaram o primeiro curso Pré-Vestibular voltado para negros no Brasil. Em muitas reuniões nos jardins da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, no centro de Salvador e embasados nas lutas antirracistas ao redor do mundo, viu-se a urgente necessidade de reunir a militância negra em nível nacional ao redor da Educação. O Instituto surge, então, buscando a inserção dos negros no espaço acadêmico como estratégia para sua ascensão social e o combate à discriminação racial”. Disponível em <<https://www.stevebiko.org.br/sobre-nos>>. Acesso em 26 de outubro de 2021.

O Instituto tem o nome em referência ao ativista antiapartheid da África do Sul Stephen Bantu Biko que foi líder estudantil e fundou o Movimento da Consciência Negra, que capacitava e mobilizava a população negra urbana. Nascido em 18/12/1946, morreu sob custodiada polícia em 12/09/1977.

Nesse sentido, mais do que espaços pedagógicos de ensino, se tornaram movimentos sociais importantes e relevantes.

Ainda, segundo Carvalho (2008),

[...] os embriões dos CPVCs afirmam-se crescentemente como um movimento social de cidadania ativa, inclusão social e resgate de uma dívida que o Brasil tem, historicamente, com a sua população afrodescendente. Enquanto movimentos sociais organizados em comunidades pobres, igrejas, ONGs e mesmo em escolas de classe média socialmente engajadas, os CPVCs apresentam a especificidade de sujeitos coletivos em busca de auto sustentabilidade nos campos social, político, cultural e escolar. (CARVALHO, 2008, p. 24)

A constituição dos atores dessas organizações não possui um quadro homogêneo. Não há um padrão de alunos ou de professores. A diversidade é principal marca desses cursos de Pré-vestibulares comunitários. O corpo docente dessas organizações não tem um padrão uniforme na sua formação e é bastante variada no sentido de que é, em muitos casos, formada por autodidatas em determinado assunto, profissionais que se dispõem a ensinar as disciplinas que estão ligadas à sua área de atuação, acadêmicos em processo de formação que passaram por vestibulares e que a partir de sua experiência se tornam ajudadores daqueles que estão no mesmo caminho. Os alunos, por sua vez, também são de origem bastante diversificada: são, em geral, pessoas pobres oriundas do ensino público elementar precário, muitos deles há muito afastadas dos bancos escolares, outras que ainda frequentam o ensino regular, mas que desenvolvem atividade profissional para viabilizar o próprio sustento e dos seus, como também outros que retornaram aos estudos já na madureza da vida.

Portanto, um pré-vestibular comunitário é um desafio enorme e irrepetível. Não existirão dois núcleos ou duas realidades iguais. Nesse sentido, não há de se falar em um padrão pedagógico ou mesmo em um modelo único. O que há de comum são os desafios e os escassos recursos. Disso, os pré-vestibulares comunitários são marcadamente simples e operam como iniciativas populares em que pobres ajudam outros tão pobres quanto eles a encontrarem caminhos de superação para a inserção no Ensino Superior.

2.3 PVNC – Pré-Vestibular Comunitário para Negros e Carentes

O embrião da EDUCAFRO encontra-se na primeira intuição datada de 1993 e se desenvolve junto à Praça da Matriz em São João de Meriti – RJ. O nome dado àquela organização nascente foi a sigla PVNC, que nada mais era do que a abreviação daquilo a que aquele grupo se propunha ser, um Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Também não havia uma logomarca ou um estatuto. O que havia era um grupo de pessoas disposto a preparar jovens para o vestibular e uma necessidade imensurável de desafios a serem superados. E o objetivo era único e exclusivo de facilitar o acesso às Universidades Públicas, considerando uma constatação empírica de que poucos negros daquela localidade haviam frequentado universidades e a maioria era composta por pessoas muito pobres.

Não havia à época a preocupação de documentar o seu desenvolvimento e suas ações. O foco era promover o acesso dos jovens daquela região ao Ensino Superior através de uma iniciativa possível: a criação de um curso de pré-vestibular comunitário acessível às pessoas pobres e, em sua maioria, negras. Das reflexões iniciais, se entendeu que o caminho seria através da organização popular dos negros carentes daquela localidade para um trabalho de ajuda mútua em que negros ensinariam e preparariam outros negros para o acesso às

Universidades Públicas. A fórmula a ser seguida era a de um curso sem custos para os alunos com trabalho voluntário de professores negros.

Ocorreu, no entanto, que as dificuldades não foram poucas, pois a carência de professores negros que pudessem assumir as aulas era tão natural quanto óbvia, pois poucos eram os negros que até então haviam tido acesso às Universidades. A razão que motivava a criação de um pré-vestibular comunitário para negros e carentes naquela comunidade se confirmava na dificuldade de encontrar negros e pobres com a devida qualificação e com disponibilidade de tempo para tais atividades. Desta forma, logo se entendeu que o trabalho demandaria o apoio de todos os que quisessem ajudar e que se dispunham a cooperar com a proposta de um Pré-Vestibular para Negros e Carentes.

Segundo a Carta de Princípios do PVNC, o documento daquela organização que consiste num referencial histórico e de orientações com as intuições que os conduzem até hoje:

[...] a proposta inicial baseou-se em duas constatações: em primeiro lugar, a péssima qualidade do ensino de 2º grau na Baixada Fluminense que praticamente elimina as possibilidades de acesso do estudante da região que é constituída em sua maioria por uma população economicamente desfavorecida e negra, ao ensino superior: E, em segundo, o baixo percentual de estudantes negros nas universidades (menos de 2% dos estudantes, em 1993) (CARTA DE PRINCÍPIOS, 1999, p. 5).

As aulas do PVNC aconteceriam nas dependências da Paróquia São João Batista e eram ministradas por voluntários daquela comunidade. De acordo com a Carta de Princípios do PVNC, a primeira aula aconteceu em 05 de junho de 1993 com cerca de 100 alunos. O PVNC continua atuante com núcleos na cidade do Rio de Janeiro, Magé, Duque de Caxias, Petrópolis e Nova Iguaçu. O PVNC, além de oferecer o curso preparatório é atuante defendendo:

A universalização do direito a educação em todos os níveis e a publicização das Universidades estatais;
O aumento gradativo de vagas nas Universidades estatais, em todos os cursos e turnos, de modo a garantir que tais universidades absorvam, pelo menos, 50% das matrículas neste nível de ensino e possam, de fato, ser consideradas *universidades públicas*;
Políticas de ação afirmativa que garantam às pessoas discriminadas por sua condição racial e/ou social acesso e permanência nas instituições de ensino em seus diversos níveis (cotas, acesso a materiais e a tecnologias de informação e comunicação, bolsas e outras medidas);
O fim das taxas de inscrição de vestibular nas Universidades estatais;
Currículos que incluam estudos sobre diversidade sociocultural, educação das relações raciais, história e cultura afro-brasileira e Direitos Humanos;
Dinâmicas institucionais que considerem os tempos e possibilidades dos alunos trabalhadores.⁷⁵

⁷⁵ Disponível em <<http://www.sentimentanimalidades.net/pvnc/nucleos.htm>>. Acesso em 22 de novembro de 2021.



Figura 9: Logomarca do PVNC⁷⁶

Desta forma, aquele núcleo de Pré-Vestibular para Negros e Carentes nasceu da percepção daquela comunidade da Baixada Fluminense de que seus membros mais pobres, em sua maioria negros, viviam em condições precárias de cidadania e que não tinham acesso às Universidades. O objetivo principal era melhorar as condições de vida daquele povo e o caminho encontrado foi através do aumento do número de pessoas pobres e negras nas universidades do Rio de Janeiro. Assim, aquelas pessoas se organizaram para mudar a história dos seus e acabou mudando a história de muitos pelo Brasil. Segundo Frei David, em entrevista à Revista Fórum em 07/03/2017:

A ideia surgiu a partir de uma constatação. Como padre, fiz uma reunião em uma assessoria para quase cem jovens e para nossa tristeza, a maioria negros da Baixada Fluminense, só dois tinham interesse em cursar uma faculdade. E isso me deixou muito espantado, assustado porque eram jovens que estavam prontos para ser mão de obra barata do capitalismo. E não é esse o sonho de Deus. (SANTOS, Frei David Raimundo dos. Frei David dos Santos fala sobre o cursinho popular. Fórum, São Paulo, 7 mar. 2017. Entrevista a *Ana Maria Morau*)

De acordo com Renato Emerson dos Santos, no artigo *Racialidade e novas formas de ação social*, publicado no livro *Ações Afirmativas – Políticas públicas contra as desigualdades raciais*:

A expressão mais importante desse processo foi o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), pelo número de núcleos que criou e congregou, e pelo seu caráter seminal – muitos cursos, mesmo que desvinculados dele, surgiram a partir da ação direta ou da influência de seus militantes, difundido seu formato e alguns de seus princípios organizativos e ideológicos. (SANTOS, 2003, p. 130)

O PVNC rapidamente se tornou uma força expressiva na Baixada Fluminense e um referencial na preparação de jovens negros e carentes para os vestibulares das grandes universidades públicas do Rio de Janeiro. Os resultados não foram catalogados, mas um

⁷⁶ Disponível em <<http://www.sentimentanimalidades.net/pvnc/nucleos.htm>>. Acesso em 22 de novembro de 2021.

número expressivo de alunos oriundos daquele projeto conseguiu acessar às Universidades e de alguma maneira melhorar as condições de vida sua e dos seus.

2.4 EDUCAFRO: da Intuição à Instituição.

A Educafro tem por objetivo geral reunir pessoas que lutam pela inclusão de negros, em especial, e pobres em geral. Essas pessoas são voluntárias que se organizam em suas comunidades e buscam associações solidárias para a promoção de acesso dos alunos às universidades públicas, prioritariamente, ou em uma universidade particular com bolsa de estudos, com a finalidade de possibilitar empoderamento e mobilidade social para população pobre e afro-brasileira.

A EDUCAFRO tem uma organização com núcleos que se organizam de acordo com a realidade local e que se estruturam com uma coordenação nacional sediada em São Paulo que dá as diretrizes e suportes necessários para proporcionar surgimento de novas lideranças e cidadãos conscientes nas comunidades e nas universidades. Através das aulas e das reuniões mensais com os alunos se busca fomentar a formação cidadã e acadêmica. Como dito, os professores são sempre voluntários e a estrutura é mais simples possível para que o foco seja o aprendizado e a aprovação dos alunos. Muitos dos professores são também alunos e, enquanto aprendem o que não sabem e que precisam desenvolver, ensinam aquilo que podem oferecer de acordo com as duas habilidades e facilidades. Em suma, busca despertar nas pessoas a responsabilidade e autonomia na superação de dificuldades as tornando protagonistas de suas histórias;

Para além da sala da aula, a EDUCAFRO busca apresentar propostas de políticas públicas e ações afirmativas aos poderes executivos, legislativo e judiciário, difundindo princípios e valores que contribuam para a radical transformação social do Brasil. A EDUCAFRO, através da sua organização valoriza radicalmente, a organização de grupos sociais e populares como instrumento de transformação social e pressão junto ao Estado. No conjunto de suas atividades, a Educafro luta para que o Estado cumpra suas obrigações, através de políticas públicas e ações afirmativas na educação, voltadas para negros e pobres, promoção da diversidade étnica no mercado de trabalho, defesa dos direitos humanos, combate ao racismo e a todas as formas de discriminação.

A história do movimento nascente é dinâmica e com embates constantes. As mudanças de rumos para se alcançar os objetivos eram normais. Ainda nos primórdios uma das questões discutidas era no tocante à estrutura organizacional ideal para o projeto. Segundo Santos (2003),

[...] frei David, de formação franciscana, apontava para a necessidade de criação de um formato baseado na autogestão e na não criação de aparatos jurídicos-institucionais – modelo já utilizado pela Igreja Católica em suas ações sociais –, de maneira a possibilitar a mais ampla disseminação da experiência. Outros militantes apontavam para a construção de um aparato institucional no formato de ONG, visando assumir um espaço de atuação na Baixada que, diante das incipientes reformas no setor estatal naquela época, vinha sendo ocupado por outras organizações. Com esse formato, a ideia era buscar apoios financeiros e institucionais para sustentação do trabalho.

Esse embate já apontava para a primeira grande cisão de caráter ideológico no movimento, opondo de um lado, um grupo que se articulou em torno do formato eclesial, liderado por frei David, e outro que defendia a autonomia organizativa em relação às igrejas e

propunha a construção de um aparato institucional próprio. (SANTOS, 2003, p. 131)

Com o passar do tempo, e diante das dificuldades de muitos alunos em alcançarem o resultado positivo para as universidades públicas, Frei David passou a buscar também parceria com bolsas de estudos para os alunos do PVNC junto às universidades privadas do Rio de Janeiro. Esse passo se mostrava bastante importante, pois para muitos não bastava passar no vestibular, vez que a distância das universidades era como um entrave importante e muitas vezes um limitador intransponível para frequentar as aulas.

Assim, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes se percebeu diante de um dilema: seguir apenas buscando o ingresso nas universidades públicas que são do povo e para o povo, ou aceitar o acesso às universidades privadas através de bolsas de estudos. O objetivo inicial era dar e facilitar o acesso às universidades públicas. Houve, portanto, resistência à ideia e aos empenhos de Frei David em buscar parceria com as Universidades privadas.

Diante do impasse o do dilema do PVNC, Frei David cria um movimento dentro do próprio grupo com o intuito de buscar e estreitar parceria com entidades e universidades para a manutenção, através de bolsas de estudos, dos alunos nos cursos em que fossem aprovados.

Àquele grupo se deu o nome de EDUCAFRO que não era propriamente um Pré-Vestibular, mas um movimento que agia política e administrativamente junto às Instituições de Ensino Superior para buscar bolsas de estudo para alunos negros e carentes, independentemente de qualquer vínculo com o PVNC. Paralelo a esse movimento, a discussão dentro do PVNC era intensa no sentido de que os seus alunos deveriam preparar-se e prestar vestibular apenas para as universidades públicas. Havia uma cisão no PVNC nascida do dilema: ampliar o leque de oportunidades através de parcerias com universidades privadas, ou permanecer com foco exclusivo nas universidades públicas.



Figura 10: Logomarca EDUCAFRO⁷⁷

Das iniciativas de Frei David, a PUC-Rio foi a primeira Universidade privada a abrir as portas para alunos oriundos do PVNC e todos os alunos daquele Pré-vestibular seriam contemplados por bolsas de estudo da Universidade. Segundo o Projeto Político Pedagógico da EDUCAFRO, “a PUC-Rio, desde 1993, firmou uma parceria para conceder bolsas de estudos às pessoas pobres, acompanhadas e apresentadas pelos trabalhos da Pastoral do Negro”. (PPP, 2009, p. 55). Assim, em 1993 foram concedidas 4 bolsas e até 2009 mais 1500 pessoas oriundas da EDUCAFRO e do Pré-Vestibular para Negros e Carentes eram bolsistas na PUC-Rio, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da EDUCAFRO.

De acordo com o Professor Augusto Luiz Duarte Sampaio, na introdução do livro “Cursos pré-vestibulares comunitários – Espaços de mediações pedagógicas”:

⁷⁷ Disponível em < <https://www.educafro.org.br/site/>>. Acesso em 22 de novembro de 2021.

[...] no âmbito de uma caminhada iniciada em 1993, quando, em parceria com Frei David Raimundo dos Santos, desencadeamos um processo de inclusão na PUC-Rio, em prol de pré-vestibulandos de então incipientes cursos comunitários em São João de Meriti e Duque de Caxias. Aqueles cinco novos graduandos comunitários de 1993, mercê de Deus, multiplicaram-se e são hoje 715 alunos oriundos dos CPVCs (Cursos Pré-Vestibulares Comunitários), dos quais 630 associados ao FESP (Fundo de Emergência Social da PUC-Rio), contando com respaldo em auxílio-transporte, refeição, material escolar e, excepcionalmente, moradia próxima ao campus. (CARVALHO, 2008, p. 9).

Diante daqueles embates acerca da estratégia política que o PVNC deveria seguir e das formas estruturais que o movimento assumiria, a cisão se dá. Frei David, que já criara a EDUCAFRO como grupo de interlocução com as universidades privadas, juntamente com aqueles que entendiam que a urgência do acesso às universidades era tamanha que não dava para descartar as oportunidades em universidades privadas, transformou aquele grupo que consolidou-se também como um núcleo de Pré-vestibular comunitário. É importante ressaltar que os princípios, os objetivos da intuição originária estavam mantidos e as duas entidades, PVNC e EDUCAFRO, seguiram na busca de inserção de negros e empobrecidos no mundo acadêmico-universitário.

Toda a inclusão que se buscava proporcionar aos jovens negros e empobrecidos da Baixada Fluminense estava fundada no princípio da isonomia, que é também o fundamento da ideia de igualdade a que se referem os dispositivos legais, sobretudo ao que está explícito na Constituição da República Federativa do Brasil (1988):

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]. (CRFB, 1988, art. 5º, *caput*)

Esse princípio deve ser analisado a partir de duas interpretações. A primeira é aquela que a doutrina jurídica chama de igualdade formal e que considera todos iguais conforme a lei, ou seja, é o que está explícito no citado artigo da Constituição Federal. A segunda interpretação é a chamada igualdade material. Esta, por sua vez, traz em si uma reflexão mais apurada e se traduz de forma mais rebuscada. A igualdade material pressupõe que os indivíduos devem ser tratados de acordo com a sua condição, ou seja, quando as situações são iguais, devem ser tratados de forma igual, ao passo que quando se está diante de situações desiguais, cada um deve ser tratado de acordo com a necessidade que a desigualdade impõe. Nesse sentido, Rui Barbosa (2003) já afirmou em seu clássico livro “Orações aos Moços” que

[...] a regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desiguam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. Os mais são desvarios da inveja, do orgulho ou da loucura. Tratar com desigualdade os iguais, ou os desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas

atribuir os mesmos a todos, como se todos se equivalessem.
(BARBOSA, 2003, p. 19)

É essa a reflexão que dá base à histórica busca da EDUCAFRO por ações afirmativas e na discussão de políticas públicas que diminuam as desigualdades sociais e raciais do Brasil.

Na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, também está claro que o acesso à educação é um direito e uma garantia de cada cidadão, em especial no seu Artigo 3º onde se lê:

“O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...] XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida” (LDB, 1996, Art. 3º)

A mesma Lei de Diretrizes e Bases ainda fala sobre a educação como Direito universal no seu Título III – Do Direito à Educação e do Dever de Educar, e, especialmente no Artigo 5º, onde se lê:

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (LDB, 1996, Art. 5º).

No Brasil existem as garantias legais de que a educação é um direito e que a igualdade de oportunidades deve ser o Norte a ser buscado. Portanto, é indiscutível que todos os brasileiros têm direito ao acesso à educação e à aprendizagem. No entanto, ainda há muito para que a educação se consolide não apenas como direito, mas também como realidade, sobretudo no tocante à igualdade.

Assim, nas palavras da Ministra Carmem Lúcia Antunes Rocha (1996), em “Ação afirmativa – o conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica”

[...] a definição jurídica objetiva e racional da desigualdade dos desiguais, histórica e culturalmente discriminados, é concebida como uma forma para se promover a igualdade daqueles que foram e são marginalizados por preconceitos encravados na cultura dominante na sociedade. Por esta desigualação positiva promove-se a igualação jurídica efetiva; por ela afirma-se uma fórmula jurídica para se provocar uma efetiva igualação social, política, econômica no e segundo o Direito, tal como assegurado formal e materialmente no sistema constitucional democrático. A ação afirmativa é, então, uma forma jurídica para se superar o isolamento ou a diminuição social a que se acham sujeitas as minorias (ROCHA, 1996, p. 86).

Rocha (1996) assim arremata o tema:

O conteúdo, de origem bíblica, de tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que se desiguam – sempre lembrado como sendo essência do princípio da igualdade jurídica – encontrou uma nova interpretação no acolhimento jurisprudencial concernente à *ação afirmativa*. Segundo essa nova interpretação, a desigualdade que se pretende e se necessita impedir para se realizar a

igualdade no Direito não pode ser extraída, ou cogitada, apenas no momento em que se tomam as pessoas postas em dada situação submetida ao Direito, senão que se deve atentar para a igualdade jurídica a partir da consideração de toda a dinâmica histórica da sociedade, para que se focalize e se retrate não apenas um instante da vida social, aprisionada estaticamente e desvinculada da realidade histórica de determinado grupo social. Há que se ampliar o foco da vida política em sua dinâmica, cobrindo espaço histórico que se reflita ainda no presente, provocando agora desigualdades nascentes de preconceitos passados, e não de todo extintos. A discriminação de ontem pode ainda tingir a pele que se vê de cor diversa da que predomina entre os que detêm direitos e poderes hoje. (ROCHA, 1996, p. 90)

Nos últimos anos, quer por políticas públicas de inclusão, quer por iniciativas populares como a EDUCAFRO e outras organizações populares semelhantes a ela, a diversidade nas universidades públicas aumentou. Os números disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, na “Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira”, apontam que em 2015, 12,8% dos jovens negros ou pardos, com idade entre 18 e 24 anos chegaram ao nível superior. Há de considerar-se que em 2005, antes da implantação de ações afirmativas, como as cotas raciais, esse número era muito inferior. Naquele ano, apenas 5,5% dos jovens da mesma faixa etária conseguiram acesso às Universidades.

A EDUCAFRO, através de sua história e de sua participação na história dos negros e empobrecidos do Brasil, contribuiu muito para o aumento dos negros nas universidades. Esse processo significou uma revolução importante para a comunidade negra e beneficia toda a sociedade brasileira. Essa revolução proporcionou um aumento da representatividade de setores sociais, como pobres e negros, que antes não tinham o espaço de protagonistas acadêmicos. Agora eles passam a contribuir de forma mais efetiva com o pensamento acadêmico e têm também a possibilidade de protagonizar a ciência. Mais do que objetos de estudos, estes jovens passam a compartilhar suas experiências e representam também a possibilidade de outro ponto de vista para os problemas brasileiros. Há aqui um impacto político a partir da inclusão e que promoveu mudanças reais para o Brasil. Essa mudança de panorama tem importância para a inclusão social e para a diversidade nas universidades e tem reflexo positivo direto na vida daqueles que foram alunos, de seus familiares e de tantas outras pessoas, e que confirmam a EDUCAFRO como uma organização popular de sucesso.

Dessa constatação, fica evidente o quão significativo pode ser para uma família negra da periferia a entrada de um dos seus na universidade. Mais do que a realização de um sonho, ou de um passo para a autonomia e desenvolvimento pessoal, pode significar uma vitória contra a desigualdade historicamente estruturada que não oferece a todos as mesmas condições de preparo para a disputa das mesmas oportunidades. É com o objetivo de proporcionar a pessoas dessas camadas mais carentes da sociedade que a EDUCAFRO se estrutura e começa a se desenvolver nas décadas de 1980 e 1990.

A EDUCAFRO, em “Rumo à construção coletiva do projeto político pedagógico” publicado em 2009, assumiu como missão

[...] trabalhar para que o Estado cumpra suas obrigações, através de políticas públicas e ações afirmativas na educação, voltadas para negros e pobres, promoção da diversidade étnica no mercado de

trabalho, defesa dos direitos humanos, combate ao racismo e a todas as formas de discriminação (SILVA, 2009, p. 10).

No mesmo documento a EDUCAFRO estabeleceu o seu objetivo geral que consiste em:

[...] reunir pessoas voluntárias, solidárias e beneficiárias desta causa, que lutam pela inclusão de negros, em especial, e pobres em geral, nas universidades públicas, prioritariamente, ou em uma universidade particular com bolsa de estudos, com a finalidade de possibilitar empoderamento e mobilidade social para a população pobre e afro-brasileira. (SILVA, 2009, p. 11)

A EDUCAFRO tem assim ajudado na formação cidadã e acadêmica da sociedade toda e com isso sua atuação tem se desdobrado em diversas ações, quer seja apresentando propostas de políticas públicas e ações afirmativas aos poderes executivos, legislativo e judiciário; quer seja difundindo princípios e valores que contribuam para a radical transformação social do Brasil; quer seja despertando nas pessoas a responsabilidade e autonomia na superação de dificuldades tornando-as protagonistas de suas histórias. Enfim, a EDUCAFRO é um instrumento que ajuda a diminuir essa distância entre os brasileiros e a compensar as diferenças de ensino e as desigualdades históricas.

A EDUCAFRO desenvolveu através da sua história um *modus operandi* próprio. Seus núcleos se espalharam rapidamente através da Baixada Fluminense, pelo Rio de Janeiro, São Paulo e outras localidades do Brasil.

As atividades educacionais da EDUCAFRO, como na maioria dos demais pré-vestibulares comunitários, em sua origem se deram através do trabalho voluntário de professores e coordenadores, em sua maioria negros e empobrecidos. Trata-se, por excelência, de uma experiência em que os jovens negros, carentes e das periferias assumem a condução de sua história e de suas comunidades para mudar os resultados a que estavam fadados.

Os núcleos são criados a partir da iniciativa popular de uma determinada comunidade em que pessoas voluntárias se disponibilizam a coordenar o curso, buscando na própria localidade os recursos humanos e materiais para a implantação do Pré-Vestibular Comunitário.

O primeiro passo é o levantamento de pessoas que possam servir gratuitamente ao projeto ministrando aulas nas disciplinas em que são habilitados ou em tenham a devida facilidade didática de ensinar. Via de regra, os professores voluntários são moradores dessa comunidade que já exercem o magistério em sua vida profissional. Muitos dos professores são universitários da comunidade que já passaram pelos bancos das salas de aula da EDUCAFRO. São ex-alunos que se tornam coordenadores e professores. Sendo que há também aqueles que em sendo coordenadores e professores que ensinam aquilo que está em suas habilidades também são alunos em preparação para o vestibular.

De acordo com Renato Emerson dos Santos (2003), no artigo *Racialidade e novas formas de ação social*,

A abertura de novos núcleos dependia, basicamente, de três elementos: a constituição de um grupo de pessoas com disposição para a condução do trabalho; a formação de um quadro de professores; e a cessão de um espaço para o desenvolvimento do trabalho. (SANTOS, 2003, p. 132)

Com o passar do tempo, o perfil dos colaboradores e voluntários da EDUCAFRO passou a contar com muitos daqueles que foram alunos. Pessoas que se tornaram profissionais respeitados em diversas áreas e voltam como professores, colaboradores voluntários e coordenadores de núcleos da EDUCAFRO em suas comunidades ou em novos núcleos. Assim, aqueles que foram positivamente impactados pela EDUCAFRO e que mudaram sua condição permanecem a ela vinculados como apoiadores voluntários para que outros tenham as mesmas oportunidades.

Essas duas atividades iniciais são importantíssimas para a viabilidade do projeto. Não há recursos para contratação de profissionais. São os coordenadores e professores pessoas da comunidade que se voluntariam a dedicar do seu tempo vago à causa da inclusão social e racial através da educação.

O próximo passo é buscar um espaço público já existente e em ociosidade nos momentos em que poderiam servir às aulas. Os núcleos da EDUCAFRO nunca tiveram sedes próprias. As aulas acontecem em espaços dos mais variados: numa comunidade as aulas são ministradas em sala disponibilizada pela Associação de Moradores; noutra comunidade em salas de catequese da Igreja Católica, ou no Templo Evangélico, ou no Terreiro de Umbanda ou Candomblé, ou no Centro Espírita local, utilizando os espaços em momentos em que não há culto ou outra atividade religiosa. Em outra comunidade os encontros acontecem em salas de aula da escola pública local, ou mesmo de alguma escola privada que disponibiliza o espaço gratuitamente. Há ainda núcleos que funcionam em espaços culturais comunitários, como uma Escola de Samba, ou num Teatro, como também há núcleos que funcionam na casa ou no quintal de quem o coordena. Enfim, a ideia da utilização de espaços já existentes e sem custos é fundamental para a manutenção do projeto.

Assim se tem que o essencial para o funcionamento de um núcleo está dado: coordenadores e professores voluntários e otimização de espaços existentes e disponíveis na própria comunidade.

Os conteúdos desenvolvidos pelos professores com os alunos são os necessários para suprir a distância entre o que se exige nos vestibulares e o que as escolas públicas oferecem. As disciplinas são as mesmas do Ensino Médio e com a carga horária possível dentro do tempo disponível do espaço público e dos professores. Às aulas das disciplinas tradicionais, a EDUCAFRO acrescenta em carga horária não inferior à das demais disciplinas o conteúdo de cidadania que busca tratar de elementos úteis e importantes para a formação integral do indivíduo. As aulas de cidadania consistem em discutir temas sociais, políticos e históricos que impactem aquela localidade e que possam melhorá-la. Estes conteúdos são dos mais variados e visam ampliar a compreensão de indivíduos que devem pensar de forma global, inteirados dos assuntos atuais para a sua atuação local em prol da sociedade.

A EDUCAFRO tem o seu Projeto Político Pedagógico, PPP, como material guia com as orientações e diretrizes que a instituição busca seguir. O PPP é uma construção comunitária elaborada com a cooperação de diversos atores da EDUCAFRO: professores, coordenadores, alunos, consultores voluntários, universitários e profissionais de diversas áreas. É um documento que tem como objetivo fornecer elementos da história da instituição, normas e princípios gerais que norteiam as atividades, as escolhas e o *modus operandi* de cada núcleo. Embora o objetivo não seja o de padronizar o sistema, o PPP é uma espécie de guia que fornece à EDUCAFRO uma identidade comum dentro da diversidade de cada núcleo e em cada contexto.

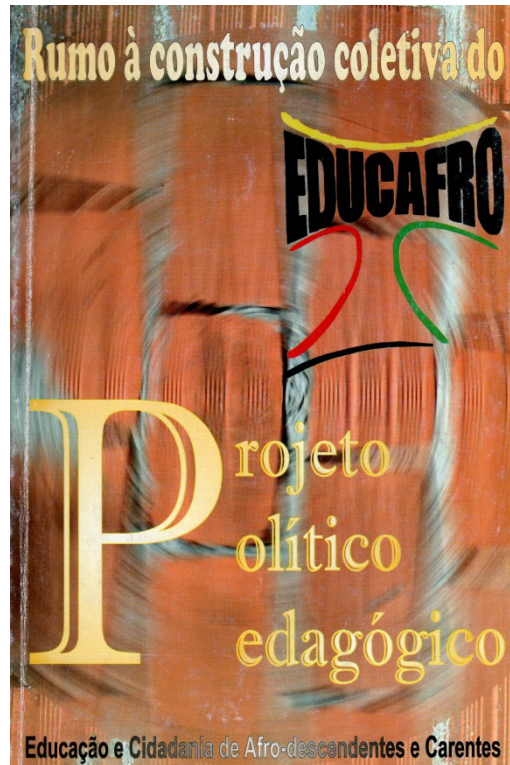


Figura 11: Projeto Político Pedagógico, capa

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da EDUCAFRO,

As aulas levam professores e alunos a refletirem sobre temas como: Discriminação Racial, Ações Afirmativas, Política de Cotas, Acesso à Universidade Pública, Violência Policial, a Mulher negra na Sociedade, Assuntos para a melhoria da Comunidade Local, dentre outros.

Os temas apresentados nos núcleos da EDUCAFRO abordam o dia-a-dia do povo negro na sociedade e as causas que determinam a sua exclusão, tais como o desemprego. (PPP, 2009, p. 40-41)

As aulas de cidadania têm sua motivação na reflexão de que, nas palavras de Renato Emerson dos Santos, no artigo *Racialidade e novas formas de ação social*:

[...] uma educação popular, enquanto finalidade pedagógica do curso, deveria ter um caráter político de conscientização das relações excludentes da sociedade, enfocando primordialmente as questões na escala local e no plano do cotidiano. [...] o pré deveria, por conseguinte, preparar o aluno não apenas para o vestibular, mas, sobretudo, para uma vida de luta política pela emancipação e promoção social das populações às quais ele pertence. (SANTOS, 2003, p. 135)

Por fim, através de seu *modus operandi*, a EDUCAFRO é uma associação civil e sem fins lucrativos que busca melhorar vidas por meio da educação, da igualdade social, étnica e pela valorização dos Direitos Humanos e que:

[...] tem a missão de promover a inclusão da população negra (em especial) e pobre (em geral), nas universidades públicas e particulares, com bolsa de estudos; através do serviço de seus voluntários e voluntárias nos núcleos de pré-vestibular comunitários e setores na sua Sede Nacional, em forma de mutirão. No conjunto de suas atividades, a EDUCAFRO luta para que o Estado cumpra suas obrigações, por meio de políticas públicas e ações afirmativas na educação, voltadas para negros e pobres, promoção da diversidade étnica no mercado de trabalho, defesa dos direitos humanos, combate ao racismo e todas as formas de discriminações “injustas”. (PPP, 2009, p. 10)

Enfim, o *modus operandi* da EDUCAFRO é bastante amplo e consiste, em síntese, na atuação como organizadora de cursinhos comunitários com professores e coordenadores voluntários; proporcionando o surgimento de novas lideranças e cidadãos conscientes nas comunidades e nas universidades.

Desse desempenho junto às comunidades carentes e na organização popular em prol da educação e do acesso ao Ensino Superior, a EDUCAFRO tem contribuído significativamente para o desenvolvimento do Brasil enquanto sociedade moderna e lugar de direitos.

Atualmente a EDUCAFRO, de acordo com informações disponíveis na sua página da internet, tem sua sede nacional em São Paulo, Rua Riachuelo, 342, junto ao Convento Franciscano de São Francisco, e núcleos nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e no Distrito Federal.

Hoje são mais de 30 cidades com núcleos vinculados à EDUCAFRO e muitas delas com dezenas de núcleos. Há ainda aproximadamente uma centena de grupos que se reúnem de modo informal para assistir às aulas que são disponibilizadas pela plataforma *on line*. A estimativa era de que, desde 1993, segundo afirmação de Frei David em entrevista à *Revista Fórum* em 2017, aproximadamente 60.000 alunos tenham passado por núcleos da EDUCAFRO nas diversas regiões do País:

Estimamos que ao longo desses anos, mais de 60 mil pessoas foram atendidas pela EDUCAFRO, entrando nas universidades públicas, no PROUNI e recebendo bolsas em faculdades particulares, no Rio de Janeiro, em São Paulo, Brasília, Minas Gerais, Baixada Santista e Região Bragantina. (SANTOS, Frei David Raimundo dos. Frei David dos Santos fala sobre o cursinho popular. Fórum, São Paulo, 7 mar. 2017. Entrevista a *Ana Maria Morau*)

Assim a EDUCAFRO se desenvolveu pelo Brasil, sendo um instrumento de inclusão social através da preparação de jovens, em sua maioria negra e empobrecida, para o ingresso no Ensino Superior, impactando não somente suas vidas, mas o perfil dos estudantes universitários. A história da EDUCAFRO é um fator positivo da História da Educação Brasileira.

A EDUCAFRO com a sua história e com os resultados alcançados na vida de pessoas é agente importantíssimo na educação superior como um todo que nesses anos passou a ter uma nova cor com maior diversidade, sobretudo racial, o que se comprova através dos números já apresentados anteriormente, extraídos da “Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira” do IBGE.

Assim, o momento em que começaram a mudar os números de jovens negros nas Universidades, não por acaso coincide com a história da EDUCAFRO. E não é exagero afirmar que a EDUCAFRO, com seu jeito e carisma franciscano, teve um papel especial nessa revolução que proporcionou novas oportunidades ao povo negro no Brasil e tornou as universidades do País um pouco mais parecidas com as características do nosso povo.

3 CAPÍTULO 3

EDUCAFRO, PARA ALÉM DO PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO: POLÍTICAS PÚBLICAS, FORMAÇÃO, INSERÇÃO SOCIAL E DIGNIDADE

A EDUCAFRO nasceu das constatações de jovens e de uma liderança religiosa da Baixada Fluminense que apontavam a falta de perspectivas para o Ensino Superior entre os jovens negros daquela localidade. Foi a partir daí que se iniciaram as primeiras movimentações na organização de um pré-vestibular comunitário. Do primeiro pré-vestibular comunitário para negros e carentes criados em São João de Meriti, a EDUCAFRO se desenvolveu e passou também a trabalhar pela formação de novas lideranças e na busca de dignidade para todos. Partindo do princípio cristão de que todos devem “*ter vida e vida em abundância*” (Jo 10,10b)⁷⁸, a EDUCAFRO passou a trabalhar no desenvolvimento de políticas públicas e sociais para todos.

3.1 A EDUCAFRO e as Políticas Públicas para a Educação

Entre as diversas ações desenvolvidas pela EDUCAFRO juntos aos jovens negros e carentes, destacam-se a busca de políticas públicas para a educação. De manifestações nas universidades a participações em discussões legislativas, de reuniões com o Poder Executivo a mobilizações populares em Brasília, muitas foram as conquistas do povo negro que têm entre seus principais agentes a EDUCAFRO. Do PROUNI às Cotas nas Universidades muitas são as conquistas.

3.1.1 EDUCAFRO e o PROUNI

Das ações como o PVNC e a EDUCAFRO surgiram no Brasil os programas de políticas públicas de inclusão dos negros e empobrecidos no ensino superior. Em 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso⁷⁹, a EDUCAFRO, em audiência com o então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza⁸⁰, entregou uma proposta ao Governo Federal conclamando-o a ter a coragem necessária para fazer valer o título de entidades filantrópicas das faculdades particulares através da inclusão de pobres, negros e indígenas nas entidades de ensino superior. A proposta entregue ao Ministro Paulo Renato por Frei David iniciava com o seguinte texto:

Conclamamos que o senhor tome a filantropia das mãos das faculdades particulares e a transforme em programa de inclusão de pobres, negros e indígenas em faculdades/universidades, para que

⁷⁸ Eu vim para que as ovelhas tenham vida e a tenham em abundância. (Jo 10,10b)

⁷⁹ Fernando Henrique Cardoso, nascido no Rio de Janeiro em 18 de junho de 1931, é um sociólogo, cientista político, professor universitário, escritor e político brasileiro. Filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi o 34º presidente da República Federativa do Brasil entre 1995 e 2003.

⁸⁰ **Paulo Renato Costa Souza**, nascido em Porto Alegre – RS em 10 de setembro de 1945 e falecido em São Roque – SP em 25 de junho de 2011, foi um economista, político brasileiro e ministro da Educação durante o governo Fernando Henrique Cardoso de 1 de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2002. Dentre as suas maiores realizações à frente do ministério da Educação, estão a Universalização do acesso no Ensino Fundamental, o ENEM e o SAEB.

estes tenham acesso à educação de nível superior. Em vez das instituições de ensino superior (IES) ficarem livres de pagar impostos, que elas substituam o pagamento do imposto não como filantropia de enganação, que era, mas por bolsas de estudos que possam de fato serem aproveitadas pela população mais carente. (PEREIRA; BRUNETTO, 2009, p. 84-85)

O assunto, embora tenha sido bem recebido pelo então ministro não evoluiu, tendo que aquele era o último ano do Governo de Fernando Henrique, PSDB. Certamente tratava-se de uma proposta ousada e desafiadora para ser encampada por um governo já não tão popular e às vésperas de seu ocaso.

Em 2003, já no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, PT, tendo como ministro da Educação Cristóvão Buarque⁸¹, mais uma vez Frei David e EDUCAFRO marcam audiência no Ministério da Educação para apresentação de proposta idêntica à anterior. Mais uma vez o assunto não evoluiu. Também muito bem recebida a proposta, mas os interesses do então ministro eram outros, mais voltados para o ensino básico e alfabetização do que para o ensino superior.

O sucessor de Cristóvão Buarque, Ministro Tarso Genro⁸², criou uma comissão para discutir a Universidade do Século XXI. Foi essa a oportunidade em que a EDUCAFRO conseguiu inserir a sua proposta na ordem do dia. O objetivo da “Agenda Universidade do Século XXI” discutir uma proposta do modelo a ser seguidos pelo ensino superior no Brasil. Aqui a EDUCAFRO tinha uma representação na pessoa de Frei David que assumiu papel importante na reflexão e na dinâmica da discussão. Fazia parte da mesma comissão o então Secretário Executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad⁸³, que já conhecia as atividades do pré-vestibulares comunitários da periferia de São Paulo e também havia participado da elaboração de um mecanismo em que as faculdades se beneficiavam de compensações nos impostos devidos em troca de bolsas de estudos para jovens oriundos dos núcleos populares de pré-vestibular.

Naquele momento a proposta da EDUCAFRO, já apresentada por Frei David a dois ministros da educação nos anos anteriores, encontrou o apoio necessário para se desenvolver. De acordo com Pereira e Brunetto (2009), o Secretário Executivo do Ministério da Educação “abraça a questão reivindicada pelos membros da EDUCAFRO, aprofunda-a e amplia-a dez vezes mais, criado, para isso o PROUNI”⁸⁴.

Uma vez apadrinhada pelo Secretário Executivo do Ministério da Educação era necessário convencer as universidades de que o projeto era importante e aos congressistas

⁸¹ Cristóvão Ricardo Cavalcanti Buarque, nascido em 20 de fevereiro de 1944 em Recife – PE. É um engenheiro mecânico, economista, educador, professor universitário e político brasileiro filiado ao Cidadania. É o criador do Bolsa-Escola, que foi implantado pela primeira vez em seu governo no Distrito Federal. Foi reitor da Universidade de Brasília de 1985 a 1989. Foi governador do Distrito Federal de 1995 a 1998. Foi eleito senador pelo Distrito Federal em 2002. Foi Ministro da Educação entre 2003 e 2004, no primeiro mandato de Lula. Foi reeleito nas eleições de 2010 para o Senado pelo Distrito Federal, com mandato até 2018.

⁸² Tarso Fernando Herz Genro, nascido em São Borja – RS, em 6 de março de 1947) é um advogado, professor universitário, ensaísta, poeta e político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi duas vezes prefeito de Porto Alegre e ministro da Educação (27 de janeiro de 2004 a 29 de julho de 2005), das Relações Institucionais e da Justiça durante o governo Lula.

⁸³ Fernando Haddad, nascido em São Paulo em 25 de janeiro de 1963 é um acadêmico, advogado e político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi ministro da Educação de 2005 a 2012, nos governos Lula e Dilma Rousseff, e prefeito da cidade de São Paulo de 2013 a 2016. É professor de ciência política da Universidade de São Paulo (USP), instituição pela qual se graduou bacharel em direito, mestre em economia e doutor em filosofia.

⁸⁴ PEREIRA, Edilene Machado; BRUNETTO, Valnei. **EDUCAFRO – Do sonho à Realidade**. São Paulo – SP, EDUCAFRO, 2009. Pg 86

para que o projeto viesse a tornar-se lei. A proposta inicial era a de que todas as bolsas fossem integrais para os alunos beneficiados. Porém, com o desenrolar das discussões no congresso, muitas delas com a participação de Frei David e de alunos da EDUCAFRO manifestando-se em frente ao congresso, e com a pressão dos lobistas das universidades, inseriram-se as bolsas parciais.

A semente lançada pela EDUCAFRO se transformou no Programa Universidade para Todos, PROUNI. O programa foi criado com o objetivo de proporcionar acesso às universidades através de bolsas de estudo integrais ou parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior e instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 na gestão do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, PT.

Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

[...]

(Lei 11.096 de 13/01/2005 Art. 1º)

A Lei ainda determinava a quem se destinam as bolsas. É importante salientarmos que as bolsas de estudo em questão eram destinadas aos estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas ou que tenham sido bolsistas integrais de outras instituições, a portadores de deficiência e professores da rede pública:

A bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

[...]

(Lei 11.096 de 13/01/2005 Art. 2)

A criação do Programa Universidade para Todos é um ganho extraordinário e uma política pública realmente eficiente para a inclusão dos empobrecidos e necessitados. Frei David, em entrevista para o livro *EDUCAFRO: Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes: do sonho à realidade* destaca que “durante muitos anos a filantropia praticada pelas IES não passou de um simples mecanismo de desvio de dinheiro público” (PEREIRA e BRUNETTO, 2009, p. 88). Ainda, segundo Frei David, na mesma entrevista: “esse processo faz com que o dinheiro público seja devolvido imediatamente para o povo, [...]. Com relação ao aspecto financeiro, por exemplo, um curso de odontologia que em qualquer faculdade não sairia (*à época*) por menos de dois mil reais mensais, custa ao Governo Federal, através do PROUNI, por volta de quatrocentos reais”.

Segundo Pereira e Brunetto (2009, p. 90), “em cinco anos o PROUNI colocou mais afrodescendentes na faculdade do que nos 504 anos anteriores de Brasil. [...] Assim sendo, acredita-se que o PROUNI seja o melhor programa de inclusão de negros que há no universo brasileiro”.

3.1.2 EDUCAFRO e as cotas para negros na UERJ e no Brasil

Ainda no final da década de 1990 a EDUCAFRO passou a atuar também na reflexão relativa às cotas nas universidades públicas, reservando primeiramente vagas para alunos oriundos da rede pública de ensino e futura ampliação para negros e indígenas.

A primeira ação desenvolvida pela EDUCAFRO foi em São Paulo através de uma ação popular contra a exclusão de pobres e, sobretudo, dos negros promovida pela Universidade de São Paulo, USP. O pedido consistia na reserva de 50% das vagas da USP para alunos da rede pública de ensino. O pedido foi rejeitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não prosperando.

Em 1998, o governador do Rio de Janeiro era Anthony Garotinho⁸⁵, PDT, tendo como vice-governadora Benedita da Silva⁸⁶, PT, uma mulher negra bastante combativa e com engajamento histórico com o movimento negro. Naquele ano a EDUCAFRO teve o primeiro contato com o poder executivo do Estado do Rio de Janeiro através de uma audiência com a vice-governadora. O pedido apresentado à vice-governadora do Estado era bastante ousado e corajoso: que ela convencesse o governador Garotinho a obrigar a Universidade do Estado do Rio de Janeiro a adotar já em 1999 a reservar parcela significativa de suas vagas à população negra e pobre do Estado. Benedita da Silva levou o pedido ao governador e a devolutiva não tardou. A segunda audiência aconteceu com a presença de assessores do governador e a resposta foi deveras conservadora: não seria possível implementar qualquer sistema de cotas para negros e empobrecidos na UERJ por tratar-se de uma proposta, que aos olhos do Governador, era inconstitucional.

Da resposta negativa do Governo do Estado no Rio de Janeiro, a EDUCAFRO buscou o amparo do Ministério Público questionando a decisão do Governador e perguntando à UERJ por que eram poucos os negros entre os seus alunos. Paralelo aos questionamentos a comunidade negra, capitaneada por alunos e coordenadores da EDUCAFRO iniciaram uma manifestação nos portões da UERJ pressionando para que a Universidade implantasse o sistema de cotas o quanto antes.

Assim, da articulação política, passando pela manifestação popular e pelos caminhos jurídicos, o assunto da adoção de cotas para negros e pobres pela UERJ se tornou um dos temas da ordem do dia nos meios de comunicação do Rio de Janeiro.

Com um novo cenário político estabelecido, o Estado do Rio de Janeiro voltou atrás e a implantação de um sistema de cotas para negros e pobres na UERJ já não tinha os mesmos ares de inconstitucionalidade alegados pelo governador anteriormente. O clima e o momento eram outros e, graças à mobilização popular, ao empenho político e de negociação da EDUCAFRO, o sistema de cotas proporcionou que em 2003 houvesse na UERJ a primeira turma de estudantes negros beneficiados pelo sistema de cotas.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro é, portanto, o cenário de uma das maiores e mais significativas mudanças alcançadas pelo movimento negro no período pós-abolição da escravidão. E isso tudo graças também a entidades como a EDUCAFRO e o PVNC.

Os dispositivos legais levaram as ações afirmativas à UERJ na forma de cotas foram as leis estaduais 3.524, de 28 de dezembro de 2000 e 3.708, de 9 de novembro de 2001 e seus respectivos decretos regulamentadores.

⁸⁵ Anthony William Matheus de Oliveira, mais conhecido como Anthony Garotinho, nasceu em Campos dos Goytacazes – RJ em 18 de abril de 1960, é radialista e político brasileiro. Foi o 58º governador do Rio de Janeiro e candidato à presidência da república em 2002.

⁸⁶ Benedita Sousa da Silva Sampaio é uma servidora pública, professora, auxiliar de enfermagem, assistente social e política brasileira filiada ao Partido dos Trabalhadores. Foi a 59ª governadora do Rio de Janeiro e atualmente é deputada federal pelo Rio de Janeiro.

A Lei 3.524/2000 dispunha sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em Universidades Públicas Estaduais, reservando o mínimo de 50% das vagas por curso e turno aos alunos oriundos da rede pública, como também previa que os candidatos originários das escolas públicas estavam isentos de qualquer taxa de inscrição:

As vagas oferecidas para acesso a todos os cursos de graduação das universidades públicas estaduais serão preenchidas observados os seguintes critérios:

I - 50% (cinquenta por cento), no mínimo por curso e turno, por estudantes que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:

a) tenham cursado integralmente os ensinamentos fundamental e médio em instituições da rede pública dos Municípios e/ou do Estado.

[...]

Parágrafo único – Os candidatos oriundos das escolas públicas não pagarão taxa de inscrição.

(Lei 3.524/2000 Art. 2º)⁸⁷

Com essa lei, o primeiro passo estava dado e já havia a garantia de reserva de vagas para a parcela mais empobrecida do Rio de Janeiro. Assim, em 28 de janeiro de 2000, o governador Antony Garotinho sancionou a lei de iniciativa do Poder Executivo e aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Ato contínuo, a Lei 3.708, de 9 de novembro de 2001 estabeleceu cota mínima de até 40% para as populações negra e parda no preenchimento das vagas em cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF):

Fica estabelecida a cota mínima de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF.

[...]

(Lei 3.708/2001 Art. 1º)⁸⁸

Essa Lei é a vanguarda das conquistas de espaço para os negros nas universidades públicas no Brasil. Assim, das 4970 vagas disponibilizadas em 2003 pela UERJ, 2.485 estavam reservadas aos alunos cotistas, garantidos pela nova legislação. Os alunos que sempre estudaram em escolas públicas municipais ou estaduais do Rio de Janeiro tinham então a garantia de disputa da metade das vagas oferecidas pela UERJ em todos os cursos.

As leis precursoras tiveram vigor até a publicação da Lei Estadual 4.151 de 4 de setembro de 2003 que determinou a instituição de nova normativa para o sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais. Ou seja, a sistemática criada pelos decretos regulamentadores serviu no primeiro momento. Assim,

87

Disponível em
<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/bff0b82192929c2303256bc30052cb1c/92c5d19ef1cac546032569c40069afa7?OpenDocument&ExpandSection=-5>>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

88

Disponível em
<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/827dde52958a6dd203256b030063db70?OpenDocument&ExpandView&ExpandSection=-5>>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

Com vistas à redução de desigualdades étnicas, sociais e econômicas, deverão as universidades públicas estaduais estabelecer cotas para ingresso nos seus cursos de graduação aos seguintes estudantes carentes:

I - oriundos da rede pública de ensino;

II - negros;

III - pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, e integrantes de minorias étnicas.

§ 1º - Por estudante carente entende-se como sendo aquele assim definido pela universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível sócio-econômico do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos indicadores sócio-econômicos utilizados por órgãos públicos oficiais.

§ 2º - Por aluno oriundo da rede pública de ensino entende-se como sendo aquele que tenha cursado integralmente todas as séries do 2º ciclo do ensino fundamental em escolas públicas de todo território nacional e, ainda, todas as séries do ensino médio em escolas públicas municipais, estaduais ou federais situadas no Estado do Rio de Janeiro.

§ 3º - O edital do processo de seleção, atendido o princípio da igualdade, estabelecerá as minorias étnicas e as pessoas com deficiência beneficiadas pelo sistema de cotas, admitida a adoção do sistema de auto-declaração para negros e pessoas integrantes de minorias étnicas, cabendo à Universidade criar mecanismos de combate à fraude.

(Lei 4.151/2003 Art. 1º)

A Lei ainda determinava que as Universidades Públicas Estaduais deviam constituir comissão permanente de avaliação para acompanhar e estimular a redução de desigualdades sociais e econômicas.

Deverão as Universidades Públicas Estaduais constituir Comissão Permanente de Avaliação com a finalidade de:

I - orientar o processo decisório de fixação do quantitativo de vagas reservadas aos beneficiários desta Lei, levando sempre em consideração seu objetivo maior de estimular a redução de desigualdades sociais e econômicas;

II - avaliar os resultados decorrentes da aplicação do sistema de cotas na respectiva instituição; e

III - elaborar relatório anual sobre suas atividades, encaminhando-o ao colegiado universitário superior para exame e opinamento e posterior encaminhamento à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação.

[...]

(Lei 4.151/2003 Art. 3º)⁸⁹

89

O desempenho dos alunos cotistas na UERJ, segundo Pereira e Brunetto, mostrou que os alunos cotistas não apresentavam desempenho inferior aos demais alunos, os não cotistas. De acordo com pesquisa realizada pela EDUCAFRO comparando cotistas com os não-cotistas, comprovou-se que nos cinco anos após a implantação do sistema de cotas na UERJ, os alunos cotistas mantinham o coeficiente de rendimento superior aos demais alunos. Segundo a pesquisa realizada pela EDUCAFRO e publicada em uma carta enviada aos senadores em 2007:

Dos não cotistas, só 47% foram aprovados em todas as matérias. Dos cotistas, 49,8% foram aprovados em todas as matérias! Uma pesquisa mais completa, englobando os alunos matriculados de 2003 a 2007, revela que o CR médio dos estudantes não-cotistas foi de 6,37, enquanto que o dos negros foi de 6,41 e dos oriundos da rede pública de 6,56. [...] o índice de evasão dos não cotistas foi de 16,97% e dos cotistas de 1,33%, o que prova a determinação desse povo em ajudar o Brasil a vencer seus índices de exclusão. (PEREIRA; BRUNETTO, 2009, p. 195)

No desenrolar das conquistas do movimento negro com a implantação do sistema de cotas na UERJ e UENF, outras universidades adotaram políticas inclusivas com o mesmo viés, com destaque para Universidade de Brasília (UnB), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E nessa esteira, a maior conquista e mais expressiva é a criação da Lei de Cotas, de 2012. A Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff⁹⁰, PT, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, reservando em cada curso e turno no mínimo 50% das suas vagas que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas:

As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

(Lei 12.711/2012 Art. 1º)

[...]

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(Lei 12.711/2012 Art. 3º)⁹¹⁹²

⁹⁰ Dilma Vana Rousseff nascida em Belo Horizonte, 14 de dezembro de 1947 é uma economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e 36ª Presidenta do Brasil, tendo exercido o cargo de 2011 até seu afastamento por um processo de *impeachment* em 2016. É a primeira mulher a ocupar a função de presidência do Brasil.

⁹¹ Disponível em <planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

⁹² O Art. 3º tem sua redação alterada pela lei 13.409/2013 e assim prevê atualmente: *Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por*

Em 2015, na avaliação das metas da Lei 12.711/2012, o Ministério da Educação celebrava como atingidas antes do previsto pelas 128 instituições federais de ensino que participam do sistema. De acordo com publicação de agosto de 2015 no Portal do MEC:

A lei reserva no mínimo 50% das vagas das instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes de escolas públicas, que são preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à presença desses grupos na população total da unidade da Federação onde fica a instituição.

Em 2013, o percentual de vagas para cotistas foi de 33%, índice que aumentou para 40% em 2014. Para se ter uma ideia do avanço, a meta de atingir 50% está prevista para 2016. Do percentual de 2013, os negros ficaram com 17,25%. O número subiu para 21,51% em 2014. Até agora, de acordo com projeção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), a medida já abriu aproximadamente 150 mil vagas para negros.⁹³

Segundo o MEC:

A medida é resultado de uma longa mobilização dos movimentos sociais para ampliar o acesso da população negra ao ensino superior. Os números demonstram o bom andamento da política de inclusão. Além das cotas, os estudantes também têm acesso a outros instrumentos oferecidos pelo Governo Federal, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que auxiliam no ingresso e na permanência em instituições privadas de ensino superior.⁹⁴

A Lei de Cotas, 12.711/2012, no seu artigo sétimo, prevê a revisão do programa no prazo de dez anos:

No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016) (Lei 12.711/2012 Art. 7º)⁹⁵

autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

⁹³ Disponível em “Em três anos, Lei de Cotas tem metas atingidas antes do prazo” <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35544-lei-de-cotas>>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

⁹⁴ Disponível em “Em três anos, Lei de Cotas tem metas atingidas antes do prazo” <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35544-lei-de-cotas>>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

⁹⁵ Disponível em <planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

Portanto, em 2022 haveria de acontecer a revisão do programa. Ocorre, no entanto, que a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, CDDPD, transferiu para 2032 a revisão do programa especial previsto na Lei de Cotas nas Universidades.

Enfim, o sucesso das ações da EDUCAFRO e outras entidades congêneres, como o PVNC, é evidente através dos resultados como os preparativos para vestibulares, e sobretudo nas ações políticas e de massa que ajudaram na pavimentação do caminho da inclusão por ações como o Programa Universidade para Todos e os sistemas de cotas para pobres, negros, indígenas e demais minorizados.

3.2 A EDUCAFRO, Inserção Social e Dignidade

As histórias de muitas pessoas foram construídas através das ações desenvolvidas pela EDUCAFRO. Defendemos que a educação é ponto crucial para qualquer mudança social e evolução na vida das pessoas. O acesso à educação formal abre oportunidades e perspectivas que oportunizam melhores condições de vida a qualquer pessoa. Como vimos anteriormente, a formação superior causa um impacto enorme na vida das pessoas com diferenças sociais e resultados dificilmente alcançados pelos que não acessaram o Ensino Superior. Já vimos que, de acordo com o IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C 2017) a renda dos brasileiros é determinada pela instrução do indivíduo. Segundo aquela pesquisa, aqueles que estão cursando o nível superior, ou estão formados, percebem salários muito maiores do que aqueles que não chegaram aos bancos universitários:

[...] “o nível de instrução foi um indicador importante na determinação do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, apresentando uma relação positiva, ou seja: quanto maior o nível de instrução alcançado, maior o rendimento” (PNAD, 2017, p. 5).

Nesse sentido, a inclusão de um indivíduo no Ensino Superior é um ganho com impactos significativos sobre a sua vida e dos seus. A vida de uma família tende a mudar quando um dos seus acessa uma universidade.

À título de ilustração, um enredo que é muito comum nas comunidades periféricas do Rio de Janeiro e que certamente se repete em outros contextos é o que segue. Um jovem que vive com os pais e um irmão mais jovem tem como referências para o futuro duas alternativas.

De um lado os seus pais que acordam cedo, encaram horas em transporte público para ir e voltar do trabalho e ao final do mês têm salários baixos que raramente vão além do piso de suas categorias, também básicas e de baixa remuneração. De outro lado, há nas comunidades periféricas o movimento do tráfico de drogas que é liderado por jovens pouco mais velhos do que ele próprio. Esses jovens ostentam uma vida de regalias e riquezas entre pobres. Vestem roupas caras. Calçam tênis de altíssimo preço. Comem e bebem o que há de melhor. Usam adornos vistosos e caros. Esses jovens andam cercados por uma rede de proteção ostensiva e armada. Vivem nababescamente em um ambiente de pobres. A vida desses jovens é, aparentemente, muito mais interessante do que a maioria dos outros jovens. Eles têm acesso a uma qualidade de vida que os pais do nosso exemplo não têm. A vida que vivem é muito mais chamativa do que a de qualquer trabalhador das comunidades periféricas. São esses jovens que decidem e resolvem muitas coisas referentes à vida local. São eles que socorrem muitos dos necessitados e desamparados pelo Estado. É a eles que muitos pais e mães de família recorrem para comprar um medicamento, uma cesta básica ou mesmo pagar um funeral. Doutra volta, esses jovens, geralmente, têm vida curta. Muitos morrem em tenra

juventude, vitimados em confrontos com a polícia ou mesmo entre os próprios traficantes que disputam postos.

Nesse contexto, pode não ser justificável, mas é compreensível que um jovem pode sentir-se mais atraído pelo segundo paradigma e menos pelo primeiro. É aqui que a EDUCAFRO, o PVNC, ou outro movimento de pré-vestibular pode fazer a diferença sendo a terceira via para o jovem.

Esse jovem, filho de família pobre, ao ingressar num núcleo de pré-vestibular comunitário no seu bairro passa a ter acesso a um mundo que lhe era estranho. Mais do que os conteúdos escolares, esse jovem passa a entender como o mundo funciona e que uma universidade, além de ser algo que pode fazer diferença em sua vida, é possível e pode ser acessível para ele. Esse jovem pode descobrir mundos e oportunidades que até então lhe eram estranhas e até mesmo despertar algum talento que ele próprio não conhecia. Ou entender que sua aptidão com números pode classificá-lo para uma faculdade como a de Estatística ou Engenharia, por exemplo. Pode aprender num pré-vestibular como o da EDUCAFRO que suas habilidades serão aprimoradas nas aulas do curso de Artes ou Música. Que seu gosto pela leitura e pela escrita pode ser desenvolvido numa faculdade de Direito. Que seu gosto pela biologia pode leva-lo à Medicina.

Uma vez ingressando no Ensino Superior, em pouco tempo esse jovem pode estar preparado para um estágio que lhe renderá uma bolsa que pode ser muito similar ao salário aferido pelos seus genitores, ou mesmo um emprego. O acesso aos estudos, despertado pelo pré-vestibular comunitário, oportunizou a esse jovem uma perspectiva de vida menos austera do que a de seus pais. Dificilmente esse jovem vai sentir-se atraído pela outra alternativa. A vida dele será diferente da de seus pais e com perspectivas muito melhores do que a dos outros jovens da comunidade. Enfim, esse despertar que o pré-vestibular lhe dá pode lhe garantir um emprego que lhe proporcionará uma vida diferente no futuro. Esse exemplo ainda tem outro fator importante e relevante, pois o jovem que passa pelo pré-vestibular comunitário e ingressa na universidade se torna mais um paradigma para seu irmão menor, para seus primos e para os seus vizinhos. Estes passam a ter uma nova referência para o futuro. Enfim, pré-vestibulares comunitários como a EDUCAFRO têm potencial de mudar vidas, famílias e comunidades.

Nesse sentido, é importante que registremos depoimentos de pessoas que passaram pela EDUCAFRO e que testemunham mudanças no horizonte que tinham para suas vidas antes de ingressarem no pré-vestibular comunitário.

Seguem alguns relatos pessoais que exemplificam uma série de outras histórias que se desenrolaram com o auxílio da EDUCAFRO.

O primeiro relato é com base na história do ex-aluno (E01), Oficial do Exército da Reserva, Advogado com Escritório no Rio de Janeiro e em Brasília, Professor de Direito Penal e Processo Penal na Faculdade Lusófona do Rio de Janeiro, Coordenador de Especialização em Advocacia Criminal da Universidade Santa Úrsula, Pós-Graduado e Mestre pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pela Universidade Santa Úrsula.

O ex-aluno (E01), no início dos anos 2000 residia no bairro de Santíssimo, no subúrbio carioca. Em 2003, o núcleo da EDUCAFRO em Senador Camará, bairro vizinho, mudou sua sede para Santíssimo onde havia um espaço maior e com estrutura para receber mais alunos. Jovem negro e filho de família de poucos recursos, ex-aluno (E01), encontrou na EDUCAFRO uma oportunidade para estudar e melhorar as suas condições de vida. Um núcleo perto de sua casa, professores dedicados e engajados era o que atendia às necessidades de do jovem que não possuía condições de pagar por um curso preparatório convencional para o vestibular que lhe exigiria investimentos com material de estudo, mensalidade e transporte. Em Santíssimo no núcleo da EDUCAFRO o que bastava era ter a disposição para estudar e o

empenho, pois o curso estava perto de casa e não havia compromissos com mensalidades e com material didático.

Segundo ex-aluno (E01), as referências e lembranças que hoje tem da EDUCAFRO são: “As melhores possíveis, pois eu queria fazer vestibular e não possuía condições de pagar, os professores eram dedicados e nos ajudavam muito.”

A passagem pela EDUCAFRO do jovem ex-aluno (E01) foi relativamente curta, pois logo foi aprovado em concurso militar e seguiu seus estudos e formação fora do Rio de Janeiro. E01 atribui o seu crescimento profissional e pessoal ao engajamento na EDUCAFRO naquele período. O depoimento que segue apresenta um breve relato de como se deu a sua passagem pelo núcleo da EDUCAFRO em Santíssimo: “Minha trajetória foi curta, pois através do pré-vestibular fui aprovado em um concurso militar e sai do Estado, porém sempre acompanhei o trabalho através das redes sociais. [...] a EDUCAFRO me deu perspectiva. Através dela pude conhecer instituições com a Fundação Getúlio Vargas, onde por quase um ano assisti aulas de reforço o que me possibilitou a aprovação no concurso. Minha primeira inspiração foi a coordenadora do projeto em Santíssimo a Professora Idaiana Benevenuto da Silva, que com a sua tão pouca idade à época era tão determinada a mudar caminhos. Através da EDUCAFRO pude assistir uma palestra do Dr. William Douglas que modificou minha forma de pensar e até hoje, quase 20 anos depois, ainda me guio pelos ensinamentos aprendidos na EDUCAFRO. Estudar na FGV no reforço, foi a primeira grande conquista, assistir a palestra do William Douglas⁹⁶, ter contato com o Frei David foram experiências e conquistas para formação do meu perfil profissional.”

Como se vê, tanto quanto a oportunidade de reforçar os conteúdos necessários para o vestibular, a EDUCAFRO proporciona aos seus alunos experiências e conhecimentos que vão contribuir com o desenvolvimento integral do indivíduo.

Atualmente, E01 é advogado com atuação na área criminal e professor universitário e de cursos preparatórios para concursos públicos, OAB e para o exercício da advocacia. Tudo se deve ao seu empenho enquanto estudante e também ao que a EDUCAFRO lhe ofereceu. Segundo ele: “Além da formação acadêmica necessária para aprovação no concurso militar e para a minha formação intelectual e profissional, a EDUCAFRO contribuiu com a minha formação humanista. Sem esse tempo vivido na EDUCAFRO com certeza minha vida teria sido diferente, para pior. Hoje minha vontade é retomar as atividades do núcleo da EDUCAFRO em Santíssimo e oportunizar para outros jovens o privilégio que tive”.

Fica evidente, através de seu depoimento, que a EDUCAFRO não só cria profissionais ou intelectuais, mas também cidadãos conscientes e com a disposição para devolver, não à instituição, mas a outros jovens como eles foram, a oportunidade de desenvolvimento através da própria EDUCAFRO.

Outro relato que é importante é do filho de uma dona de casa que o criou sozinho, trabalhando como empregada doméstica. Para o jovem nascido na comunidade de Cidade Tiradentes⁹⁷, Zona Leste de São Paulo, quando criança, a medicina era um sonho muito distante e com poucas referências de como seria possível alcançá-lo. Hoje o ex-aluno (E02) não só se tornou um médico, como trabalha no bairro que acolheu a sua família. E02 é médico e sua história com a EDUCAFRO é assim relatada por ele: “Conheci a EDUCAFRO através

⁹⁶ William Douglas Resinente dos Santos, nascido no Rio de Janeiro em 4 de junho de 1967) é um jurista, magistrado, escritor e professor brasileiro, atualmente desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, TRF2. Formou-se em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É mestre em Direito pela Universidade Gama Filho (UGF) e autor de diversas obras na área jurídica, bem como sobre educação, desenvolvimento pessoal e cristianismo. É parceiro da EDUCAFRO de longa data, sendo consultor, professor e palestrante voluntário.

⁹⁷ Cidade Tiradentes é um bairro da Zona Leste de São Paulo, originado nos anos de 1980. Cidades Tiradentes dista cerca de três horas do centro da Capital e apresenta altos índices de criminalidade. Em 2016, era o bairro da cidade com menor idade média de morte (53,85).

da minha mãe, que atuava em associação de moradores da Cidade Tiradentes e estava ajudando a organizar um cursinho pré-vestibular no bairro”.

Aqui um primeiro ponto que merece destaque: a mãe, atuante na Associação de Moradores do Bairro, ajudava a organizar o cursinho pré-vestibular. Ou seja, o núcleo da EDUCAFRO estava perto de onde o jovem residia. Não havia necessidade de longos deslocamentos. Não era uma empresa ou uma organização com fins lucrativos que oferecia o curso. O núcleo foi criado e se desenvolveu junto à Associação de Moradores da Cidade Tiradentes, AMCT.

Segue o depoimento: “Achei uma excelente iniciativa para ajudar jovens como eu, que vivem na periferia, a alcançar o tão sonhado ensino superior. A abordagem focando a população negra também foi algo que me chamou muito a atenção, pois era algo que nunca havia visto até então.”

A temática do movimento negro no núcleo de pré-vestibular também é um ponto peculiar da EDUCAFRO. Há algo que vai além dos conteúdos que se espera de um preparatório para vestibular. A EDUCAFRO ofereceu àqueles jovens negros uma abordagem de cidadania e engajamento.

O *modus operandi* da EDUCAFRO fica claro na história do ex-aluno (E02) nas palavras que seguem: “Iniciei como aluno do cursinho criado no meu bairro, em 1997. No ano seguinte, me voluntariei para dar aulas de Biologia, que era uma das minhas matérias favoritas e onde eu acreditava poder contribuir. Também assumi em alguns momentos neste período o papel de coordenador de núcleo.”

Ou seja, o jovem teve oportunidade de aprender como aluno. Foi possível nas aulas identificar uma área do conhecimento com a qual tinha afinidade e da qual gostava: biologia. E o passo seguinte foi dar aulas daquela disciplina aos demais alunos. Quem aprende um conteúdo pode ensinar outro. Essa dinâmica de devolução é essencial à EDUCAFRO e à multiplicação de conteúdo e de conhecimentos. Com ele, outros alunos contribuem com o conteúdo com o qual se identifica, ou mesmo com outras atividades de necessidade do núcleo. É muito comum que alguns alunos deem aulas de alguma disciplina, como também é comum que alunos façam a limpeza do espaço utilizado para aulas. Como também não é raro que os próprios alunos cooperem na administração e coordenação do núcleo.

A trajetória de E02 junto à EDUCAFRO ofereceu a ele no ano 2000 a oportunidade de disputar uma vaga de bolsa de estudos para o sonhado curso de medicina em Cuba: “Em 2000 foram oferecidas 2 bolsas de estudo para cursar medicina em Cuba. Participei do processo seletivo com outras 3 pessoas (1 do RJ e 2 de SP) e fui contemplado com uma das vagas”.

O depoimento de E02 confirma que a EDUCAFRO cumpriu aquilo a que se propõem a fazer no campo da Educação. A EDUCAFRO, enquanto curso preparatório para o vestibular, lhe oportunizou aquilo que o Estado não lhe deu: “Na educação, (a EDUCAFRO) me deu a oportunidade de realizar meu sonho de ser médico”.

Para além da educação e do preparatório para o vestibular e para o ensino superior, a EDUCAFRO deu ao jovem E02 consciência de classe e racial e engajamento social: “Como pessoa preta, me deu mais consciência do meu papel na militância por direitos da população negra e me proporcionou encontros que ajudaram a formar minha consciência racial”.

E02 é um exemplo indiscutível de que as oportunidades dadas aos jovens voltam para a sociedade através de profissionais que contribuem para o bom desenvolvimento de todos. Hoje o ex-aluno (E02) é médico e trabalha na mesma comunidade em que se criou. A EDUCAFRO proporcionou a ele uma formação complementar, deu-lhe consciência racial e a oportunidade de sair do país como um jovem disposto a estudar e a voltar como médico. Esse jovem é alguém que teve a oportunidade de escolher o que quis ser e a EDUCAFRO ajudou-o com aquilo que o Estado não lhe deu. Além de médico, hoje é também professor do curso de Medicina em São Paulo. E seu gosto por ensinar também tem um quê de EDUCAFRO. Em

suas palavras: “Também dando aulas no cursinho, ainda que de forma artesanal, descobri o gosto pela docência, e hoje sou professor do curso de medicina.”

O professor voluntário de biologia no núcleo de Pré-vestibular Comunitário da Cidade Tiradentes, é hoje professor no curso de medicina.

À título de arremate, E02 assim expressa sua gratidão por aquilo que conquistou em sua vida: “Minha primeira e maior conquista foi e sempre será meu diploma. Depois de 6 longos anos longe de casa e da família, havia chegado ao meu objetivo. Daí vieram muitas outras, como trabalhar no meu bairro, dar uma melhor condição de vida para a minha mãe e contribuir para o desenvolvimento da *quebrada*. Tudo isso me dá muita alegria e me anima a seguir motivando jovens e cuidando deles e suas famílias. Minha maior decepção é não ter conseguido seguir ativamente na EDUCAFRO. O trabalho, as atividades na docência e nos coletivos negros acabam por deixar quase impossível o acompanhamento mais de perto. E vejo isso em muitos colegas de cursinho e bolsistas da EDUCAFRO: seguimos militando na educação e em nossas áreas de atuação, mas isso acaba por inviabilizar qualquer chance de um trabalho mais consistente na própria EDUCAFRO. Não sei se esse era o objetivo, seguirmos em voo solo, mas vejo que talvez isso impeça aos novos de ter exemplos de que realmente é possível de forma mais constante. Nossa participação acaba sendo muito pontual após nos formarmos. Valeu a pena cada reunião, cada aula, cada minuto daquela experiência. Sem tudo aquilo, posso dizer que provavelmente não teria alcançado meu sonho de ser médico! Sou muito grato por tudo o que a EDUCAFRO fez por mim e por tantos outros, e continuo lutando (mesmo em outras trincheiras) para que a educação seja a força de transformação da realidade da periferia.

O ex-aluno E02 tem, segundo seu depoimento, duas grandes conquistas: realizar um sonho que também era de sua mãe e trabalhar onde cresceu ajudando à sua gente. E essas conquistas estão intimamente ligadas à EDUCAFRO, de acordo com as suas palavras: “Minha mãe sempre foi minha inspiração. Apesar de não ter conseguido seguir seus estudos, tinha o sonho de ser psicóloga. Deixou de realizar seu sonho para que pudéssemos chegar aos nossos, eu e meu irmão. Minha maior motivação sempre foi ajudar. Sempre quis ser médico e ajudar as pessoas que eu via todos os dias, carentes de todas as coisas. Queria trabalhar onde cresci e ajudar minha gente. Graças à oportunidade que a EDUCAFRO me deu, há quase 10 anos faço isso.”

Hoje E02 é médico formado pela *Escuela Latinoamericana de Medicina*⁹⁸, de Cuba (2006). Possui especialização em Pediatria Clínica, é Médico de Família no Posto de Saúde da Comunidade em que cresceu e docente de Medicina em São Paulo.

Voltando ao Rio de Janeiro, é importante o que dizem pessoas que passaram pela EDUCAFRO nos primeiros anos.

E03 descobriu a profissão que tem atualmente através da EDUCAFRO. Arquivologia para um jovem da Baixada Fluminense não era uma profissão conhecida e, conseqüentemente, não era um sonho. Sua história com a EDUCAFRO iniciou em 1995 no Salão Quilombo, na Igreja Matriz de São João e Meriti. Na sua escola chegou pelos alunos a informação de que lá havia um curso pré-vestibular comunitário gratuito. Era a oportunidade de estudo que atendia às suas necessidades. Foi lá que E03 iniciou a sua trajetória, que em suas palavras: “...foi incrível! Inicialmente, fui aluno no Colégio Fluminense, chamado na

⁹⁸ A *Escuela Latinoamericana de Medicina* (ELAM) é uma universidade pública internacional cubana com sede em Havana, Cuba, fundada pelo governo daquele país em 15 de novembro de 1999. Trata-se de uma instituição que reúne estudantes de 122 países. Trata-se de uma Universidade especializada em medicina que oferece cursos gratuitos nessa área de conhecimento, por meio da concessão de bolsas que atraem estudantes estrangeiros, inclusive do Brasil. Após concluir o curso, que possui seis anos de duração, em período integral o estudante obtém o título de *Doctor en Medicina*. Dados de setembro de 2021 apontam que mais de 30 mil médicos teriam sido graduados pela ELAM. Dados disponíveis em <<https://www.abrilabril.pt/internacional/escola-latinoamericana-de-medicina-uma-rede-de-medicos-pelo-mundo>>. Acesso em 25 de novembro de 2021.

época de Pré-Matriz, mas após meu segundo ano fui desafiado pelo Frei David para ajudar uma comunidade católica chamada Santa Clara, onde desenvolviam suas aulas no Instituto de Educação próximo ao Shopping Grande Rio, porque essa comunidade provinha da Pastoral do Negro. Na Comunidade Santa Clara, fui aluno, coordenador e professor de Cultura e Cidadania, disciplina que mais gostava de participar.”

Para E03 a EDUCAFRO deu perspectivas que ele não tinha antes de conhecer o pré-vestibular em São João de Meriti. Uma delas é a sua profissão: “Tive a oportunidade de compartilhar muita cultura com os amigos, alunos, além da inclusão digital que proporcionamos, junto ao Serviço Franciscano de Solidariedade, SEFRAS⁹⁹. Conheci, investi e descobri a formação superior para chamar de minha e criar uma linda carreira, a Arquivologia.”

Ainda: “A EDUCAFRO ofereceu uma perspectiva que não teria em minha vida sem ela. Lá conheci pessoas, histórias, lutas e outros projetos, como o SEFRAS, em 2005, que também foi outro desafio proposto pelo Frei David, para usar a favor dos nossos irmãos os computadores recebidos por doação, além de disponibilizar o que era caro e difícil, na época, o acesso à internet e, principalmente, ao conhecimento de como utilizar essas novas tecnologias ao nosso favor.”

E03 acabou se tornando funcionário da Província Franciscana e coordenador de um projeto chamado Info-Sefras¹⁰⁰ que oferecia aulas de informática e acesso à internet aos alunos da EDUCAFRO e às pessoas carentes do Rio de Janeiro.

Nessa mesma toada, temos o depoimento de E04, advogado e professor que iniciou suas atividades voluntárias na condição de professor voluntário ainda no PVNC. Posteriormente, E04 foi bolsista do curso de Direito da PUC-Rio e advogado da EDUCAFRO. Sua primeira ação direta na EDUCAFRO é assim narrada por ele: “A EDUCAFRO já de cara me surpreendeu muito pela grande mobilização de pessoas, a primeira reunião de que participei já estava bem cheia na quadra da Igreja Aparecida em Nilópolis. [...] No entanto, ao acabar a reunião era muito trabalho para reorganizar o espaço e não havia ninguém para ajudar. Era só a Célia, braço direito esquerdo do frei David (era ela que recebia os relatórios de trabalhos voluntários e acompanhava os bolsistas), e o próprio frei David que atendia o pessoal até a noite depois da Reunião Geral. Naquele momento senti que o movimento era importante para a mudança de vida daquelas pessoas e que a EDUCAFRO precisava de ajuda. Foi então que conversei com o David depois que a reunião acabou. Ele e marcou comigo para o dia seguinte na porta do Ministério Público do Rio de Janeiro, MPRJ, na época a EDUCAFRO estava denunciando que o que o vestibular da UERJ não seguia o programa de curso da educação pública, mas sim das escolas particulares. Ele havia feito o mesmo ‘convite’ para um grupo de 20 pessoas, mais ou menos, ali anotei o contato de todos e formamos um grupo inicial de políticas públicas, e um grupo para acompanhar o frei nessas aventuras. Eu liderava informalmente o grupo”.

⁹⁹ O SEFRAS, Serviço Franciscano de Solidariedade, faz parte da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, da Ordem dos Frades Menores (OFM), que está presente no Brasil e em Angola. No Brasil, tem ações nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná. SEFRAS é uma organização humanitária que luta todos os dias no combate à fome, às violações de direitos e inserção econômica e social de populações extremamente vulneráveis. Guiada pelos valores franciscanos de Acolher, Cuidar e Defender, atua pelo Brasil atendendo mais de 3 mil pessoas todos os dias. São serviços diários que promovem alimentação saudável, contraturno escolar para crianças e adolescentes, cuidados na primeira infância, fortalecimento familiar, convivência e proteção de idosos, apoio social e jurídico para população em situação de rua, acolhimento e inclusão social de imigrantes, além de ações de defesa dos direitos e melhoria de políticas públicas voltadas a esses grupos.

¹⁰⁰ Info-Sefras: foi um serviço prestado pelo SEFRAS nos anos de 2004 a 2010 através do Convento Santo Antônio do Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, que oferecia aos alunos da EDUCAFRO e pessoas carentes em geral o acesso gratuito a cursos de informática básica e à internet. A estrutura foi montada em parceria com o IRB, Instituto de Resseguros do Brasil, que doou os computadores da instituição substituídos à época.

Dos relatos de E04 temos o registro de um momento histórico que foi a contratação de um primeiro funcionário no Rio de Janeiro para as atividades junto à EDUCAFRO: “Minha trajetória na EDUCAFRO tem dois momentos distintos. O primeiro momento foi participando do Conselho Gestor, e cuidando da organização da Reunião Geral (preparamos uma equipe de voluntários para apoiar o início, a execução e o fim da Reunião Geral) especificamente das ações de políticas públicas, foi a época em que organizamos os atos pelas cotas na UERJ, com o Cristo Negro (a cruz usada era lá da paróquia de Nilópolis), quando participamos de vários debates na TV e no rádio sobre a questão das cotas, também houve uma grande denúncia da falta de professores nas escolas públicas do estado do RJ. O advogado Renato Ferreira foi contratado pelo David, para coordenar a EDUCAFRO, e o Conselho Gestor continuaria dando suporte. Pela visibilidade alcançada pela EDUCAFRO, o David percebeu que precisaria de alguém diuturnamente a disposição para atender a mídia, e executar suas atividades no Rio. Todos do Conselho Gestor eram voluntários e tinham muitas atividades de trabalho e estudo, e o Renato Ferreira era a escolha perfeita para o David. O segundo momento é o segundo momento aconteceu por volta de 2003, quando eu estava rodando as duas faculdades ao mesmo tempo, e sem tempo para mais nada, fui me dedicar a universidade. E lá estava até que fui chamado pelo Sr. Everdan Gomes Lemos, coordenador da Educafro no Rio de Janeiro, para voltar a EDUCAFRO, como estagiário de Direito apoiando nas políticas públicas.”

A referência ao Cristo Negro que E04 faz é parte das atividades e manifestações narradas anteriormente nos atos pelas cotas na UERJ. Por fim, E04 se tornou funcionário efetivo contratado pelo Convento Santo Antônio como Advogado da EDUCAFRO. Para ele, a EDUCAFRO lhe deu consciência do racismo estrutural da sociedade, como também lá aprendeu que a articulação popular tem poder de mudar o mundo: “A primeira inspiração foi realmente a motivação cristã de colaborar com a libertação material coletiva daquele povo, e até minha também, partilhando o pouco de conhecimento que tinha com os meus iguais. Ciente de que se projeto tivesse existido antes minha história de vida naquele momento talvez fosse tão diferente. Sempre fui católico da linha da Teologia da Libertação. Povo de Deus em marcha. Eu já tinha uma consciência política anterior ao ingressar na EDUCAFRO, mas foi na EDUCAFRO que tomei maior consciência do racismo estrutural da nossa sociedade, e experienciei ao vivo e em cores o quanto de articulação em vontade, e pressão popular organizada pode mudar a realidade coletivamente.”

Com um perfil bastante técnico e voltado para o mundo jurídico, E04 contribuiu muito com a EDUCAFRO em vários momentos, quer como voluntário, estagiário ou advogado. Seu apoio foi essencial no desenvolvimento das ações que culminaram nas cotas na UERJ. Atualmente E04 é professor do Estado do Rio de Janeiro e Advogado da Petrobras.

Por fim, segue o depoimento de E05, nascida no interior do Maranhão e criada no Quilombo de Damásio até os 13 anos quando se mudou para o Rio de Janeiro onde passou a residir com uma tia que era empregada doméstica na Zona Sul e residia em Santíssimo na Zona Oeste.

Segue seu relato sobre como conheceu a EDUCAFRO e o que aconteceu com a sua vida a partir de então: “Fiz o ensino médio no colégio Gunnar Vingren, em Santíssimo. No último ano do ensino médio fiquei sabendo do curso pré-vestibular para negros. Não perdi tempo e fiz minha inscrição o curso era a noite. Durante curso fui informada que haveria uma seleção para o “Programa Leres e Saberes”¹⁰¹ da FGV que ocorreria aos sábados. Fiz a prova e passei na seleção. A partir de então participava do Pré-vestibular da EDUCAFRO durante a semana e aos sábados ia para a FGV, em Botafogo. No final do curso a FGV ofereceu algumas vagas para quem fosse aprovado no vestibular, a princípio deveríamos pagar a

¹⁰¹ Programa Leres e Saberes: curso promovido pela Fundação Getúlio Vargas, FGV, com conteúdos relacionados ao ensino médio e ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), com objetivo de preparar estudantes para ingresso em universidades públicas e privadas.

graduação ao final, era um financiamento, mas como eu obtive boas notas solicitei a bolsa integral e a FGV concedeu. Assim cursei a Graduação em Administração Pública de 2007 a 2011. Anos em que fiz estágio no IBGE, Eletrobras e OI. Fui efetivada na OI e por lá fiquei até 2012, depois fui para Accenture, voltei para OI. E em 2013 assumi o cargo de Analista de Fazenda na SEFAZ-RJ por meio cota para negros disponibilizadas no concurso. Lá conheci a carreira de Auditor Fiscal e me apaixonei pela remuneração, assim comecei a estudar novamente para passar no concurso de Auditor Fiscal obtendo resultado positivo em 2016 na SEFAZ-MA. Enquanto aguardava minha nomeação como Auditora assumi o cargo na Câmara de Vereadores do RJ como assistente técnico legislativo em 2018. E fevereiro de 2019 tomei posse como Auditora Fiscal, onde estou até agora. Mas ainda penso em continuar estudando para ser juíza!”

E05 destaca ainda que “a EDUCAFRO possibilitou acesso a um mundo educacional que eu não teria conhecido E isso foi determinado para todos os resultados profissionais que tenho hoje. A EDUCAFRO mudou minha provável trajetória de vida. Eu possivelmente seria uma secretária com salário em torno de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Isso não tira o mérito das pessoas nessa condição. Mas ao estudar em uma boa universidade ampliei seus horizontes e sonhos. Passei a conhecer uma realidade que não é a minha. Hoje sou Auditora Fiscal com salário superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Isso alterou toda a vida da minha família, agora podemos morar em regiões melhores, pagar plano de saúde, ter opções de lazer melhores. É essa a transformação que a EDUCAFRO proporciona.”

Para E05, “a EDUCAFRO é a ferramenta que alavanca os negros a também se tornarem grandes potências no mercado de trabalho, na academia, na vida! A experiência de participar de um projeto desse é única. Com a EDUCAFRO aprendi que o Negro também pode vencer. A principal conquista foi entrar na FGV, o mercado de trabalho simplesmente me abraçou quando apresentava dizia que era graduada da FGV. O restante foi consequência disso.”

O relato de E05 confirma que a EDUCAFRO fez e faz a diferença na vida de muitos alunos negros e de periferia. Uma menina que chegou ao Rio de Janeiro aos 13 anos, vinda de um Quilombo do interior do Maranhão encontrou na EDUCAFRO uma oportunidade de estudo e aprendizagem que lhe abriu portas para o mundo do trabalho.

A tabela que segue é um resumo da história de cada um dos egressos entrevistados:

Tabela 1: Evolução individual dos egressos entrevistados

Aluno	Data de Nascimento	Local de Nascimento	Profissão dos pais	Bairro de Origem	Núcleo da EDUCAFRO e ano de ingresso	Permanência na EDUCAFRO	IES, ano de ingresso e conclusão	Curso de Graduação	Pós-graduação	Instituição de Pós-Graduação	Profissão Atual	Endereço Atual
E01	25/09/1984	Rio de Janeiro – RJ	Mãe: cozinheira Pai: técnico de mecânica	Santíssimo Rio de Janeiro – RJ	Santíssimo 2002	11 meses	Unisul 2003 – 2007 Mackenzie 2010 – 2015	Administração Pública Direito	Direito Penal Aplicado (Lato Sensu) Ciências Políticas – Stricto Sensu (Mestrado) Direito – Stricto Sensu	Ebradi – Escola Brasileira de Direito UERJ Universidade Santa Úrsula, USU	Advogado e Professor (Faculdade Lusófona, FLRJ, Universidade Santa Úrsula, USU, e Mundo Iuris)	Campo Grande Rio de Janeiro – RJ
E02	30/03/1979	São Paulo – SP	Mãe: do lar Pai: militar	Cidade Tiradentes São Paulo – SP	Cidade Tiradentes 1997 – Aluno 1998 – Professor	3 anos	Escuela Latinoamericana de Medicina Cuba 2000 – 2006	Medicina	Pediatria Clínica	Centro de Apoio, Ensino e Pesquisa em Pediatria – Instituto da Criança – FMUSP	Médico de Família e Comunidade da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo Professor do curso de Medicina da Faculdade Santa Marcelina (FASM) e da Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade pelo Hospital Santa Marcelina.	Cidade Tiradentes São Paulo – SP
E03	11/03/1975	Duque de Caxias – RJ	Mãe: do lar Pai: motorista		Duque de Caxias 1995 – Aluno A partir de 1998 coordenador e professor de cultura e cidadania	1995-1997 como aluno A partir de 1998 coordenador e professor de cultura e cidadania	UNIRIO 2001 – 2007	Arquivologia			Arquivista Pleno na City Works Ambiental	Nova Iguaçu – RJ
E04	18/10/1976	Rio de Janeiro – RJ	Mãe: do lar Pai: brigadista de incêndio civil, segurança de indústria.	Gramacho Duque de Caxias – RJ	PVNC – Vila Operária, em Nova Iguaçu, como professor voluntário de História do Brasil. 2000	Como professor 3 anos, depois fui para a sede da Educafro.	UERJ FFP 1999 PUC-Rio 2001 – 2006	História Direito	Gestão de contratação	PUC-Rio	Professor de História, na Rede municipal de Duque de Caxias. Advogado na Petrobras.	Maracanã Rio de Janeiro – RJ
E05	11/04/1989	Quilombo Damásio Guimarães – MA	Filha de mãe solteira: profissão lavradora	Santíssimo Rio de Janeiro – RJ	Santíssimo 2005	Pouco mais de um ano	FGV 2007 – 2011	Administração	Planejamento Tributário	Mackenzie Rio	Auditora Fiscal	São Luiz – MA

Na metade da primeira década desse século a EDUCAFRO no Rio de Janeiro, através do Convento Santo Antônio do Largo da Carioca¹⁰² já tinha muitos motivos para celebrar e agradecer. Àquele momento, a Educafro do Rio já contava com o apoio e manutenção da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil¹⁰³, a partir do Convento Santo Antônio e do SEFRAS. Com o empenho e trabalho cotidiano da equipe de funcionários e estagiários, mas, sobretudo com a garra e a luta dos pobres e negros que compunham mais de 50 núcleos com cerca de 6.000 alunos, 240 coordenadores e 960 professores, formando uma grande massa de excluídos organizados, espalhados por todos os municípios do Grande Rio. Naquele momento, a EDUCAFRO celebrava uma série de conquistas, como a reserva de vagas para inclusão de negros na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, PGE-RJ, a instituição de um programa em parceria com a Supervia para a concessão de vale transporte gratuito para os cotistas da UERJ, e a participação na elaboração e no desenvolvimento do Decreto que instituiu o Programa de Ações Afirmativas no Município do Rio de Janeiro. Segue um resumo de algumas dessas conquistas à título exemplificativo do trabalho da EDUCAFRO para além das salas de aula nos preparatórios para os vestibulares.

Reserva de vagas para Pós-graduação e estagiários na Procuradoria Geral do Estado: A partir da constatação, feita pela EDUCAFRO, de que quase não havia procuradores negros, se solicitou uma audiência ao PGR-RJ para se denunciar o racismo explícito na estrutura da Procuradoria. Após muitas reuniões e mobilização popular, a Procuradoria ouviu o clamor do povo pobre e negro e tomou uma decisão inédita em sua história. Em julho de 2005 o Procurador Geral do Estado assinou um decreto instituindo reserva de vagas para Escola de Pós-graduação e para estagiários na Procuradoria.

Passe livre para cotistas na Supervia: se o sistema de cotas foi uma vitória da EDUCAFRO Rio em 2002 e se tornou um sucesso, a manutenção desses alunos pobres na universidade era outra luta a ser desenvolvida. Através de uma consulta entre os alunos da UERJ, a EDUCAFRO constatou que havia a tendência de muitos dos estudantes pobres abandonasse a Universidade por falta de dinheiro para passagem. A partir desta averiguação, a EDUCAFRO liderou um amplo trabalho de mobilização popular para buscar a aprovação de um projeto lei instituisse passe livre para universitários pobres. O projeto de lei acabou sendo arquivado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ALERJ. Diante da força das forças políticas que impediram uma legislação favorável ao passe livre para os cotistas, a EDUCAFRO buscou a Supervia (empresa que coordena o sistema de trens no Estado do Rio de Janeiro) para que a empresa tivesse um compromisso social com os mais pobres. O presidente da Supervia sensibilizou-se com a proposta e a empresa concedeu passe livre aos cotistas que necessitassem do trem para ir à Universidade. Assim, em 2006 cerca de 200 cotistas na UERJ passaram a usufruir do passe livre nos trens da Supervia para as idas e vindas da Universidade.

Em 22 de setembro de 2005 o então superior do Convento Santo Antônio, Frei Clarêncio Neotti, OFM, proferiu discurso em sessão solene do Palácio Guanabara na presença

¹⁰² Convento Santo Antônio do Largo da Carioca, é convento franciscano pertencente à Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. Está localizado no alto do Morro de Santo Antônio e voltado para o Largo da Carioca, no Centro da cidade do Rio de Janeiro. O convento forma, junto com a vizinha Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, um dos mais antigos e importantes conjuntos coloniais remanescentes da cidade, com grande acervo da história do Brasil.

¹⁰³ Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil é uma circunscrição da Ordem dos Frades Menores, franciscanos, que está presente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo. Criada em 1675, no pontificado de Clemente X, teve por cerca de dois séculos sua sede no Convento de Santo Antônio, situado no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro. Atualmente tem sede em São Paulo e é a entidade mantenedora do Convento Santo Antônio do Largo da Carioca, do Serviço Franciscano de Solidariedade e da EDUCAFRO, entre outras atividades.

da Governadora Sra. Rosinha Garotinho¹⁰⁴. Aquela sessão marcou a instituição de bolsas de permanência de um ano para 1380 alunos carentes da UERJ. Esse discurso marca a importância da EDUCAFRO no cenário da inclusão social e na busca de políticas públicas que permitem a permanência dos alunos na Universidade pública:

Este é um momento de alegria, porque se concretiza uma conquista nobre, justa e prometedora. Nobre e justa, porque o dinheiro ocupa seu lugar e destino certos: o de promover a dignidade humana de tantos e tantas jovens que, a mais de serem imagens e semelhanças de Deus, são cidadãos e cidadãs na plenitude de seus direitos e obrigações.

Todos os beneficiados sabem que funcionários do Estado, convictos da importância da inclusão, foram decisivos para que esse processo de bolsas de permanência se concretizasse.

Quero destacar Fernando Peregrino, chefe do Gabinete Civil do Governo do Estado. A Educafro não esquecerá jamais a audiência que o Dr. Fernando Peregrino concedeu a um grupo de cotistas bastante pobre. Naquela ocasião, o Dr. Fernando, vendo o drama dos e das jovens, decidiu dar caráter de emergência à bolsa permanência.

Deixem-me lembrar outros dois nomes essenciais para este momento que estamos vivendo: Wanderley de Souza, Secretário de Estado de Ciência e Inovação, e Francesco Conti, Procurador Geral do Estado.

Queria ainda lembrar que a UERJ fez história, sendo a primeira universidade brasileira a aderir ao sistema de cotas. Este passo da UERJ foi fundamental, porque provocou em todo o país uma profunda e necessária discussão sobre a realidade excludente das universidades de nosso país. Segundo os dados do IBGE, os 20% mais ricos do Brasil ocupam 60% das vagas na universidade. Os 20% mais pobres ocupam somente 3,4%.

As cotas são um dos caminhos para corrigir essa situação. Contudo, o sistema de cotas deve ser acompanhado de políticas públicas, que garantam a permanência dos universitários pobres.

Os alunos que entraram por cotas em 2004 foram classificados pela carência como condição para que tivessem direito às vagas. Neste ano, os mil mais pobres têm renda *per capita* inferior a 150 reais.

Estamos diante de cidadãos e cidadãs brasileiros que estão abaixo da linha de pobreza e não têm condições para adquirir os bens mínimos necessários para estudo, como passagem, lanche, fotocópias.

Por isso, gostaria de dizer que a liberação destas 1380 bolsas por parte do Governo do Estado é um passo importantíssimo e fundamental para o sucesso do sistema de cotas.

Embora elas, as bolsas permanência, sejam ainda insuficientes, porque têm a durabilidade de apenas um ano. Devemos pensar em bolsas de ao menos quatro anos. Mas agradecemos de coração, à Senhora Governadora, por esta iniciativa. Esperamos que outras ações concretas se sigam para garantir a permanência e o êxito dos pobres na universidade.

E aqui entra o terceiro adjetivo que usei no início para classificar esse momento. Esta é uma conquista prometedora, porque favorece a jovens, pobres, sim, mas equilibrados e inteligentes; pobres, sim, mas deles depende o futuro do Brasil.

¹⁰⁴ Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira, nascida em Itaperuna – RJ, em 06 de abril de 1963, é uma política, radialista e apresentadora de televisão. Rosinha foi titular da Secretaria de Ação Social e Cidadania durante o Governo de seu marido, Antony Garotinho, e foi a primeira mulher a ser eleita governadora do estado do Rio de Janeiro, eleita em 2002 pelo PSB, sucessora de Benedita da Silva (PT) e prefeita de Campos dos Goytacazes – RJ de 1º de janeiro de 2009 a 1º de janeiro de 2017.

Ouso fazer uma sugestão: mais de 80% dos alunos beneficiados por cotas não tiveram oportunidade de estudar o que são ações afirmativas. Ao serem entrevistados, responderam com uma humilhante deficiência. Sugerimos que a Governadora determine que a UERJ ofereça a cada mês, antes da entrega da bolsa permanência, um seminário de duas horas sobre ações afirmativas. E por fim, sugerimos que, para a renovação da bolsa, haja critérios para averiguar o desempenho acadêmico e de cidadania de cada aluno ou aluna beneficiados. Senhora Governadora, obrigado! Deus abençoe as pessoas que fazem o seu Governo! Deus abençoe todos os estudantes deste nosso querido Estado do Rio de Janeiro!¹⁰⁵

Decreto-lei que institui ações afirmativas na Prefeitura do Rio: Depois de diversas reuniões com o secretário municipal de trabalho Dr. Augusto Werneck¹⁰⁶, a Prefeitura do Rio a comprometeu-se em reparar as injustiças sofridas pelos minorizados excluídas no Rio de Janeiro. Com o trabalho da EDUCAFRO, César Maia, então prefeito do Rio assinou em 23 de setembro de 2005 o Decreto 25.790/05¹⁰⁷, instituindo o Programa de Ações Afirmativas coordenado pela Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego, para reduzir as desigualdades e as formas de discriminação sofridas pela população afrodescendente, ex-alunos e alunas da rede pública de ensino, pessoas portadoras de deficiências e para moradores de favelas e conjuntos habitacionais de baixa renda. O próximo passo seria garantir a execução deste decreto. Foi também promovido pela Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, SMTE-RJ, um seminário para discutir proposta que viabilizaria a execução do decreto. Como fruto do Seminário foi produzido um documento com quatro propostas concretas, das quais três foram da EDUCAFRO¹⁰⁸.

As tabelas que seguem representam a rotina da EDUCAFRO na sede do Rio de Janeiro à época da estruturação da Sede Regional que funcionava à Praça Tiradentes, 73 e à Rua Buenos Aires, 167.

¹⁰⁵ Documento extraído do livro de Crônicas internas do Convento Santo Antônio do Largo da Carioca.

¹⁰⁶ Augusto Henrique Pereira de Sousa Werneck Martins, nascido no Rio de Janeiro em 30 de abril de 1964, é professor, economista e político brasileiro. Foi Procurador Geral do Estado do Rio de Janeiro e Secretário Municipal de Trabalho do Município do Rio de Janeiro. É professor, consultor e palestrante voluntário da EDUCAFRO.

¹⁰⁷ Disponível em <<https://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/312128/decreto-25790-05>> Acesso em 04 de novembro de 2021.

¹⁰⁸ Informações extraídas de texto publicado em Comunicações, dezembro de 2005, p. 428 e 429.

Tabela 2, parte 1: Rotinas de reuniões e atividades da EDUCAFRO, 2001

Atividades	Público Alvo	Objetivos	Mística	Metodologia	Resultados
Reuniões Mensais de Universitários e Bolsistas.	Universitários e Bolsistas do Projeto.	Fortalecer o grupo, promover o apoio mútuo e partilhar as realidades. Criar estratégias para que os universitários possam ser agentes multiplicadores de cidadania, formando militantes que contribuam para a construção de um mundo mais plural.	Momento de oração e Celebração Ecumênica das vitórias.	Leitura e reflexão, em grupo de textos ligados ao Projeto. Palestras. Vídeos etc.	Conhecimento da realidade, partilha e integração dos Universitários. Universitários engajados em diversas frentes sociais.
Reunião Geral de Coordenadores.	Funcionários, Frades e Coordenadores.	Fortalecer o grupo, favorecendo o apoio mútuo, a partilha, a discussão e o encaminhamento de estratégias de continuidade do projeto.	Momento de oração e Celebração Ecumênica das vitórias.	Divulgação, estudo, debate e reflexão do Info-Educafro, jornal mensal.	Qualificação dos trabalhos dos Núcleos, maior consciência de pertença ao projeto, conhecimento dos objetivos do projeto, melhoria da integração entre os coordenadores entre si e dos Núcleos com a Sede.
Reunião Geral de Coordenadores, Alunos e Professores.	Funcionários, Frades, Alunos, Professores, Coordenadores e Visitantes.	Fortalecer o grupo, favorecendo o apoio mútuo, a partilha, a discussão e o encaminhamento de estratégias de continuidade do projeto.	Momento de oração e Celebração Ecumênica das vitórias.	Divulgação, estudo, debate e reflexão do Info-Educafro, jornal mensal. Palestras de convidados.	Qualificação dos trabalhos dos Núcleos, maior consciência de pertença ao projeto, conhecimento dos objetivos do projeto, melhoria da integração dos alunos e Núcleos entre si e com a Sede.
Reunião de Coordenadores	Coordenadores e Representantes dos Núcleos.	Concretizar o planeamento; motivar aos Núcleos que estão fora de sintonia com o projeto; discutir estratégias para melhoria do trabalho, promover a adequação de todos os Núcleos aos objetivos da Educafro.	Momento de oração ecumênica e preces coletivas.	Apresentação do informativo semanal – Mini-Info – debates, reflexões e partilha em grupo. Recolhimento da documentação de rotina.	Qualificação dos trabalhos dos Núcleos e melhoria da integração dos coordenadores entre si e dos Núcleos com a Sede.
Reunião para novos alunos.	Pessoas interessadas no ingresso em um dos Núcleos da Educafro, como aluno, ou voluntário.	Acolher as pessoas interessadas em conhecer o Projeto, fazendo a apresentação dos princípios, introduzindo-os na reflexão sobre a exclusão racial.	Momento de acolhida aos visitantes e oração ecumênica.	Apresentação do texto com histórico, estatísticas do projeto e explicação do procedimento de entrada na Educafro.	Acolhimento de alunos, apresentação do projeto, despertar da consciência e encaminhamento dos interessados aos Núcleos.
Reunião de Funcionários.	Funcionários da Sede e Frades.	Avaliar os trabalhos da Sede, traçar estratégias e solucionar problemas. Planejar a semana.	Oração inicial.	Levantamento dos principais desafios e definição de estratégias	Planejamento dos trabalhos, previsão de problemas e antecipação de soluções, estruturação da Sede, potencialização de cada Setor e avaliação das atividades.

Tabela 2, parte 2: Rotinas de reuniões e atividades da EDUCAFRO, 2001

Atividades	Público Alvo	Objetivos	Mística	Metodologia	Resultados
Reunião de abertura de Núcleos.	Pessoas interessadas em iniciar um Núcleo da Educafro em sua cidade, região ou bairro.	Proporcionar aos interessados o apoio e a orientação necessários à abertura de um Núcleo.	Momento de acolhida dos visitantes e oração inicial ecumênica.	Divisão dos interessados em grupo para estudar cada etapa do processo de abertura e suas exigências	Acolhimento das pessoas interessadas em abrir um núcleo, fornecimento dos documentos e orientações necessários, capacitação da coordenação em formação, oficialização dos Núcleos dentro dos critérios exigidos pela Franquia Social da Educafro.
Encontro de Formação para Coordenadores.	Coordenadores de cada Núcleo.	Aprofundar as propostas da Educafro, esclarecer a função de lideranças dos coordenadores e trocar experiências diversas.	Oração inicial e no momento das refeições. Celebração ecumênica de encerramento.	Avaliação da caminhada, estudo em grupo, debate, reflexão, exposição de ideias e apresentação de sugestões.	Aprimoramento dos trabalhos prestados e uniformidade dos Núcleos da Educafro.
Encontro de Universitários com dificuldade financeira.	Universitários que não são da Educafro e estão com dificuldade financeira.	Aprofundamento da questão de exclusão dos pobres nas Universidades e organização do grupo em vista de soluções.	Momento de oração ecumênica e preces coletivas.	Acolhimento de novos participantes, trabalho de grupo, estudo de texto e divulgação dos informativos da Educafro.	Reinserção na faculdade, recuperação de matrículas, reforço da autoestima e despertar para o trabalho voluntário junto à Educafro.
Visita aos Núcleos.	Alunos, professores e coordenadores.	Qualificação, orientação, levantamento de problemas, coleta de dados sobre a situação dos Núcleos, verificação da qualidade do espaço físico e auxílio na adequação às normas da Sede.	Momento de oração ecumênica e preces coletivas.	Coleta de informações da situação geral do Núcleo e orientação para a melhoria dos trabalhos.	Qualificação dos trabalhos dos Núcleos e melhoria do desempenho dos alunos, integração entre Sede e Núcleos e, sobretudo, sentido de pertença à Educafro e ao SEFRAS.
Visitas às Reitorias conveniadas com a Educafro.	Diretorias das Faculdades	Rever, ampliar e assinar a renovação das parcerias com as respectivas faculdades, em vista de ampliar o número de bolsistas.	Espírito franciscano de fraternidade junto às instituições, levando a proposta de cuidado com os pobres e promovendo a diversidade étnica nas Universidades.	Apresentação da situação dos atuais bolsistas, revisão da parceria e encaminhamento dos critérios para o futuro da parceria.	Confirmação do acordo das atuais bolsas e ampliação do número das mesmas para o próximo ano/semestre.
Visitas às Reitorias conveniadas com a Educafro e que possuem boa qualidade.	Reitores e Diretores de Faculdades e Universidades com as quais a Educafro ainda não possui contratos.	Apresentar propostas e discutir a possibilidade de parcerias.	Espírito franciscano de fraternidade junto às instituições, levando a proposta de cuidado com os pobres.	Apresentação do projeto e dos modelos de parcerias já existentes, para fazer solicitação de possíveis parcerias.	Conquista de novos acordos e abertura de novas oportunidades para os alunos. Consolidação da responsabilidade das faculdades na luta contra a exclusão racial e social.

Tabela 2, parte 3: Rotinas de reuniões e atividades da EDUCAFRO, 2001

Atividades	Público Alvo	Objetivos	Mística	Metodologia	Resultados
Reuniões, Seminários, Congressos, Assembleias e afins.	Público participante de eventos educacionais e raciais.	Divulgação da Educafro e articulações com objetivo de influenciar o processo social regional e nacional.	Espírito franciscano de fraternidade e respeito à diversidade.	Apresentação dos ideais do projeto, diálogo com instituições e entidades, em vista do apoio à iniciativas de inclusão.	Divulgação dos princípios de inclusão social e racial, participação no processo de solidificação das Ações Afirmativas no Brasil.
Reunião com alunos da Educafro interessados nas Universidades Públicas.	Alunos, coordenadores e representantes dos Núcleos.	Conscientizar os alunos quanto ao direito à isenção da taxa do vestibular público e tomar medidas cabíveis para que isso aconteça.	Oração ecumênica e reflexão sobre o papel profético dos pobres.	Apresentação e estudo dos direitos dos alunos, análise do processo seletivo das universidades públicas.	Despertar do compromisso cidadão e abertura de novas oportunidades para o ingresso nas faculdades e universidades públicas.
Reunião com alunos da Educafro interessados por Bolsas de Estudo.	Alunos, coordenadores e representantes dos Núcleos.	Orientar, articular, cadastrar os interessados e entrevistá-los para prepará-los de acordo com as normas de cada universidade.	Oração ecumênica e reflexão sobre as vitórias que podem ser atingidas em comunidade.	Apresentação dos critérios e cursos de cada faculdade, análise do processo seletivo e estratégias de encaminhamento.	Despertar do compromisso cidadão e abertura de novas oportunidades de ingresso nas faculdades e universidades.
Participação nas Festas de Santo Antônio, São Francisco, Mês de Zumbi, Natal.	Toda a família Educafro.	Alimentar o sentido de pertença à Província Franciscana e criação de consciência de que todos pertencem à família SEFRAS.	Integração, celebração e cultivo da mística franciscana de partilha.	Encontro dos funcionários e voluntários da Educafro com a Fraternidade Franciscana do Convento Santo Antônio.	Confraternização e aumento da consciência de pertença ao SEFRAS e à Província.
Cursos de Aperfeiçoamento para funcionários e voluntários.	Funcionários e voluntários.	Aperfeiçoamento do trabalho.	Participação da vida de fé da comunidade que acolhe e, ou promove a formação.	Estudo de textos, análise da prática de trabalhos, levantamento de problemas e busca de soluções.	Aperfeiçoamento e dinamização das atividades exercidas.
Reuniões com interessados em Bolsas de Estudo em Cuba.	Alunos interessados nos cursos de Educação Física e Medicina em Cuba	Conscientizar e preparar alunos para estudar Medicina ou Educação Física em Cuba.	Oração ecumênica e reflexão sobre as vitórias que podem ser atingidas em comunidade.	Temas relacionados com os direitos humanos, as características do curso desejado, a realidade e história de Cuba.	Encaminhamentos de alunos para o estudo em Cuba.

A lista de aprovados em vestibulares no Brasil sempre foi motivo de ansiedade para as famílias das classes mais abastadas. Para os pobres e negros, de forma geral, a divulgação de tais listas não fizeram parte da realidade de suas famílias por praticamente todo o século passado. Eram poucos os negros e pobres que chegavam às portas do Ensino Superior. Nesse sentido, se ter o nome de um familiar ou amigo na lista de aprovados do vestibular era um momento especial na vida das famílias ricas, o mesmo não se podia dizer a respeito da vida dos mais pobres. No entanto, nas últimas décadas essa alegria passou a estar mais próxima também dessa camada da população brasileira. Muitas famílias tiveram através de iniciativas como o PVNC e a EDUCAFRO as primeiras oportunidades de sonhar com melhores condições de vida originadas pelo estudo superior. Políticas públicas, como o PROUNI e as cotas para negros e carentes, oportunizaram o acesso às listas de vestibulares a muitos. Os pobres também passaram a alegria-se com os resultados de aprovações. E as alegrias se tornaram ainda maiores quando o aprovado estava na lista de uma Universidade Pública, visto que no Brasil, historicamente é de excelência por sua qualidade, por ser gratuita e a mais disputada entre os candidatos.

Nesse sentido, passar no vestibular, sobretudo no de uma universidade pública, carrega consigo, mais do que uma etapa de vida, o simbolismo de uma liturgia de passagem. O acesso à Universidade passou a trazer para as pessoas, não apenas ao novo universitário, mas também para as suas famílias a perspectiva da ascensão social através de empregos com remuneração superior e também de realização de sonhos, como vimos nos depoimentos dos ex-alunos da EDUCAFRO.

Dos depoimentos dos ex-alunos da EDUCAFRO extraímos que para as famílias negras a situação ganha ares de mudança de vida. O acesso à universidade e a passagem pela EDUCAFRO são meios para minimizar os efeitos da discriminação racial e social que produziu vítimas pela escravidão que em poucos momentos ofereceu condições de mudança de vida para essa população.

Se as universidades, especialmente as públicas, contribuíram com a perpetuação do sistema de exclusão no Brasil, vez que o acesso estava praticamente restrito às pessoas brancas e mais ricas, movimentos como a EDUCAFRO e políticas públicas de inclusão mudaram um pouco a realidade do país e os negros também ganharam espaços que precisam ser mantidos e ampliados.

Em que pesem todos os ganhos que são evidentes, é importante que não o Brasil não pare onde estamos e que o sentimento de orgulho daqueles que venceram não fique apenas com eles. É de suma importância que as lutas e anseios da população negra e dos empobrecidos tenham a devida atenção para que mudanças inclusivas continuem a acontecer. Não podemos considerar que o acesso à estrutura de ensino superior seja a solução de todos os problemas. Antes disso, esse acesso é apenas parte da estrutura social que deve evoluir de forma integral. Tanto quanto o acesso ao ensino superior, é importante que as condições de acesso ao mundo do trabalho, à dignidade integral, à moradia, à saúde, ao lazer, à alimentação e segurança sejam também melhoradas pois são parte da mesma estrutura social que produziu a desigualdade e a discriminação contra os afro-brasileiros. Ou seja, não se pode parar no acesso ao ensino superior. É necessário que o negro tenha acesso vida digna em sua plenitude. É fundamental que a emancipação dos minorizados se dê através do ensino com políticas públicas e como projeto de Estado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de uma conclusão e como considerações finais desse trabalho dissertativo, temos que a história dos homens e mulheres negros no Brasil é de extrema importância, pouco analisada e carente de um enfrentamento sério para se promover um tamanho mínimo de igualdade racial entre os brasileiros.

Como vimos nos primeiros tópicos da redação, a condição dos negros no momento abolicionista e a forma como se deu a abolição não teve nos escravizados qualquer preocupação de inserção na sociedade, quer pela profissionalização, quer pela educação. Praticamente foram todos largados à própria sorte após cada uma das iniciativas abolicionistas. A preocupação legal, antes de inserção dos escravizados na sociedade ou de qualquer forma de compensação pelos anos de exploração e de trabalhos forçados, residiu em compensar aos exploradores, seja mantendo ou estendendo a exploração da mão de obra escrava por mais alguns anos, seja através de indenizações pela defasagem patrimonial que significava a alforria dos escravizados.

A educação dos negros, ainda no período escravocrata, não era uma das ocupações governamentais. Embora houvesse negros escravizados com o domínio das letras e das operações, isso não significava qualquer tipo de liberdade intelectual para o desenvolvimento próprio ou mesmo para a influência e libertação dos pares. Antes disso, qualquer qualificação de negros escravizados visava atender aos interesses do senhor escravista.

Vimos também no primeiro capítulo que a educação no Brasil, no pós-abolição, como também no decorrer do Século XX, passou por inúmeras reformas. Cada uma dessas reformas educacionais influenciada pelo seu momento histórico pelo contexto social e político da época. Há, no entanto, um ponto comum entre todas elas que é o fato de não existir qualquer iniciativa inclusiva dos negros no sistema educacional com o intuito de mudança da condição social dessa comunidade.

Como a EDUCAFRO, surgiram outras iniciativas e outros sistemas, similares ou não, com o objetivo de inserção de jovens negros e carentes no Ensino Superior. Como também o Governo passou a adotar políticas públicas com o objetivo de diminuir as disparidades entre pobres e ricos, entre brancos e negros.

Passamos pelos diversos momentos históricos do movimento negro e da sua evolução que chegaram à criação da EDUCAFRO, como também a busca por ações afirmativas e na discussão de políticas públicas que diminuam as desigualdades sociais e raciais do Brasil.

A EDUCAFRO, através de sua história, contribuiu muito para a mudança desse panorama e para que o número de negros com acesso às Universidades tenha crescido. Assim, muitos são os aspectos positivos que podemos contemplar na história da EDUCAFRO e que permeiam a prática dessa organização. São diversos os casos concretos de pessoas que mudaram a sua condição de vida, de seus familiares e de tantas outras pessoas, e que confirmam a EDUCAFRO como uma organização popular de sucesso. Os depoimentos e exemplos de casos concretos trazidos no último capítulo comprovam como jovens, pobres, periféricos e negros cuja trajetória de vida era similar à de outros tantos outros jovens pobres, periféricos e negros, mudou através do engajamento com a EDUCAFRO.

Cabe ressaltar, que esse trabalho de pesquisa e estudo foi uma grande oportunidade de promover um diálogo da EDUCAFRO com a sua história e com os resultados alcançados. Resultados como as histórias apresentadas de outros tantos que protagonizaram um momento importante na história do Brasil em que as Universidades do país passaram a ter mais a cara e as cores do nosso povo. A história da EDUCAFRO, não por acaso, coincide com o momento que começaram a mudar os números de jovens negros nas Universidades. Não é exagero afirmar que a EDUCAFRO teve um papel especial nessa evolução que proporcionou novas

oportunidades ao povo negro no Brasil e tornou as universidades do país um pouco mais parecidas com as características do nosso povo.

É evidente que ter acesso ao mundo universitário por meio do vestibular, tanto em instituições públicas como em instituições privadas, tem o simbolismo muito forte para os jovens em geral. O momento do ingresso na universidade é um sinônimo de amadurecimento e de um passo importante para sua autonomia. Para os jovens carentes, de maneira geral, e para os jovens negros, em especial, o ingresso em uma Universidade é ainda mais sacramental, pois muitos deles são os primeiros de suas famílias a ingressarem no Ensino Superior.

Para os jovens oriundos de famílias pobres e negras, essa simbologia se torna mais emblemática, pois significa também um rompimento com o estigma de que as universidades não são necessariamente um lugar para eles, tendo em vista que grande parte dos alunos do Ensino Superior é formada por outra camada social.

Vimos que o impacto do acesso à formação superior é enorme na vida das pessoas e gritantes são as diferenças sociais e os resultados alcançados entre aqueles que acessaram e os que não acessaram o Ensino Superior. A tabela apresentada no final do terceiro capítulo demonstram que a EDUCAFRO, enquanto instituição, é uma intuição que deu certo. Os resultados alcançados pelos alunos egressos do projeto em suas vidas confirmam que a importância do acesso ao Ensino Superior repercute no mundo do trabalho e na satisfação pessoal dos beneficiados.

Dessa constatação, fica evidente o quão significativo pode ser para uma família negra da periferia a entrada de um dos seus na universidade. Mais do que a realização de um sonho, ou de um passo para a autonomia e desenvolvimento pessoal, pode significar de uma vitória contra a desigualdade historicamente estruturada que não oferece a todos as mesmas condições de preparo para a disputa das mesmas oportunidades. É com o objetivo de proporcionar a pessoas dessas camadas mais carentes da sociedade que a EDUCAFRO se estrutura e começa a se desenvolver nas décadas de 1980 e 1990.

Enfim, a EDUCAFRO, que assumiu como sua missão,

*[...] trabalhar para que o Estado cumpra suas obrigações, através de políticas públicas e ações afirmativas na educação, voltadas para negros e pobres, promoção da diversidade étnica no mercado de trabalho, defesa dos direitos humanos, combate ao racismo e a todas as formas de discriminação.*¹⁰⁹

Assim, a EDUCAFRO tem alcançado aquilo que determinou como seu objetivo geral no seu Projeto Político Pedagógico:

*[...] reunir pessoas voluntárias, solidárias e beneficiárias desta causa, que lutam pela inclusão de negros, em especial, e pobres em geral, nas universidades públicas, prioritariamente, ou em uma universidade particular com bolsa de estudos, com a finalidade de possibilitar empoderamento e mobilidade social para a população pobre e afro-brasileira.*¹¹⁰

O *modus operandi* é bastante amplo e consiste em atuar organizando cursinhos comunitários com professores e coordenadores voluntários nas periferias de todo Brasil;

¹⁰⁹ SILVA, Roberto, RUMO À CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. São Paulo: EDUCAFRO, 2009.

¹¹⁰ SILVA, Roberto, RUMO À CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. São Paulo: EDUCAFRO, 2009.

proporcionando o surgimento de novas lideranças e cidadãos conscientes nas comunidades e nas universidades.

A EDUCAFRO tem assim ajudado na formação cidadã e acadêmica da sociedade toda e com isso sua atuação tem se desdobrado em diversas ações, quer seja apresentando propostas de políticas públicas e ações afirmativas aos poderes executivos, legislativo e judiciário; quer seja difundindo princípios e valores que contribuam para a radical transformação social do Brasil; quer seja despertando nas pessoas a responsabilidade e autonomia na superação de dificuldades tornando-as protagonistas de suas histórias.

A EDUCAFRO é um instrumento que ajuda a diminuir essa distância entre os brasileiros e a compensar as diferenças de ensino e as desigualdades históricas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Jorge. **Tenda dos Milagres**. Rio de Janeiro – RJ: Editora Record, 2000. 326 p.
- BÍBLIA. Bíblia Sagrada. Coordenação Ludovico Garmus. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 1991. 1552p.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Evolução do ensino superior: 1980-1998**. Brasília: INEP, 1999. 71p.
- CARVALHO, José Carmello, **O PROUNI como política de inclusão: estudo de campo sobre as dimensões institucionais e intersubjetivas da inclusão universitária, junto a 400 bolsistas no biênio 2005-2006**. Rio de Janeiro – RJ: Editora PUC Rio, 2005.
- _____. **Cursos Pré-vestibulares Comunitários: Espaços de mediações pedagógicas**. Rio de Janeiro – RJ: Editora PUC Rio, 2005.
- DOMINGUES, Petrônio José. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. *Revista Tempo*, Universidade Federal Fluminense, vol. 23, p. 100-122, 2007.
- FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 11 ed. São Paulo – SP: EDUSP, 2003. 664p.
- GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares**. Vol. 1. Rio de Janeiro – RJ: Globo Livros, 2019. 480p.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador – saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2017. 154p.
- LOPES, Nei. **Afro-Brasil Reluzente – 100 personalidades notáveis do Século XX**. Rio de Janeiro – RJ: Nova Fronteira, 2019. 456p.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>>. Acesso em: 22 de jun. 2019.
- MOURA, Clóvis (1989). **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática. ISBN 8508034520
- NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Brasília, Senado Federal, 1998. pp. 243.
- NASCIMENTO, Abdias do. **Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões**. *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, vol.18, n.50, jan.-br. 2004. pp. 209-224. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100019>. Acesso em: 25 set. 2019.
- NOGUEIRA, Luiz Fernando Veloso. **Expectativa de vida e mortalidade de escravos: uma análise da Freguesia do Divino Espírito Santo do Lamim – MG (1859-1888)**. In: *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, nº 51, dez. 2011. Disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao51/materia01/>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- OLIVEIRA, Iolanda. **Desigualdades raciais – Construções da infância e da juventude**. Niterói – RJ: Intertexto, 1999.

_____ (Org) **Relações raciais e educação**. Rio de Janeiro – RJ: DP&A, 2003.

PAIXÃO, Marcelo J. P. **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais**. Rio de Janeiro – RJ: DP&A, 2003.

PEREIRA, Edilene Machado; BRUNETTO, Valnei. **EDUCAFRO – Do sonho à Realidade**. São Paulo – SP, Educafro, 2009.

POERNER, Arthur José. **Memórias do Exílio**. Lisboa: Arcádia, 1976. Disponível em . Acesso em 20/01/2010.

ROCHA, Carmen, Lúcia Antunes. **Ação afirmativa – o conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica**. *Revista Trimestral de Direito Público*, n. 15, 1996.

ROSA, Juliano de Melo. **As vozes de um mesmo tempo: a educação física institucionalizada no período da Ditadura Militar em Cacequi**. Dissertação de Mestrado em Educação/UFSM. Santa Maria: UFSM, 2006.

SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima. (Org.) **Ações Afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro – RJ: DP&A, 2003.

SILVA, Roberto, **Rumo à construção coletiva do projeto político pedagógico**. São Paulo – SP: Educafro, 2009.

WAINER, Jacques & MELGUIZO, Tatiana. **Políticas de inclusão no Ensino Superior – Avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014**. Educação e Pesquisa, 2018, v. 44, São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v44/1517-9702-ep-S1517-9702201612162807.pdf>

6 ANEXOS

Anexo 1 - Questionário para pesquisa entre alunos egressos da EDUCAFRO – Parte 1

Nome completo

Residência Atual

E-mail

Telefone/WhatsApp

Data de Nascimento

Local de Nascimento

Profissão dos Pais

Bairro de Residência quando ingressou na EDUCAFRO

Núcleo da EDUCAFRO que frequentou

Tempo de permanência como aluno na EDUCAFRO

Ano de ingresso no Ensino Superior

Instituição de Ensino Superior da Graduação

Curso da Graduação

Ano de formatura

Curso de Pós-Graduação

Instituição de Pós-Graduação

Profissão Atual

Anexo 2 - Questionário para pesquisa entre alunos egressos da EDUCAFRO – Parte 2

1. Como conheceu a Educafro?
2. Quais foram as primeiras impressões?
3. Como foi a sua trajetória dentro da Educafro?
4. O que a Educafro mudou em sua vida?
5. Algumas palavras sobre a primeira inspiração e as motivações...
6. Que bom! Primeiras conquistas...
7. Que pena! Decepções e/ou desapontamentos...
8. Valeu a pena?